

Veículo: A Tarde	Caderno: Capa
Data: 22/05/2020	Página: A1

**A TARDE**  
O jornal de toda Bahia

**COVID-19** Valor é previsto em projeto de ajuda a estado e município a ser sancionado por Bolsonaro

# Bahia espera receber cerca de R\$ 2 bilhões da União

O governo da Bahia e a prefeitura de Salvador esperam receber, respectivamente, R\$ 1,7 bilhão e R\$ 258 milhões dentro do pacote de auxílio do governo federal a estados e municípios. O projeto prevê socorro financeiro de até R\$ 125 bilhões, dos quais

R\$ 60 bilhões repassados em quatro parcelas mensais, sendo R\$ 10 bilhões destinados ao combate à Covid-19. Além disso, outros R\$ 49 bilhões podem ser liberados por suspensão e renegociação de dívidas com a União e bancos públicos e

**“Não é hora de disputa política ou eleitoral”**

RUI COSTA, governador

mais R\$ 10,6 bilhões em renegociação de empréstimos com instituições financeiras internacionais com aval da União. Ontem, em reunião virtual com governadores, o presidente Jair Bolsonaro anunciou que sancionaria, com vetos, o projeto apro-

vado no início de maio pelo Congresso e pediu o apoio dos gestores estaduais, já que os vetos serão analisados posteriormente pelos congressistas. Entre os pontos que seriam vetados está o reajuste do salário de servidores públicos. **B1**

# A TARDE

O jornal de toda Bahia

RODRIGO AGUIAR

O Governo do Estado da Bahia e a Prefeitura Municipal de Salvador esperam receber, respectivamente, R\$ 1,7 bilhão e R\$ 258 milhões, dentro do pacote de auxílio do governo federal a estados e municípios.

O projeto prevê socorro financeiro de até R\$ 125 bilhões, dos quais R\$ 60 bilhões repassados em quatro parcelas mensais, sendo R\$ 10 bilhões destinados ao combate à Covi d-19.

Além disso, outros R\$ 49 bilhões podem ser liberados por meio da suspensão e da renegociação de dívidas com a União e bancos públicos; e mais R\$ 10,6 bilhões em renegociação de empréstimos com instituições financeiras internacionais, com aval da União.

Ontem, em reunião virtual com governadores, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) anunciou que sancionaria, com vetos, o projeto aprovado no início de maio pelo Congresso e pediu o apoio dos gestores

**À DISTÂNCIA** Governo do Estado e prefeitura de Salvador esperam receber recursos dentro do pacote de auxílio do governo federal a estados e municípios

## RUI CONSIDERA POSITIVA REUNIÃO DE BOLSONARO COM GOVERNADORES



Também participaram do encontro os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, Davi Alcolumbre

estaduais, já que os vetos serão analisados posteriormente pelos congressistas. Também participaram do encontro os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, Davi Alcolumbre.

### Reajuste

Entre os pontos que serão vetados, está o trecho que permite reajustar o salário de servidores públicos durante a pandemia do novo coronavírus. O congelamento de salários foi colocado no texto original como contrapartida à liberação de recursos, mas a matéria foi modificada pelos parlamentares.

Em entrevista à CNN, o governador da Bahia, Rui Costa (PT) indicou seu apoio à medida e disse que congelaria os salários do funcionalismo público baiano mesmo que o chefe do Palácio do Planalto não vetasse o pon-

### RECURSOS SÓ PARA SERVIÇOS BÁSICOS

**Segundo o chefe do Executivo baiano, os recursos a serem repassados pelo governo federal serão essenciais para manter plenamente os serviços básicos**

to. "Como dito pelo Zema [governador de Minas Gerais], não está na nossa programação qualquer tipo de reajuste para servidor, se o veto vier ou não vier. Não há condições financeiras de elevar a despesa com pessoal", declarou.

Ainda no final de abril, em entrevista, o prefeito de Sal-

vador, ACM Neto (DEM), defendeu que estados e municípios precisarão "apertar os cintos" nesta crise sanitária e "fazer o seu dever de casa", ao anunciar que, em função da pandemia, precisou cancelar um "bom reajuste" planejado para os servidores municipais.

Segundo o chefe do Exe-

cutivo baiano, os recursos a serem repassados pelo governo federal serão essenciais para manter plenamente os serviços básicos, como de segurança e educação, além da saúde.

"Os serviços de segurança se intensificaram nesse período. Na educação, haveremos de ter que complemen-

tar as aulas, provavelmente entrando em janeiro e talvez até fevereiro para concluir o ano letivo. Teremos receitas extras devido a esse período atípico", disse o governador. Conforme a Secretaria da Fazenda do Estado, a perda estimada na queda de arrecadação do ICMS até o final do ano está entre R\$ 3,2 bilhões e R\$ 3,8 bilhões. O governador Rui Costa elogiou o clima da reunião: "Foi rápida, mas bastante positiva, em um ambiente desejado pelos 27 governadores, que é o de buscar a união de todos. Não é hora de disputa política ou eleitoral", afirmou Rui.

### Renegociação

Ao comentar o pedido dos estados, que buscam o aval da equipe econômica para renegociação de dívidas, o governador destacou que o pleito não é por anistia ou desconto nos débitos. "Os governadores querem que as parcelas que vencem este ano sejam diluídas ao longo do contrato. Considero isso fundamental", afirmou.

A Secretaria Municipal da

Fazenda afirmou que os critérios adotados para repartição desses recursos "prejudicaram bastante" Salvador. "Como a capital baiana não tem dívida diretamente com a União, não caberá nenhuma renegociação, porém, existe uma autorização para que os bancos oficiais renegociem suas dívidas com estados e municípios. Nesse caso, a prefeitura de Salvador aguarda que o projeto seja sancionado, para que essas entidades iniciem entendimentos imediatamente com a administração municipal", disse a pasta, por meio de nota.

De acordo com a Secretaria, o Município receberá R\$ 218 milhões, pagos em quatro parcelas, além de R\$ 40 milhões, a serem aplicados exclusivamente na área da saúde, destinados a combater o coronavírus.

Veículo: Rádio 93 FM Jequié	Programa: Jequié Notícias
Data: 21/05/2020	Apresentador: --
Assunto: Aplicativo feito pela <b><u>Secretaria da Fazenda do Estado</u></b> permite pesquisa de preço em tempo real. Entrevista com <b><u>Jadson Bitencourt, diretor de Produção de Informações da Sefaz.</u></b>	

**Data:** 21/05/2020

**Emissora:** Rádio 93 FM Jequié

**Horário:** 07:18:11

**Programa:** Jequié Notícias

**Citação Direta:** Sim

**Impacto:** POSITIVO

**Sinopse:** Aplicativo feito pela **Secretaria da Fazenda do Estado** permite pesquisa de preço em tempo real. Entrevista com **Jadson Bitencourt, diretor de Produção de Informações da Sefaz.**

## Reforma da previdência de militares será votada hoje na Alba

**RAUL AGUILAR**

A Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) deve apreciar hoje o Projeto de Lei (PL) 23.863/2020, que cria o Sistema de Proteção Social de Policiais e Bombeiros Militares (SPSM) e, com ele, um fundo para pagamento de aposentadorias e pensões nas duas corporações. Segundo o projeto, o SPSM é um conjunto integrado de direitos à remuneração de inatividade e pensão militar destinado a policiais e bombeiros militares do Estado da Bahia e seus dependentes.

Enviado pelo governo do estado no início do mês, o PL "visa atender às mudanças empreendidas nas regras previdenciárias pela Emenda à Constituição Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, que implicaram impactos e obrigações aos demais entes federados", como explicou o governador Rui Costa (PT) na mensagem 5.229/2020, encaminhada junto ao texto.

A mensagem diz que o projeto é parte do cumprimento da Lei Federal nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, que reviu a criação do Sistema de Proteção Social dos Militares - SPSM por lei específica do ente estatal, contemplando regras específicas para estes servidores. O fundo será custeado por uma alíquota de 9,5%, cobrada dos militares, ativos e inativos, e dos pensionistas. O texto prevê que, em 2021, a alíquota cobrada subirá um ponto percentual, indo para 10,5%.

Apesar de apoiar a criação do fundo e ver nele um importante instrumento para garantia de direitos dos militares, associações e parlamentares membros da Polícia Militar questionam artigos do projeto e sugerem o

aperfeiçoamento do texto.

A primeira alteração, consenso em várias associações, trata da retirada do inciso III do art. 7º, que estabelece a cassação da inatividade nas hipóteses previstas em lei. Briga antiga das associações com o governo do estado, a possibilidade de cassação dos proventos da inatividade está prevista no Estatuto da Polícia Militar do Estado da Bahia e é aplicada ao policial da reserva remunerada ou reformado que comete uma infração punível com a demissão, caso o mesmo estivesse na ativa.

### Perda de proventos

Crimes de estupro, sequestro e participação em grupos de extermínio estão entre os delitos com punição que gera a perda dos proventos. O deputado estadual Capitão Alden (PSL) afirma que os artigos que preveem a cassação dos proventos vem sendo questionada em vários estados, e pontua que o entendimento majoritário do Supremo Tribunal Fede-

reito de ir para reserva com seu provento e vir a perder esse benefício que pagou por 30 anos por conta de uma decisão judicial", diz.

LEIA A MATÉRIA NA ÍNTEGRA EM [WWW.ATARDE.COM.BR](http://WWW.ATARDE.COM.BR)

ral é que a medida é uma afronta à Constituição e ao direito básico de sobrevivência do militar estadual.

"O militar contribui por 30 anos, e é natural que, pela natureza da função, ele venha a responder processo em razão de uma eventual troca de tiros ou homicídio em ação policial. O que não pode é ele conquistar o di-

### Projeto cria o Sistema de Proteção Social de Policiais e Bombeiros Militares



Veículo: A Tarde	Caderno: Coluna Levi Vasconcelos
Data: 22/05/2020	Página: B3

**ATARDE**  
O jornal de toda Bahia

### **Esperando a Alba**

**Rui Costa mandou para a Assembleia um projeto que dá a profissionais de saúde infectados gratificações que podem chegar a R\$ 30 mil. O problema é fazer a Assembleia funcionar, já que a Covid atacou por lá.**

Veículo: Política Livre	
Data: 21/05/2020	Caderno: Economia

## ***Bahia não fará reajuste salarial dos servidores públicos, garante Rui Costa***

### **BAHIA**

Em meio à pandemia, o governador Rui Costa (PT) declarou, em entrevista à CNN Brasil na tarde desta quinta-feira (21), que não há possibilidade de oferecer reajuste salarial aos servidores públicos da Bahia.

“Não há, na nossa programação, qualquer tipo de reajuste aos servidores. Se o veto [de Bolsonaro] vier ou não vier, a Bahia não fará reajuste”, garantiu o chefe do Executivo baiano.

Pouco antes, Rui avaliou a reunião online do presidente Jair Bolsonaro com outros chefes de Estado como “rápida, mas positiva”.

Veículo: Bahia Econômica	Bahia
Data: 21/05/2020	



## FUNCIONALISMO PÚBLICO NÃO TERÁ REAJUSTE, DIZ RUI COSTA



Pelo menos enquanto durar a pandemia e as medidas de contenção ao novo coronavírus, o funcionalismo público estadual não terá reajuste, segundo confirmou o governador Rui Costa em entrevista à CNN nesta quinta, 21.

A hipótese foi levantada com o projeto de congelamento dos salários dos servidores públicos defendido pelo presidente Jair Bolsonaro. O governador, no entanto, declarou que não há essa possibilidade, independente do avanço do projeto no Congresso.

“Não há na nossa programação qualquer tipo de reajuste dos servidores. Se o veto [do presidente da República] vier ou não vier, a Bahia não fará reajuste”, disse Rui.

Ainda durante o debate, o governador da Bahia disse que não adotará nenhuma medida nova após a chegada do auxílio federal ao estado, mas a quantia ajudará a manter as ações adotadas na Bahia.

“Não tem nenhuma medida nova a tomar. As medidas são as que estão programadas. Nossas ações são priorizadas para ações na Saúde. Esse recurso ajudará a fazer com que consigamos manter a plenitude dos serviços básicos, de segurança, que ao invés de diminuir, se intensificaram nesse período, dada as ações mesmo sendo de Saúde, mas de mobilização da Secretaria de Segurança. As ações de Educação que vão voltar, e temos que complementar os dias de aula nos dias de sábado, e, provavelmente, entraremos pelo mês de janeiro, quem sabe até fevereiro”, avaliou Rui.

Veículo: Bocão News	Coronavírus
Data: 21/05/2020	



## Coronavírus

***"Se o veto vier ou não vier, a Bahia não fará reajuste", diz Rui sobre salário do funcionalismo público***



21 de Maio de 2020 às 15:23 Por: Fernando Vivas/GOV-BA Por: Redação BNews 0 comentários

O governador do estado, Rui Costa (PT), afirmou, durante debate na CNN Brasil nesta quinta-feira (21), que não há possibilidade de oferecer reajuste salarial aos servidores públicos na Bahia durante a pandemia do novo coronavírus.

"Não há na nossa programação qualquer tipo de reajuste dos servidores. Se o veto [do presidente da República] vier ou não vier, a Bahia não fará reajuste", disse Rui.

Durante a reunião com governadores e os presidentes da Câmara e Senado, Bolsonaro pediu apoio para vetar integralmente a possibilidade de reajuste salarial no funcionalismo público.

Ainda durante o debate, o governador da Bahia disse que não adotará nenhuma medida nova após a chegada do auxílio federal ao estado, mas a quantia ajudará a manter as ações adotadas na Bahia.

"Não tem nenhuma medida nova a tomar. As medidas são as que estão programadas. Nossas ações são priorizadas para ações na Saúde. Esse recurso ajudará a fazer com que consigamos manter a plenitude dos serviços básicos, de segurança, que ao invés de diminuir, se intensificaram nesse período, dada as ações



mesmo sendo de Saúde, mas de mobilização da Secretaria de Segurança. As ações de Educação que vão voltar, e temos que complementar os dias de aula nos dias de sábado, e, provavelmente, entraremos pelo mês de janeiro, quem sabe até fevereiro", avaliou Rui.

Veículo: Varela Notícias	Política
Data: 22/05/2020	



22/05/20 às 08h45 - Atualizado em 22/05/20 às 08h45

## Rui Costa fala sobre “cortes” caso projeto de auxílio emergencial para estados não seja sancionado

Mesmo com a aprovação do Congresso Nacional, Bolsonaro continua adiando a ratificação do projeto de lei



(Foto: Camila Souza/GOVBA)

### Redação VN

[redacao@varelanoticias.com.br](mailto:redacao@varelanoticias.com.br)

Na manhã desta sexta-feira (22), o governador do estado da Bahia, Rui Costa, concedeu entrevista à Radio Sociedade, e falou sobre o projeto de sanção ao auxílio emergencial para estados e municípios. Mesmo com a aprovação do Congresso Nacional, Bolsonaro continua adiando a ratificação do projeto de lei.

PUBLICIDADE

“Esse projeto que o Congresso Nacional aprovou, não resolve todos nossos problemas mas é uma ajuda considerável. A nossa projeção de queda de arrecadação no ano é de R\$ 3 bilhões de reais. Com esta ajuda do congresso que está esperando que o presidente sancione, incluindo todas as possibilidades, nós chegaríamos no máximo a um bilhão e oitocentos” disse o governador.

Rui ainda afirmou que se por um acaso o presidente Jair Messias Bolsonaro, não sancionar o projeto, o governo do estado não poderá garantir o salário de seus servidores e pode haver cortes em algumas áreas.

“Se este projeto for sancionado sem vetos, eu posso dizer que nós garantiríamos na programação do Governo do Estado da Bahia, o pagamento dos salários em dias sem atraso. Mas se por acaso o presidente não sancionar o projeto, já não posso garantir pois o buraco para cobrir é muito grande e nós teríamos que buscar estes recursos de outras formas, com muito corte em diversas áreas”.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 22/05/2020	Página:

# Correio\*

Projeto que prevê auxílio a profissionais é enviado à Alba

**ÁREA DA SAÚDE** Profissionais que atuam na rede pública estadual de saúde no combate ao novo coronavírus terão direito a um auxílio excepcional temporário que pode chegar a R\$ 30 mil. O projeto de lei foi enviado pelo governador Rui Costa à Assembleia Legislativa da Bahia (Alba). O objetivo do auxílio é forta-

lecer o atendimento prestado aos pacientes infectados e a redução do contágio nas unidades hospitalares. Os beneficiários são exclusivamente a profissionais que atuam em setores ou unidades da rede pública estadual de saúde, voltados à covid-19. Ele será concedido ao profissional afastado das atividades exer-

cidas na rede pública estadual ou no caso da morte dos profissionais. Para ter acesso ao benefício, será necessário que o profissional realize os exames que comprovem o diagnóstico da doença, exclusivamente, no Laboratório Central. Os profissionais cobertos pelo auxílio terão direito a uma parcela corres-

pondente à diferença entre o valor integral da remuneração mensal e o benefício previdenciário a que tenha direito em razão do afastamento. Em caso de óbito, os dependentes terão direito, uma única vez, ao valor equivalente a 30 vezes o montante da remuneração mensal que seria recebida pela vítima.



## Nova carga de respiradores chega a Salvador

**207 NO TOTAL** Uma carga com mais 48 respiradores chegou a Salvador no início da tarde de ontem. Os equipamentos, que foram fabricados na China, chegaram ao Aeroporto Internacional de Salvador em um voo comercial da Latam e serão usados na montagem de leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) na capital e também no interior do estado. Essa carga chegou em menos de 24 horas após o desembarque de outros 159 respiradores, que chegaram na noite de anteontem.

Os primeiros equipamentos foram encaminhados para a montagem de leitos de UTI nas cidades de Salvador, Ilhéus, Vitória da Conquista, Porto Seguro, Juazeiro, Jequié e Irecê. Os primeiros foram enviados, ainda na manhã de ontem, para o hospital de campanha montado na área externa do Hospital do Subúrbio, em Salvador.

Segundo o governo do estado, com a chegada destes mais de 200 respiradores, já será possível abrir novos leitos de UTI no estado.

“Nós estamos garantindo que todas as regiões do estado terão leitos de UTI disponíveis. Neste momento, a maior pressão está sobre Salvador e a região de Jequié. Aqui em Salvador, serão abertos novos leitos no Hos-



**São mais 48 respiradores que se juntam aos 159 que chegaram anteontem; eles equiparão leitos de UTI**

pital Espanhol, no Couto Maia, na Fonte Nova e no Hospital do Subúrbio”, disse o governador Rui Costa (PT). Outros 350 respiradores também são aguardados.

O secretário estadual da Saúde, Fábio Vilas-Boas, foi acompanhar de perto a chegada do material no Aeroporto de Salvador. “Duas pessoas podem usar um respirador durante um mês e isso pode significar a preservação de, pelo menos, 96 vidas. Não descansaremos até que todos os respiradores necessários para abrir os mais de 600 leitos de UTI

previstos nas ações de combate à pandemia”, afirmou.

Essas máquinas serão utilizadas na abertura de leitos nos centros exclusivos de tratamento da covid-19 montados pelo estado em Salvador, na Arena Fonte Nova, Couto Maia e nos hospitais Ernesto Simões e do Subúrbio e também em unidades hospitalares do interior, a exemplo do Hospital do Oeste, em Barreiras, e Costa do Cacau, em Ilhéus, além de outras unidades contratadas pelo governo baiano em todo o território estadual.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 22/05/2020	Página:

**Correio\***

**BAHIA**

## Hospital de campanha no Subúrbio abre com 20 leitos

**REFORÇO** O hospital de campanha montado na área externa do Hospital do Subúrbio, em Salvador, entrou em funcionamento ontem, com a liberação de 20 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), para receber pacientes graves com diagnóstico de covid-19. A nova unidade contará com 60 leitos que serão liberados de forma gradual.

O encaminhamento de pacientes será realizado exclusivamente pela Central Estadual de Regulação, ou seja, não adianta chegar à unidade em busca de atendimento. Serão 140 profissionais de diferentes áreas, sem contato com setores do Hospital do Subúrbio. O novo equipamento está montado em uma área de 1.200 m<sup>2</sup>, e uma câmara de desinfecção também foi instalada.

O governo estadual entregou, no último dia 2, 20 leitos de UTI dentro do Hospital do Subúrbio.

# Tribuna

## Controle

Ontem, o Tribunal de Contas do Estado colocou no ar uma página, em seu site, para auxiliar o acompanhamento de despesas relacionadas ao enfrentamento da Covid-19. Além de reunir endereços eletrônicos úteis para consultas sobre a Covid-19, que pode ser acessada no endereço eletrônico [www.tce.ba.gov.br/covid-19](http://www.tce.ba.gov.br/covid-19), a página traz as legislações federal e estadual relacionadas à pandemia e apresenta a os pareceres técnicos sobre o controle a ser exercido no acompanhamento das ações estatais.

## Hospital de campanha

O secretário de Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, anunciou ontem no Twitter mais um hospital de campanha em Salvador para pacientes com Covid-19. A unidade está instalada ao lado do Hospital do Subúrbio. "Mais um hospital de campanha entra em operação hoje (21) em Salvador. São mais 60 leitos de UTI completos que foram entregues hoje na tenda ao lado do Hospital do Subúrbio. Em boa hora, irá desafogar a pressão momentânea sobre leitos na capital", postou.

## Sem salários

O SindilimpBA denuncia que os trabalhadores do Hospital Regional Costa do Cacau, em Ilhéus, contratados pela empresa Nutrivig Refeições Eireli (Vig Serviços), estão há dois meses sem receber salários em plena pandemia. Além do atraso salarial, a direção do sindicato aponta que tem funcionários com férias vencidas. "Já vai chegar a três férias vencidas e o décimo terceiro também não foi pago pela empresa. Esses trabalhadores são responsáveis por fazer a alimentação do hospital para todo mundo, pacientes e acompanhantes", frisa a coordenadora Ana Angélica Rabello.

## Relatório fiscal

O Relatório de Gestão Fiscal do primeiro quadrimestre de 2020, da Prefeitura de Salvador, será apresentado à Câmara Municipal no dia 28 de maio. A exposição será realizada pelo secretário municipal da Fazenda, Paulo Souto, em audiência pública virtual, a partir das 9h.



# Tribuna

## Bahia ganha mais 48 respiradores para tratar pacientes com a doença

Mais 48 respiradores chegaram ao Aeroporto Internacional de Salvador, no início da tarde desta quinta-feira (21), em um voo comercial da Latam. Fabricados na China, os equipamentos foram adquiridos pelo Estado e serão utilizados na montagem de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) na capital e no interior. A carga chega menos de 24 horas depois de outra remessa, composta por 159 equipamentos do mesmo tipo, desembarcar no aeroporto, na noite de quarta-feira (21).

O secretário estadual da Saúde, Fábio Vilas-Boas, acompanhou a chegada do material. "Duas pessoas podem usar um respirador durante um mês e isso pode

significar a preservação de, pelo menos, 96 vidas. Não descansaremos até que cheguem todos os respiradores necessários para abrir os mais de 600 leitos de UTI previstos nas ações de combate à pandemia", afirmou.

Esses equipamentos serão utilizados na abertura de leitos nos centros exclusivos de tratamento da Covid-19 montados pelo Estado em Salvador, na Arena Fonte Nova, Instituto Couto Maia e nos hospitais Ernesto Simões e do Subúrbio, e também em unidades hospitalares do interior, a exemplo do Hospital do Oeste, em Barreiras, e Costa do Cacau, em Ilhéus, além de outras unidades contratadas pelo governo baiano em todo o território estadual.



# Tribuna

## Hospitais começam a receber novos respiradores

Um carregamento de 159 respiradores chegou ao aeroporto de Salvador na noite da última quarta-feira (20). Os equipamentos serão utilizados na criação de novos leitos de UTI para o tratamento de pacientes infectados com o novo coronavírus. Eles serão destinados a unidades de Salvador, Ilhéus, Vitória da Conquista, Porto Seguro, Juazeiro, Jequié e Irecê. A distribuição teve início no fim da manhã de quinta-feira (21), quando parte dos respiradores deixou o depósito da Secretaria Estadual da Saúde (Se-sab), em Simões Filho, e foi encaminhado ao Hospital de Campanha do Subúrbio.

Outro carregamento, com mais 48 respiradores, deve chegar nesta quinta-feira (21), às 14h30, ao Aero-



### REFORÇO

Equipamentos serão destinados para Salvador e interior

porto Internacional de Salvador. A Bahia aguarda a chegada ainda de outros 350 respiradores, na semana que vem. Ao todo, mais de 550 novos equipamentos irão para unidades hospitalares da capital e do interior

do estado.

Segundo o governador Rui Costa, somente com as duas primeiras cargas de novos equipamentos já será possível a abertura de mais de 200 UTIs, em Salvador e em outras regiões do estado,

como o extremo-sul e a região de Jequié. "Nós estamos garantindo que todas as regiões do estado terão leitos de UTI disponíveis. Neste momento, a maior pressão está sobre Salvador e a região de Jequié. Aqui em Salvador serão abertos novos leitos no Hospital Espanhol, no Couto Maia, na Fonte Nova e no Hospital do Subúrbio".

Somente nos dois primeiros carregamentos, que somam 219 equipamentos vindos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, foram investidos R\$ 3,5 milhões. O secretário da saúde, Fábio Vilas-Boas, afirma que parte da carga já está sendo distribuída, ainda na manhã desta quinta-feira, para os hospitais de Salvador, incluindo também o Ernesto Simões Filho.

# Tribuna

## Governo envia à AL-BA projeto de auxílio a profissionais de saúde

DA REDAÇÃO

Profissionais que atuam na rede pública estadual de saúde no combate ao novo coronavírus terão direito a um auxílio excepcional temporário que pode chegar ao valor de R\$ 30 mil. O projeto de lei que estabelece o auxílio foi enviado pelo governador Rui Costa, ontem, para aprovação na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia (AL-BA) e posterior sanção do governador. O objetivo do auxílio é fortalecer o atendimento

prestado aos pacientes infectados e a redução do contágio nas unidades hospitalares. Os beneficiários são exclusivamente profissionais que atuam em setores ou unidades da rede pública estadual de saúde, volta-

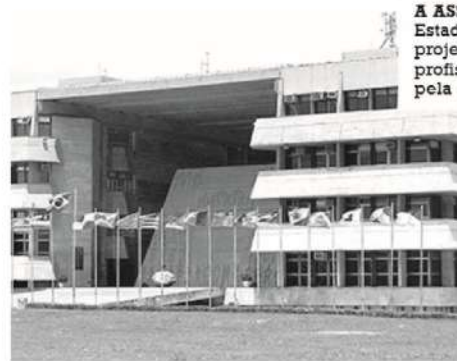
### Recurso

O objetivo do auxílio é fortalecer o atendimento prestado aos pacientes infectados.

dos ao tratamento da Covid-19.

O auxílio excepcional será concedido ao profissional afastado das atividades exercidas na rede pública estadual ou no caso da morte dos profissionais. Para ter acesso ao benefício, será necessário que o profissional realize os exames que comprovem o diagnóstico de Covid-19, exclusivamente, pelo Laboratório Central de Saúde Pública Professor Gonçalves Moniz (Lacen/BA).

Os profissionais cobertos pelo auxílio terão direito a uma parcela



**A ASSEMBLEIA** Legislativa do Estado da Bahia vai apreciar o projeto que concede auxílio a profissionais de saúde afastados pela Covid-19

correspondente à diferença entre o valor integral da remuneração, salário ou contraprestação mensal e o benefício previdenciário a que tenha direito em razão do afastamento, limitada ao valor máximo de R\$ 30 mil. Em caso de confirma-

ção de óbito por Covid-19, os dependentes do profissional terão direito, uma única vez, do valor equivalente a 30 vezes o montante da remuneração, salário ou contraprestação mensal que seria recebida pelo profissional.

O auxílio não passará a integrar a remuneração, salário, proventos de aposentadoria ou qualquer forma de contraprestação recebida pelos profissionais.

As despesas decorrentes do auxílio excepcional são de responsabilidade do Governo do Estado, por meio de recursos próprios. Para isso, o Poder Executivo tem autorização para promover as modificações orçamentárias necessárias ao cumprimento do benefício. Caberá ao Governo do Estado regulamentar os procedimentos necessários para a fiel execução da lei após aprovação na AL-BA.

## Rui elogia tom da reunião com Bolsonaro e volta a pedir união

RODRIGO DANIEL SILVA  
REPORTER

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), elogiou, ontem, o tom do encontro com o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e voltou a pedir a união de todos para enfrentar o coronavírus. Para o petista, a reunião virtual foi "rápida, mas positiva".

"O desejo dos 27 governadores é que o Brasil busque a união. A união de todos, do Congresso Nacional representado (na reunião) pelo presidente do Senado (Davi Alcolumbre - DEM) e da Câmara (Rodrigo Maia - DEM), dos governadores, dos prefeitos com o

governo federal. Esse não é o momento de guerra, de disputa política, partidária. Ou mesmo eleitoral mesmo estando em ano eleitoral. E a reunião saiu com essa sinalização (de união). Eu espero que se mantenha nos próximos dias até o fim dessa pandemia. Que possamos estabelecer estratégias comuns, articuladas como outras nações do mundo. Vários países do mundo estão buscando uma ação, estratégia de nação, de país para enfrentar essa pandemia. E é isso que esperamos também aqui. Que tenhamos uma estratégia unificada de país para enfrentar esse momento difícil", declarou, em entrevista à CNN Brasil após o encontro.

Rui não falou durante a

reunião. Somente os governadores de São Paulo, João Donato (PSDB), do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), e do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), que representaram todos os gestores estaduais. No encontro, o presidente anunciou que irá sancionar o pacote de socorro financeiro aos estados e

### Trabalho

"O desejo dos 27 governadores é que o Brasil busque a união", disse o chefe do Palácio de Ondina.

O GOVERNADOR da Bahia, Rui Costa, elogiou, ontem, o tom do encontro com o presidente Jair Bolsonaro



municípios, estimado em R\$ 125 bilhões, com quatro vetos. Um deles é ao trecho que abre brecha para algumas categorias do funcionalismo recebam novos reajustes.

O governador baiano afirmou que os recursos ajudarão os estados e os municípios, já que tem ocorrido uma queda "astronômica" das receitas. "Isso ajudará a chegar até dezembro mantendo os serviços essenciais, como segurança pública, educação, saúde para o atendimento da população. O desejo unân-

me dos 27 governadores é ter esse diálogo permanente daqui para frente", pontuou.

O governador baiano se posicionou a favor de não haver aumento para os servidores. "Não está na programação nossa qualquer tipo de reajuste para servidor. A Bahia não fará reajuste. Não há condições financeiras, em um momento de colapso de arrecadação, elevar a despesa de pessoal. Vamos procurar manter o equilíbrio fiscal do estado e reprogramar as ações dentro desses recur-

sos fazendo com o que após esse ponto crítico retome a atividade econômica", declarou.

O chefe do Palácio de Ondina voltou a criticar o protocolo do Ministério da Saúde que permite o uso da cloroquina em pacientes em estágio inicial de contágio do coronavírus. O protocolo adotado antes pela pasta previa o uso da droga somente por pacientes graves e críticos. "Na Bahia, não vamos mudar nenhum protocolo. Até porque aqui, político não é para passar receita médica. Político não é para definir quando o paciente deve ou não ser entubado, se deve ser feito este ou aquele procedimento. Quem define isso é quem estudou medicina. Aqui eu tenho dito e repito que é cada macaco no seu galho", ressaltou.

Ao lado de Bolsonaro na reunião, Maia disse que o plano de ajuda aos estados e municípios irá, num primeiro momento, garantir a estrutura para combater a covid-19. Já Davi Alcolumbre pediu união. "Chegou a hora de darmos as mãos, de levantarmos a bandeira branca, estamos vivendo um momento excepcional, um momento de guerra, e numa guerra todos perdem", afirmou.



# Tribuna

## Mais de 40% das empresas baianas estão com portas fechadas

FLÁVIO GOMES  
REPORTER

Durante estes dois meses de pandemia da covid-19, o comércio tem sofrido com as quedas do faturamento e levando inclusive, muitas empresas a fechar suas portas.

Segundo um levantamento feito pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, que ouviu cerca de 10 mil empresários pelo Brasil, 43% das empresas baianas estão sem funcionar porque operam de modo presencial. Além disso, 14% delas estão em funcionamento, mas não investiram em uma estrutura para usar tecnologias digitais.

Outro dado levantado pela pesquisa foi o impacto da pandemia no faturamento dos negócios. Na Bahia, pouco mais de 86% dos empresários informaram que a receita diminuiu neste período, enquanto apenas 2,3% disseram que as vendas aumentaram. Para Isabel Ribeiro, Gerente da Unidade de Gestão Estratégica do Sebrae, o comércio de vestuário é o que mais sofre com a Pandemia.

"O comércio de vestuário, localizado em centros comerciais e shoppings foram os mais impactados. Não tiveram nem tempo de reagir. Inclusive, com a determinação da reabertura dos shoppings no sistema drive thru, os lojistas perderam duas grandes datas, o dia das mães e a páscoa. O

dia dos namorados está se aproximando, então pode haver uma campanha forte e ter uma reação", disse.

A pesquisa também apontou que 30% dos entrevistados na Bahia disseram que começou a realizar vendas online com o uso das redes sociais, como Instagram, Facebook e WhatsApp. Somente 4% deles realizam suas transações com clientes por meio de plataformas e aplicativos de vendas, como iFood, Uber Eats, Rappi e GetNinjas.

Muitos empresários estão migrando para a era digital. O consumidor tem utilizado com mais intensidade este serviço depois dessa experiência forçada. Os empreendedores precisam, na medida do possível, e nas suas possibilidades, ter esta alternativa como um novo modelo à ser gerenciado no seu negócio", ponderou Isabel.

Com as medidas de restrição adotadas, impedindo a circulação de pessoas, os empresários têm buscado linhas de créditos. Na Bahia, 85,9% dos entrevistados disseram que buscaram o crédito, sendo que 62% deles tiveram o pedido negado.

Para ajudar os micro e pequenos empresários na obtenção de crédito durante a pandemia, o Sebrae e a Caixa firmaram uma parceria que vai oferecer mais de R\$ 12 bilhões. Os limites dependem do porte da empresa, com carência que pode chegar a 12 meses. As informações sobre como realizar o pedido podem ser obtidas no site da Caixa.

## **Mais 48 respiradores chegam à Bahia para reforçar luta contra coronavírus**

Mais 48 respiradores chegaram ao Aeroporto Internacional de Salvador, no início da tarde desta quinta-feira (21), em um voo comercial da Latam. Fabricados na China, os equipamentos foram adquiridos pelo Estado e serão utilizados na montagem de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) na capital e no interior. A carga chega menos de 24 horas depois de outra remessa, composta por **159 equipamentos do mesmo tipo**, desembarcar no aeroporto, na noite de quarta-feira (21).

O secretário estadual da Saúde, Fábio Vilas-Boas, acompanhou a chegada do material. "Duas pessoas podem usar um respirador durante um mês e isso pode significar a preservação de, pelo menos, 96 vidas. Não descansaremos até que cheguem todos os respiradores necessários para abrir os mais de 600 leitos de UTI previstos nas ações de combate à pandemia", afirmou.

Esses equipamentos serão utilizados na abertura de leitos nos centros exclusivos de tratamento da Covid-19 montados pelo Estado em Salvador, na Arena Fonte Nova, Instituto Couto Maia e nos hospitais Ernesto Simões e do Subúrbio, e também em unidades hospitalares do interior, a exemplo do Hospital do Oeste, em Barreiras, e Costa do Cacau, em Ilhéus, além de outras unidades contratadas pelo governo baiano em todo o território estadual.

**Repórter: Renata Preza**

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

**Horário de funcionamento:**

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

**Exerça sua cidadania. Fale com a Ouvidoria.**



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença

[Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil.](#)

[Versão mobile](#)



Veículo: bahia.ba	Caderno: Covid-19
Data: 21/05/2020	



## **Levantamento do TCM vai fiscalizar gastos municipais com a pandemia**

*Objetivo é acompanhar de perto atos praticados pelos gestores municipais, visando estimular o uso eficiente dos recursos públicos*

O Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia (TCM-BA) vai fazer um levantamento de todos os gastos que estão sendo realizados pelos 417 municípios do estado relacionados ao controle da pandemia da Covid-19. O objetivo é acompanhar de perto e obter informações sobre os atos praticados pelos gestores municipais, visando estimular o uso eficiente dos recursos públicos.

De acordo com a Corte, os controles internos das prefeituras têm até o dia 7 de junho para encaminhar respostas solicitadas em questionário, que será disponibilizado no site do tribunal, para coletar informações sobre eventuais contratações para a realização de obras ou prestação de serviços, assim como outros procedimentos executados pelas administrações municipais em relação ao combate à disseminação do coronavírus.

A partir de então, os dados serão analisados pelas inspetorias regionais de controle externo do TCM, que definirão os processos de acompanhamento e de fiscalização a serem adotados. A iniciativa visa a uma orientação tempestiva da Corte de Contas para proporcionar a tempo, se necessário, correções ou alterações nas ações, no sentido de evitar eventuais prejuízos ao erário. Isto para repelir possíveis sanções quando da análise regular das contas, que ocorrerá em momento posterior.

O questionário foi dividido em nove grandes blocos, que tratam dos seguintes temas: Ações de enfrentamento à Covid-19; Processo de contratação (licitação-dispensa); Processo de Contratação (execução do contrato); Pessoal; Orçamento público; Lei de Responsabilidade Fiscal; PNAE/PNAN; Auxílio financeiro; Outros.

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 22/05/2020	Página: A2

## Soja e carne bovina lideram exportações

A soja e a pecuária baiana participaram de forma decisiva no crescimento de quase 6% nas exportações do agro brasileiro no período entre janeiro e abril deste ano, de acordo com dados divulgados pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

A receita calculada ficou em mais de US\$ 31 bilhões, um valor aproximado de US\$ 2 bilhões a mais em relação ao mesmo período de 2019, de acordo com a metodologia comparada utilizada pelos técnicos da CNA.

A soja, altamente concentradora de renda e bovina na geração de postos de trabalho, pela utilização de tecnologia de última geração, alcançou o faturamento de US\$ 11,5 bilhões, refletindo a aceitação pelo mercado do grão cultivado no oeste baiano.

Já a carne bovina in natura registrou US\$ 2,1 bilhões, seguida bem de perto pela carne de frango in natura, com US\$ 2 bilhões. Os dois produtos, aliados à soja em grãos, responderam por metade das vendas do agronegócio brasileiro no mercado internacional.

China, União Europeia e Estados Unidos, nesta ordem, foram nossos principais compradores. Somente a república popular importou US\$ 11,8 bilhões, ou 38%; o bloco europeu e os EUA compraram US\$ 5 bilhões e US\$ 1,9 bilhão, respectivamente.

Já sob impacto da pandemia, o mês de abril foi marcado por aumento nas vendas de soja para a China, o que contribuiu para o crescimento do resultado do quadrimestre, compensando as quedas significativas em outros setores do agro.

As compras chinesas de carne bovina brasileira subiram 138% de janeiro e abril deste ano na comparação com os quatro primeiros meses de 2019, totalizando US\$ 1,1 bilhão. Em relação à carne de frango, o país asiático comprou US\$ 151 milhões a mais.

## Arrecadação brasileira cai 28,9% em abril e fica em R\$ 101 bilhões

**KELLY OLIVEIRA**  
Agência Brasil, Brasília

Em meio à pandemia da Covid-19, a arrecadação das receitas federais no Brasil registrou queda de 28,95% em abril, totalizando R\$ 101,154 bilhões. A comparação é com o mesmo mês de 2019, descontada a inflação. Esse foi o menor valor para o mês desde 2006, quando a arrecadação totalizou R\$ 94,505 bilhões. As informações foram divulgadas ontem pela Receita Federal.

As receitas administradas

pela Receita Federal, como impostos e contribuições federais, chegaram a R\$ 93,332 bilhões, resultando em queda real (descontada a inflação) de 28,79%.

Já as receitas administradas por outros órgãos, principalmente royalties do petróleo, somaram R\$ 7,822 bilhões, com queda de 30,75%, em relação a abril de 2019.

De janeiro a abril, a arrecadação total chegou a R\$ 502,293 bilhões, com queda real de 7,45%, em comparação com o mesmo período do ano passado. As receitas

administradas pela Receita ficaram em R\$ 476,811 bilhões, com queda de 7,71%.

Já as receitas administradas por outros órgãos atingiram R\$ 25,482 bilhões, com queda real de 2,18%.

### Efeitos da pandemia

Segundo a Receita Federal, o resultado do mês e do período acumulado foi "bastante influenciado" por medidas de enfrentamento aos efeitos da pandemia de Covid-19. A Receita cita o diferimento (adiamento de pagamento) de tributos, que



Marcel Santos / USP Imagens

**Resultado foi "bastante influenciado" pela pandemia**

somou R\$ 35,1 bilhões, em abril, e as compensações tributárias que apresentaram crescimento de 25,19% no mês passado e de 46,91% no período acumulado. Essas compensações somaram R\$ 10,901 bilhões, no mês passado, e R\$ 45,996 bilhões nos quatro meses do ano.

De acordo com o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, Claudemir Malaquias, o crescimento das compensações tributárias é resultado da necessidade de liquidez (recursos disponíveis) das empresas.

## Petrobras sobe 12% o preço da gasolina para distribuidoras

**ALANA GANDRA**

Agência Brasil, Rio de Janeiro

Desde ontem, o preço médio da gasolina da Petrobras para as distribuidoras subiu 12% (ou R\$ 0,14 por litro), passando a custar R\$ 1,26 por litro.

Segundo informou a empresa, "à exceção de 2020, com as fortes reduções que praticamos, os preços do diesel da Petrobras têm ficado acima deste valor desde janeiro/13". No acumulado do ano, a redução do preço da gasolina atingiu 34,2% (ou R\$ 0,66 por litro).

A companhia esclareceu, ainda, que as sucessivas reduções praticadas até o mês passado totalizaram R\$ 1 por litro, refletindo as quedas das cotações no mercado internacional. A partir maio, os aumentos aplicados pela Petrobras somam R\$ 0,34 por litro, acompanhando a recuperação de preços no mercado exterior.

No acumulado de 2020, a queda no preço da gasolina atingiu 34,2% e, no diesel, 39,7%.



**Correio\*****24h****BRASIL****FAROL  
ECONÔMICO****POR DONALDSON GOMES** @donaldsongomes**CRESCIMENTO  
EM REDE**

Quem está crescendo em tempos de pandemia é a RedeMix, que inaugurou ontem a 14ª loja do grupo, no bairro da Pituba. Com forte conceito em tecnologia e serviços, a nova unidade recebeu investimentos da ordem de R\$ 15 milhões e vai gerar 120 novos empregos. Em função da pandemia do coronavírus, não houve cerimônia de abertura e a loja limitou a entrada de pessoas. Segundo o diretor do grupo, João Claudio Nunes, mesmo em período de forte retração na economia, a rede decidiu manter os investimentos e o cronograma. "Não mudamos nossos planos para não gerar demissões, já que a equipe estava toda contratada e a loja já estava sendo finalizada", diz.

**15**

**milhões de reais foi o investimento para implantar a 14ª unidade da rede de supermercados**

**Nova unidade**

Novos investimentos sempre serão grandes notícias. Quando são anunciados em momentos de retração, tornam-se ainda mais importantes. A Carbonor implantou uma nova unidade industrial em Camaçari, apesar do momento de crise na economia. As informações são da Usuport, associação que representa os proprietários de cargas portuárias na Bahia. Nessa unidade industrial serão produzidas 21 mil toneladas por ano de dióxido de carbono e 23 mil toneladas/ano de hidróxido de cálcio. Os investimentos vão consolidar a empresa como uma das maiores e mais tradicionais indústrias químicas do Brasil. Além de ser líder na produção de bicarbonato de sódio, a Carbonor também é a única detentora de tecnologia de produção de bicarbonato para hemodiálise no Brasil, com capacidade de produção de 80 mil toneladas/ano, cerca de 75% da demanda nacional de bicarbonato de sódio.

**Endividamento**

A taxa de endividados de Salvador disparou em maio e atingiu 57,1% da população. Foi o maior percentual de aumento desde outubro de 2016 e representou uma alta de 7,2 pontos percentuais em relação a abril (49,9%), conforme registra a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), da Fecomércio-Ba. Atualmente, 530 mil famílias da capital baiana tem algum tipo de dívida. O percentual de famílias que não conseguiram pagar as dívidas até data do vencimento também aumentou, passando de 16,9% em abril para os atuais 21,6% – o maior patamar desde janeiro de 2018. Em números absolutos, significa 200 mil famílias inadimplentes.

**57,1**

**por cento da população de Salvador chegou ao mês de maio endividada**

**GOL retoma voo**

A GOL Linhas Aéreas, maior Companhia aérea do Brasil, retoma importante trecho para a malha do Nordeste, a rota Salvador (SSA)-Recife (REC). Os voos serão operados diariamente, a exceção dos sábados, a partir de 15 de junho. Os trechos fazem parte do planejamento da malha essencial da empresa do mês e serão disponibilizados partindo do Recife, às 13h55, e da capital baiana às 13h05. Com a medida, a Companhia restabelece a ligação entre Bahia e Pernambuco, estados relevantes para o mercado brasileiro em termos de economia, saúde e cargas.

**Donaldson Gomes** é editor e escreve às sextas-feiras



# Distante do esperado

**Reprovados** Na Bahia, Índice de isolamento social é de apenas 44%; ideal seria 70%

**Daniel Aloisio\***

REPORTAGEM  
daniel.santos@redebahia.com.br

Com 11.941 casos confirmados de coronavírus, a Bahia amarga um índice de isolamento social de 43,7%, abaixo do ideal de 70% e do mínimo recomendado pelas autoridades sanitárias: 50%. Só 16 cidades do estado conseguiram ter mais da metade da sua população em casa e apenas Jaguaripe e Cairu atingiram, aproximadamente, o índice de 60%. Veja a lista completa das 16 cidades ao lado.

Os dados foram coletados na terça-feira (19) e são da empresa InLoco (inloco.com.br), que estima o percentual da população que está respeitando as recomendações de isolamento. O Governo do Estado tem acesso a esses números através de um convênio firmado entre a empresa e a Secretaria da Saúde da Bahia (Sesab).

De acordo com o levantamento, a Bahia está em 12º no ranking do isolamento no Brasil entre os 26 estados e o Distrito Federal. No Nordeste, por sua vez, a posição preocupa. O estado está em sétimo lugar entre os nove da região, só melhor que Piauí (43,1%) e Rio Grande do Norte (40,9%).

Para calcular o índice, a InLoco utiliza um serviço de geolocalização dos dispositivos móveis. "Não há a identificação individual de nenhum usuário, uma vez que os dados são consolidados em clusters (grupos de usuários não identificados) e nenhum dado sensível (como etnia, religião, etc) é coletado", garantiu o especialista em produção de informações da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Rodrigo Cerqueira.

"Temos um compromisso firmado pela InLoco em preservar a privacidade dos usuários, respeitando o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados", completou Rodrigo.

Na Bahia, só a cidade de Catolândia, no extremo-oeste do estado, não teve o seu índice calculado pela InLoco. "A empresa trabalha com 60 milhões de usuários em todo o país. Eles não compreendem a totalidade da população brasileira e precisam de um critério que leva o município a en-

trar na base ou não, que é justamente o número mínimo de usuários cadastrados no sistema. Catolândia não atendeu aos critérios mínimos", explicou o especialista da SEI.

Para a neurocientista Cláudia Feitosa-Santana, defensora do auto-isolamento, a arma continua sendo parar. Ela citou o exemplo de Taiwan como um país que lida bem com a pandemia. "Com quase 24 milhões de habitantes, Taiwan tem só 441 casos confirmados e sete mortes. Desde janeiro, eles estão vivendo com isolamento, com distanciamento, com uma série de regras rígidas", destacou. Já a Bahia possui nove milhões a menos de habitantes do que Taiwan e quase 30 vezes mais casos do que o país asiático localizado ao leste da China, onde surgiu o coronavírus.

## CAPITAL E INTERIOR

Em Salvador, cidade baiana com mais casos e óbitos decorrentes do coronavírus, o índice de isolamento registrado foi de 48,6%, abaixo até do mínimo recomendado. "Logo no início da pandemia, chegamos a alcançar um índice de isolamento de 70% em Salvador. Mas com o tempo as pessoas começaram a voltar para as ruas, talvez porque a velocidade do aumento de casos aqui não estivesse como em outros locais. O resultado a gente vê agora, com o aumento gradual de casos e óbitos", explicou a médica infectologista da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), Adielma Nizarala.

Mais bem colocadas do que Salvador, 16 cidades baianas atingiram um índice de isolamento social acima de 50%, o mínimo recomendado. Um desses municípios é Cairu, cujo número é de 59,7%. "Dona" de Morro de São Paulo, terceiro destino turístico mais visitado do estado, a cidade recebia milhares de pessoas de diferentes lugares do mundo durante o ano todo.

Agora, há no local determinações que restringem o convívio social e circulação de turistas nas ilhas. Semana passada, o dono de uma lancha e o proprietário de uma pousada na cidade foram multados, por transportar e hospedar turistas de forma clandestina.

Mesmo sendo a segunda cidade com maior índice de isolamento, Cairu tem 12 casos de coronavírus e um óbito. Em



Pedestres aglomerados no final de linha de brotas, em Salvador

**As pessoas que ainda não entenderam o perigo do vírus. Ele é invisível, não emite som e não tem cheiro. É preciso uma estratégia de comunicação e educação científica que façam as pessoas compreenderem a importância de ficar em casa**  
Claudia Feitosa-Santana  
Neurocientista

CONFIRA A LISTA DAS 16 CIDADES BAIANAS COM ÍNDICE DE ISOLAMENTO SOCIAL ACIMA DE 50% (EM %)



**48,6%**  
é o índice de isolamento social de Salvador segundo dados da empresa InLoco

nota, a secretaria de saúde da cidade informou que o local não possui transmissão comunitária e que não é possível confirmar como se deu a contaminação, mas confirma que todos os casos positivos no município tiveram contato.

A equipe de Vigilância Epidemiológica está realizando o monitoramento de todos os casos confirmados, que estão orientados a permanecerem em quarentena e a realizarem todas as medidas de segurança sanitária. "É importante que as pessoas fiquem em casa e respeitem as medidas de isolamento social. Elas são fundamentais para que o município e os profissionais de saúde possam trabalhar na prevenção e controle do número de casos", reforçou a secretaria de Saúde, Italuana Guimarães.

\*SUPERVISÃO DO SUBEDITOR MIRO PALMA

## Quatro cidades do interior têm quarentena abaixo de 30%

Os piores resultados registrados na Bahia foram de municípios que apresentaram índices inferiores de isolamento social abaixo de 30%. Tratam-se das cidades de Feira da Mata (26,2%), Tabocas do Brejo Velho (28,8%), Gavião (29,3%) e Ibotirama (29,5%). Só essa última cidade tem um caso confirmado da covid-19.

O prefeito de Feira da Mata, Aparecido Alves (PP), disse que o resultado se deve ao relaxamento das medidas de restrição de circulação que houve na cidade no início de maio. "Abrimos academias e bares, por exemplo. Mas essa semana fechamos tudo novamente, só deixando o essencial, como supermercados, açougue e farmácias", disse.

Já o prefeito de Gavião, Raul Soares (PSD), acredita que a chegada de pessoas de São Paulo e do Rio de Janeiro na cidade tenha contribuído para esse baixo isolamento. "Todo dia chega pelo menos um carro particular ou van trazendo pessoas de fora, que ficaram desempregadas. Nós orientamos essas pessoas a ficarem em casa".

"Recomendaria para essas cidades pequenas fechar as entradas da cidade para não ter importação do vírus", defendeu a neurocientista Cláudia Feitosa-Santana.

O CORREIO não conseguiu retorno dos prefeitos de Ibotirama e Tabocas do Brejo Velho até o fechamento desta reportagem.



**Das Agências**REPORTAGEM  
correio24horas@redabahia.com.br

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmou ontem, durante vídeoconferência com governadores, que vai sancionar o projeto que libera socorro financeiro de R\$ 60 bilhões a estados e municípios em decorrência da pandemia do coronavírus. Ele pediu consenso em torno da manutenção dos vetos que pretende fazer ao projeto. Um dos trechos que o presidente já disse que vai vetar permitia reajuste a servidores no período da pandemia. O congelamento de salários era uma contrapartida pedida pelo governo, mas o texto foi modificado no Congresso.

"O mais importante: se possível sair uma proposta aqui por unanimidade de nós, ao vetarmos quatro dispositivos, um que é de extrema importância, que esse veto venha a ser mantido por parte do parlamento. Porque é assim que vamos construir nossa política, nos entendendo cada vez mais", disse Bolsonaro.

Ele defendeu o congelamento dos salários dos servidores até o fim de 2021. "A cota de sacrifício dos servidores, pela proposta que está aqui, é não ter reajuste até 31 de dezembro do ano que vem", completou.

O veto é um compromisso do presidente ao ministro da Economia, Paulo Guedes, mas o presidente está dando tempo para mais gratificações à Polícia Federal e contratação de agentes da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Governadores já aproveitaram o tempo para aumentar salários e criar gratificações, o que será inviável depois que Bolsonaro sancionar a lei que repassa diretamente a prefeitos e governadores R\$ 60 bilhões.

A demora na sanção deixou descontente o ministro Guedes e sua equipe, que consideram o congelamento uma medida de ajuste importante como contrapartida ao alívio de R\$ 125 bilhões com o projeto. Isso porque, além do repasse direto de R\$ 60 bilhões, há também no projeto suspensão de dívidas com a União e bancos oficiais.

Bolsonaro disse que congelar reajustes é o "remédio menos amargo" para o funcionalismo, "mas de extrema importância para todos os 210 milhões de brasileiros". Mas ele próprio, durante a votação, deu aval para "salvar" carreiras militares, como mostrou o Estadão.

**VOTAÇÃO**

A Medida Provisória 918 que reestrutura as funções de chefia na Polícia Federal e prevê reajustes ao topo da carreira deve ser votada antes do veto. A MP cria 338 funções comissionadas na Polícia Federal. O governo corre também para convocar 600

**Se não fizessemos uma reunião de convergência, a sinalização para o país seria a pior possível**  
Rodrigo Maia

Presidente da Câmara dos Deputados

**Foi um sinal positivo. Espero que o diálogo institucional se mantenha como regra, e não exceção**  
Flávio Dino

Governador do Maranhão

**Foi um dia positivo, construtivo e pacificador. Refletiu até na Bolsa de Valores, o dólar caiu**  
João Doria

Governador de São Paulo

## Isolamento social ficou de fora da discussão

Principais pontos de divergência entre o presidente Jair Bolsonaro e os governadores, as discussões sobre medidas de isolamento social e a retomada das atividades econômicas durante a pandemia do novo coronavírus ficaram de fora da reunião entre eles ontem.

Também não houve espaço para cobrar do governo federal a entrega de testes, respiradores e kits de equipamento pessoal. Entre os governadores, havia a expectativa que o presidente discutisse um plano de retomada econômica e anunciasse medidas efetivas, o que não ocorreu. Em conversas reservadas, líderes dos estados reclamam que as reuniões de Bolsonaro costumam ser pouco produtivas.

Aos deixar os temas espinhosos de lado na reunião, o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), o último a falar, pediu paz a Bolsonaro. No último encontro virtual, em março, os dois protagonizaram um bate-boca. A hostilidade seguiu nas redes sociais. E, na semana passada, Bolsonaro pediu para empresários "jogarem pesado" contra o governador paulista pelo fim do isolamento social.

"Vamos em paz, presidente, vamos pelo Brasil e vamos juntos, que é o melhor caminho, que é a melhor forma de vencer a pandemia", disse Doria. Jair Bolsonaro respondeu secamente: "Senhor João Doria, obrigado pela palavras e parabéns pela posição de Vossa Excelência".



MARCOS CORRÊA/PR

# Bolsonaro pede apoio para vetar reajustes

Presidente Jair Bolsonaro disse que vai sancionar projeto que libera R\$ 60 bilhões a estados e municípios

**Encontro de presidente e governadores foi marcado por trégua nos ataques entre os poderes**

novos aprovados do concurso da Polícia Rodoviária Federal em 2018 porque, além dos reajustes, novas contratações serão barradas com o veto.

O presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef), Luiz Antonio Boudens, disse que a votação da MP antes do veto do presiden-

te é necessária para evitar embate jurídico mais tarde.

Ao lado de Bolsonaro, no Palácio do Planalto, estavam o presidente de Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP). Os dois reforçaram a importância da ajuda aos estados e pediram união entre o governo federal e os estaduais no combate ao coronavírus.

**COBRANÇA**

Os governadores cobraram do presidente o repasse da primeira parcela do socorro ainda até o fim do mês e que Bolsonaro não veto o artigo do projeto que permite também o não pagamento das dívidas com bancos privados e com os organismos internacionais no valor de quase R\$ 10,7 bilhões.

Porta-voz dos estados, o governador de Mato Grosso

do Sul, Reinaldo Azambuja (PSDB), disse que a maioria dos estados é favorável ao veto do reajuste salarial do funcionalismo público até 2021.

Mas alguns governadores ficaram desconfortáveis em apoiar um veto presidencial porque veem uma relação pouco leal de Bolsonaro com os chefes dos estados.

O temor é que o presidente debite na conta dos governadores o ônus político da proibição dos aumentos.

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, disse que "da sua parte", concorda com a medida, porque não é o momento de conceder aumentos que não terão cobertura financeira. Para Leite, a reunião com Bolsonaro foi importante para o entendimento, apesar de não ter havido clareza de quando a lei do auxílio a estados e municípios será sancionada.

**Dólar volta a cair; Bolsa sobe 2,1%**

Num dia marcado por avanços nas negociações para o veto ao reajuste de servidores estaduais e municipais, o dólar caiu para a menor cotação em 17 dias. A moeda encerrou o pregão vendida a R\$ 5,582, com recuo de R\$ 0,108 (-1,89%).

O euro comercial fechou vendido a R\$ 6,094, com recuo de 2,56%. A libra comercial caiu 2,6% e terminou a sessão vendida a R\$ 6,79. No mercado de ações, o dia foi marcado pela recuperação. O índice Ibovespa, da B3, fechou o dia aos 83.027 pontos, com ganho de 2,1%. Em alta pelo segundo dia seguido, o indicador está no maior nível desde 29 de abril.



**Correio\*****24h****ECONOMIA**

8

# INSS inicia pagamento da segunda parcela do 13<sup>o</sup>

**BENEFÍCIO** O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) começa, na próxima segunda-feira (25), a pagar o 13<sup>o</sup> de aposentados e pensionistas de todo o país. O depósito da segunda parte desse abono anual será realizado no período de 25 de maio a 5 de junho, conforme a tabela de pagamento de 2020. A antecipação do 13<sup>o</sup> é uma das medidas anunciadas pelo governo federal para o enfrentamento da pandemia do novo coronavírus.

Para aqueles que recebem um salário mínimo, o depósito da antecipação será feito entre os dias 25 de maio e 5 de junho, de acordo com o número final do benefício, sem levar em conta o dígito verificador. Segurados com renda mensal acima do piso nacio-

**30,8**  
milhões de aposentados e pensionistas do INSS, em todo o país, têm direito de receber o 13<sup>o</sup>, diz o governo

nal terão seus pagamentos creditados entre os dias 1<sup>o</sup> e 5 de junho.

Segundo o Ministério da Economia, em todo o país, 35,8 milhões de pessoas receberão seus benefícios de maio. O INSS injetará na economia um total de R\$ 71,5 bilhões. Desse total de pagamento referente a maio, 30,8 milhões de beneficiários receberão a segunda parcela do 13<sup>o</sup>, o equivalente a R\$ 23,8 bilhões.

Por lei, tem direito ao 13<sup>o</sup> quem, durante o ano, recebeu benefício previdenciário de aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-acidente ou auxílio-reclusão. Na hipótese de cessação programada do benefício, prevista antes de 31 de dezembro de 2020, será pago o valor proporcional do abono anual ao beneficiário. Nesta parcela, vale lembrar, é feito o desconto do Impos-

to de Renda (IR).

Aqueles que recebem benefícios assistenciais - Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/Loas) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) - não têm direito ao abono anual.

Para saber o dia do pagamento, é preciso verificar o número do benefício. Cada benefício pago pelo INSS é composto por uma numeração única e segue um padrão de 10 dígitos no seguinte formato: Número do Benefício (NB): 999.999.999-9

O número a ser observado é o penúltimo algarismo. Além dessa informação, também é necessário observar se o benefício é de um salário mínimo ou mais.

A primeira parcela do benefício foi paga entre 24 de abril e 8 de maio. Nesta parcela, é feito o desconto do Imposto de Renda (IR).

## Ministros discutem conclusão de trecho da Fiol

**FERROVIA** Os ministros de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, reuniram-se, ontem, por videoconferência, com o ministro Aroldo Cedraz, do Tribunal de Contas da União, para tratar da conclusão do trecho 1 da Ferrovia de Integração Oeste/Leste (Fiol), de

Ilhéus a Caetité, na Bahia.

Na oportunidade, Bento Albuquerque realçou a importância do setor mineral para a economia do país, tanto para a geração de riqueza como para a criação de empregos, destacando que a regularidade e bom desempenho daquela atividade sempre estão associa-

dos à necessidade de uma boa infraestrutura para escoamento da produção.

No caso específico da Fiol, a conclusão do seu primeiro trecho viabilizará a eficiência para o transporte da produção de minério de ferro na região de Caetité, pela empresa Bahia Mineração (Bamin).



**Correio\***

## miriam leitão

[blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)

## Breve harmonia na federação

O governo do Rio, em 2017, pegou um empréstimo com o BNP Paribas com o compromisso de privatizar a Cedae e quitar a dívida. Vence em dezembro. Se o governo federal não vetar a suspensão do pagamento das dívidas bancárias dos estados, o Rio poderá não pagar esse débito, e o Tesouro ficará impedido de executar as garantias. Esse foi um exemplo que ouvi no Ministério da Economia para explicar por que eles recomendaram o veto no ponto em que os governadores pediram tanto para não vetar. A reunião foi harmoniosa, mas as diferenças persistem.

Os governadores fizeram uma reunião prévia para discutir os detalhes. Foram escolhidos a dedo para falar os governadores do Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja, do PSDB, e do Espírito Santo, Renato Casagrande, do PSB. João Dória, de São Paulo, com quem houve a briga da última reunião, só entrou para referendar. Mas falou pouco, sua transmissão o prejudicou. Enquanto ele não conseguia conexão, o governador gaúcho, Eduardo Leite, entregou um recado: rapidez para regulamentar o acordo da lei Kandir. E isso ele deve conseguir.

Os governadores deram

apoio ao veto no reajuste do funcionalismo. Na equipe econômica se dizia desde segunda-feira que o presidente, Jair Bolsonaro, não queria o ônus sozinho de contrariar os servidores. Os governadores disseram que a prerrogativa do veto é do presidente, mas que eles concordam. Em seguida, pediram a manutenção do artigo 6º parágrafo 4º que trata do adiamento da dívida com bancos e instituições como Banco Mundial e BID. Pediram também a sanção imediata do projeto para que o socorro chegue, como pediu Dória, até o dia 31 de maio.

Bolsonaro prometeu a sanção o mais rápido possível, talvez o faça hoje. Mas usou sempre a palavra "vetos". No plural. Os governadores ficaram sem entender se Bolsonaro vai vetar

ou não. O senador Davi Alcolumbre ressaltou que era importante não vetar esse artigo da lei, porque fora resultado de uma construção coletiva.

A equipe econômica sugeriu vetar porque o artigo do projeto estabelece que os estados podem não pagar essas dívidas e o Tesouro não poderá, no período, executar as contragarantias.

Os governadores acham que, neste momento de dificuldade, não faz sentido pagar essas dívidas. Como o Tesouro é o avalista, ele pagaria. Mas pelo contrato o Tesouro teria que reter transferências, como as do Fundo de Participação dos Estados (FPE). O que foi incluído no projeto é que o Tesouro assume o pagamento e não executa as garantias. Os técnicos acham que não pode haver isso. Mas a decisão será po-

lítica e estava ontem em debate interno no governo.

E quanto custaria isso? Um governador me disse R\$ 12 bilhões, no Ministério da Economia ouvi R\$ 13 bilhões. Na tabela que foi divulgada na coletiva seriam R\$ 24,7 bilhões juntando dívida interna e externa.

"Todos os empréstimos internacionais têm garantia da União. Eles não aceitam fazer sem esse aval. Mas esses contratos são regidos pela lei americana. Se um estado parar de pagar o Banco Mundial, o Tesouro tem que pagar, mas no histórico do banco o estado vai constar como inadimplente. Nunca mais vai conseguir um empréstimo em linha barata e longa. O que os estados estão pedindo é um tiro no pé", explica um integrante da equipe econômica.

Na negociação no Senado os estados propuseram assim: se eles conseguissem renegociar com os bancos um alongamento da dívida ou uma suspensão temporária dos pagamentos, o Tesouro manteria as garantias. Isso a equipe econômica concordou. Mas uma coisa é uma renegociação, outra coisa é não pagar e o Tesouro ter que arcar e ainda não executar garantias. Pelos lados dos estados, no entanto, não faz sentido tirar recursos que poderiam ir para as emergências da saúde e pagar um banco. Mesmo se o presidente sancionar hoje, a rapidez do pagamento dependerá de todos os estados suspenderem as ações que têm na Justiça contra a União. Aquelas ações para não pagar a dívida junto ao Tesouro e que tiveram liminares. Tudo dependerá da suspensão dessas ações e de uma MP criando o crédito extraordinário. Só então o dinheiro chegará nos cofres estaduais.

A reunião de ontem não trouxe do isolamento social. Por isso pareceu tão pacífica. Ela contornou o maior conflito entre o presidente e a maioria dos governadores. Foi um dia sem briga federativa. Ótimo. Mas a paz pode ser breve.

## ECONOMIA

# Arrecadação de impostos tem pior abril desde 2006

**RECESSÃO** Em meio à pandemia da covid-19, a arrecadação das receitas federais no Brasil registrou queda de 28,95% em abril, totalizando R\$ 101,154 bilhões. A comparação é com o mesmo mês de 2019, descontada a inflação. Esse foi o menor valor para o mês desde 2006, quando a arrecadação totalizou R\$ 94,505 bilhões. As informações foram divulgadas ontem pela Receita Federal.

As receitas administradas pela Receita Federal, como impostos e contribuições federais, chegaram a R\$ 93,332 bilhões, resultando em queda real (descontada a inflação) de 28,79%. Já as receitas administradas por outros órgãos, principalmente royalties do petróleo, somaram R\$ 7,822 bilhões, com queda de 30,75%, em relação a abril de 2019.

De janeiro a abril, a arrecadação total chegou a R\$ 502,293 bilhões, com queda real de 7,45%, em comparação com o mesmo período do ano passado. As receitas administradas pela Receita ficaram em R\$ 476,811 bilhões, com queda de 7,71%. Já as receitas administradas por outros órgãos atingiram R\$ 25,482 bilhões, com queda real de 2,18%.

Segundo a Receita Federal, o resultado do mês e do período acumulado foi "bastante



**●● A arrecadação de abril reflete os fatos geradores do mês de março, quando tivemos o início dos efeitos da pandemia do novo coronavírus**  
**Claudemir Malaquias**

Chefe do Centro de Estudos Tributários da Receita Federal

influenciado" por medidas de enfrentamento aos efeitos da pandemia de covid-19. A Receita cita o diferimento (adiamento de pagamento) de tributos, que somou R\$ 35,1 bilhões, em abril, e as compensações tributárias que apresentaram crescimento de 25,19% no mês passado e de 46,91% no período acumulado. Essas compensações somaram R\$ 10,901 bilhões, no mês passado, e R\$ 45,996 bilhões nos quatro meses do ano.

De acordo com o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, Claudemir Malaquias, o crescimento das compensações tributárias é resultado da necessidade de liquidez (recursos disponíveis) das empresas. "As empresas perdem o faturamento, perdem liquidez, e passam a lançar mão do seu direito creditório efetuando as compensações tributárias. Esses direitos foram adquiridos no passado, as empresas têm isso na sua contabilidade e podem utilizar no momento em que for oportuno. Com o advento das medidas de isolamento social, queda na atividade econômica, nos faturamentos, as empresas passaram a utilizar mais o recurso das compensações", explicou.

## Receita Federal libera hoje consulta ao primeiro lote de restituições do IR

**IMPOSTO DE RENDA** A Receita Federal informou que abrirá hoje, a partir das 9h, as consultas ao primeiro lote de restituição do Imposto de Renda de Pessoa Física 2020, relativo a 2019. As consultas poderão ser feitas na página da Receita na internet, pelo telefone 146 e no aplicativo da Receita para tablets e smartphones. No primeiro lote, a restituição será paga em 29 de maio a 901.077 contribuintes. O primeiro lote somará R\$ 2 bilhões, segundo a Receita. Neste ano, o pagamento da restituição será feito sempre no último dia útil do mês (nos anos anteriores era feito no dia 15). Como em anos anteriores, o primeiro lote do IR contemplará contribuintes com prioridade legal: idosos acima de 80 anos (133.171); contribuintes entre 60 e 79 anos (710.275); contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave (57.631).

## BALANÇO DA CAIXA

# R\$ 3,049 BI

foi o lucro da Caixa Econômica Federal no primeiro trimestre deste ano, queda de 37,8% em relação ao quarto trimestre de 2019. Na comparação com igual período de 2019, a queda chegou a 22,2%



## **PREFEITO ACM NETO DEFENDE “APERTO” CONTRA BANCOS**

**CRÉDITO** O prefeito ACM Neto, presidente nacional do Democratas, pediu ontem que o Congresso Nacional e o governo federal “apertem” os bancos para que facilitem o acesso ao crédito, especialmente para micro e pequenos empresários. Durante seminário online promovido pelo Democratas e pelo Instituto Liberdade e Cidadania (Ilec), o prefeito ainda reforçou a necessidade de diálogo para que o país supere a crise provocada pela pandemia do novo coronavírus com mais rapidez.

O evento online contou também com a participação do ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta; do governador de Goiás, Ronaldo Caiado; do vice-governador de São Paulo, Rodrigo Garcia; e do presidente do Ilec e ex-ministro da Educação, Mendonça Filho.

No webinar, os participantes discutiram ações para minimizar os efeitos da crise e debateram medidas necessárias para proteger a população. “Faço um apelo ao Congresso, ao governo federal, que apertem os bancos, tem que apertar. Não existe banco bilionário com país pobre, quebrado. O dinheiro não está chegando na ponta. Hoje (ontem) fiz uma reunião com representantes do comércio e não adianta ter uma taxa de juros mais baixa da história se o banco não disponibiliza o crédito”, disse o prefeito.

# Tribuna

Coluna   
**ESPLANADA**

LEANDRO MAZZINI 

## SALDO DEVEDOR

● Veja por que é difícil negociar dinheiro público com as companhias aéreas que voam no Brasil – e o Governo tem seus motivos para se preocupar nessa corrida para salvar as empresas. Entre os cinco maiores devedores previdenciários do País, inscritos na Dívida Ativa, três são aéreas falidas. São a Varig, que deve R\$ 4,09 bilhões; a VASP, com saldo negativo em R\$ 1,98 bilhão; e a Transbrasil, com R\$ 1,36 bilhão. Seus donos e ou herdeiros vão bem, voando por aí. As 500 maiores empresas devedoras da Previdência somam R\$ 97,8 bilhões em dívidas com a União, segundo lista da Procuradoria da Fazenda Nacional. Se pagassem... a história da reforma da Previdência seria outra.

**Tela fria**  
● A EBC vai ser privatizada. Em São Paulo, a empresa de TV estatal perdeu todos os equipamentos na enchente de fevereiro.

**Da gôndola**  
● Os supermercados estão faturando muito. Apenas uma loja de uma rede do DF bateu, na primeira semana de maio, a meta do mês. Para piorar, a inflação voltou nessa pandemia.

Paulo Guedes, agora vai dialogar com o Secretário Especial Produtividade, Emprego e Competitividade Carlos da Costa, na terça-feira, sobre retomada econômica.

**Na tela**  
● Na pauta da videoconferência, o reordenamento e recomposição dos tributos federais e ampliação de crédito para micro, pequenas e médias empresas.

.. . . .



# Tribuna

## BENEFÍCIO

# Governo aceita pagar mais um auxílio de R\$ 600

ADRIANA FERNANDES, O  
ESTADO DE S. PAULO

Para ganhar tempo até o desenho de uma nova política para os programas sociais do governo, uma das opções do ministro da Economia, Paulo Guedes, é dar mais uma parcela do auxílio emergencial de R\$ 600, mas com o valor dividido ao longo de três meses. Essa é uma das opções que estão na mesa de negociação da equipe econômica. Pelo cronograma atual, são previstas três parcelas do auxílio emergencial. Agora, o governo estuda ampliar o benefício, desde que o pagamento por mês seja menor.

Seria um modelo de transição até que possam ser reformulados os programas sociais e encontrada fonte de recursos para bancar o aumento de gastos permanentes. Uma negociação que terá de ser feita com o Congresso para não estourar o

teto de gastos (mecanismo que proíbe o aumento das despesas acima da inflação) a partir do ano que vem, quando não haverá mais o orçamento de guerra (que livrou o governo de cumprir algumas das amarras fiscais para ampliar os gastos no combate à pandemia).

A ideia é unificar os programas sociais com o fortalecimento do Bolsa Família. A reformulação já estava em curso antes da pandemia e agora ganhou urgência.

O custo adicional da extensão do auxílio emergencial ficaria em torno de R\$ 35 bilhões a R\$ 40 bilhões, diluído em três meses. Sem a ampliação, o benefício já terá impacto de R\$ 124 bilhões aos cofres públicos.

Fontes da área econômica afirmam que a pressão pela extensão do programa nos moldes atuais é grande devido ao longo período do isolamento, mas não há re-

ursos para bancar o acréscimo do programa de auxílio emergencial no valor de R\$ 600 por mais tempo.

A pressão parte do Congresso, que tem apresentados propostas para a ampliação da rede de proteção social após a pandemia da covid-19, que diminuiu a renda da população

e aumentou a pobreza no País.

Guedes diz que é preciso encontrar o equilíbrio "delicado" do auxílio na fase pós-isolamento. Ele descarta, no entanto, estender o auxílio por três meses no valor de R\$ 600. "Não tem condições de estender tanto tempo", afirma a interlocutores.

### 'Subam para R\$ 10 mil e aí ninguém trabalha'

Em entrevista ao canal do YouTube do jornalista Magno Martins, o presidente Jair Bolsonaro disse que o pagamento do auxílio emergencial está "muito acima do previsto" e já contempla 51 milhões de brasileiros.

"Entra a mãe solteira, outras pessoas e aí extrapola. E ainda querem prorrogar. Podem até prorrogar, agora paguem a conta depois. Subam de R\$ 600 para R\$ 10 mil e aí ninguém trabalha. Querem rodar di-

nheiro, mas aí depois vem a inflação", disse Bolsonaro.

Inicialmente, o governo propôs ao Congresso um auxílio de R\$ 200, mas quando o Congresso sinalizou que ia aumentá-lo para R\$ 500, Bolsonaro deu aval para que deputados e senadores o estivessem em R\$ 600. Em seguida, o Congresso ainda mexeu nas regras para ampliar o pagamento para mães adolescentes, menores de 18 anos, o que era proibido na versão original.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 18/05/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 21 de Maio de 2020 - 22:20

## **Com pandemia, gastos fora da regra do teto superam R\$ 500 bi**

por **Thiago Resende e Bernardo Caram** | Folhapress



Por causa da crise provocada pelo novo coronavírus, as despesas do governo que ficarão fora da regra do teto de gastos já superam a marca de R\$ 516 bilhões neste ano.

Somente as medidas anunciadas para reforçar o combate à Covid-19 e amenizar os impactos na economia somam mais de R\$ 230 bilhões em despesas primárias que não estão sujeitas à norma de ajuste fiscal.

Na prática, mecanismos legais usados pelo governo driblam a regra e acabam contornando o limite estabelecido para os gastos primários federais.

Em março, o ministro Paulo Guedes (Economia) chegou a dizer que R\$ 5 bilhões seriam suficientes para aniquilar o vírus.

O montante de R\$ 5 bilhões foram destinados à Saúde em 13 de março. Mas esse foi apenas o primeiro de vários créditos abertos. O último foi nesta quarta-feira (20), no valor de R\$ 10 bilhões.

O governo também tirou do teto recursos como o auxílio emergencial aos informais, cuja prorrogação integral preocupa Guedes.

O programa, proposto inicialmente pelo Ministério da Economia com um custo aos cofres públicos estimado em R\$ 15 bilhões, foi ampliado no Congresso.

No entanto, mesmo a nova projeção de R\$ 98 bilhões feita pela área econômica após a aprovação do auxílio pelo Legislativo não foi suficiente.

O crédito foi ampliado para cerca de R\$ 124 bilhões e ainda pode aumentar.

Questionado sobre a ampliação das estimativas de gastos com a pandemia após projeções iniciais modestas de Guedes, o Ministério da Economia afirmou que não comentaria.

A regra do teto de gastos, que limita o crescimento das despesas federais, não impede que o governo gaste mais em ações de combate ao coronavírus, pois o dinheiro para casos de calamidade pública fica fora da restrição, afirmam especialistas.

Aprovado pelo Congresso em 2016, na gestão do ex-presidente Michel Temer (MDB), o limite de crescimento das despesas públicas foi incluído na Constituição e impede a expansão dos gastos acima da variação da inflação.

Qualquer alteração nessa regra depende de amplo apoio na Câmara e no Senado.

A restrição ao aumento dos gastos tem algumas exceções. Uma delas é o envio de dinheiro para despesas imprevisíveis e urgentes, como em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

O governo, portanto, tem usado esse dispositivo para ampliar os recursos em ações de contenção da transmissão do vírus e tratamento de pacientes infectados, sem pressionar ainda mais o teto.

Além disso, tem colocado nesse rol dinheiro para evitar demissões em massa durante a crise econômica.

Essa exceção se aplica também a recursos para a realização de eleições, aumento de capital de estatais não dependentes da União e transferências previstas na Constituição para estados, municípios e Distrito Federal.

A regra que limita o crescimento das despesas públicas é sistematicamente alvo de pressão de políticos -inclusive membros do governo- que defendem uma flexibilização da norma.

O movimento foi gerado pela dificuldade do Executivo em destinar mais verba para políticas públicas, já que o Orçamento do país é dominado por gastos obrigatórios, principalmente aposentadorias e despesas com servidores públicos.

Sob as restrições da norma do teto, o espaço que sobra para o governo gastar livremente é cada vez menor.

Em reuniões, Guedes afirma que não aceita a derrubada ou a flexibilização do teto de gastos para acelerar a retomada da atividade após a pandemia.

O ministro insiste em redução dos gastos obrigatórios e estímulo ao investimento privado.

O teto imposto ao governo é global, e não segmentado por ministério.

Ao elaborar o Orçamento de cada ano, Congresso e governo devem ajustar os gastos ao limite previsto. Em 2020, este limite é de R\$ 1,454 trilhão.

Até fevereiro, antes da pandemia, havia uma folga de apenas R\$ 1,7 bilhão. Não seria possível, portanto, colocar em prática o pacote de combate ao coronavírus com gastos contabilizados dentro do teto de gastos.

Em 2020, por causa da calamidade pública provocada pela pandemia, o governo não precisará cumprir duas regras fiscais: a meta de resultado primário (que reúne receitas e despesas, exceto gastos com dívida pública) e a regra de ouro (impede que a União emita títulos de dívida pública para bancar despesas recorrentes, como aposentadorias e salários).

No entanto, o Orçamento deste ainda ainda está sujeito ao teto de gastos.

Mesmo com o mecanismo de driblar a limitação usado por Bolsonaro, o economista Daniel Veloso Couri, diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI, órgão do Senado que monitora as contas públicas), defendeu a regra do teto.

"Isso [gasto de R\$ 516 bilhões fora da limitação] é uma necessidade. É uma emergência. A questão é por quanto tempo esses gastos vão continuar. Isso é mais importante que a magnitude das despesas", disse.

A equipe de Guedes tenta evitar que programas como o auxílio emergencial a informais sejam prorrogados, o que elevaria o nível de endividamento do país e pode comprometer o cumprimento do teto em 2021, quando não há previsão de afrouxamento de regras fiscais.



Veículo: Política Livre	
Data: 22/05/2020	Caderno: Economia



22 de maio de 2020 | 09:04

## Nova linha para micro e pequenas empresas tenta facilitar liberação de recursos

### ECONOMIA

A nova linha de crédito criada para amparar financeiramente negócios menores durante a crise do coronavírus tenta corrigir deficiências de programas anteriores para fazer com que o dinheiro chegue ao caixa de micro e pequenas empresas.

Poderão aderir negócios com até R\$ 4,8 milhões de receita anual.

A linha, que será oferecida por bancos, cooperativas e fintechs, terá uma taxa de juro anual máxima formada pela taxa básica de juros (Selic), hoje em 3% ao ano, acrescida de 1,25%. O prazo de pagamento é de 36 meses.

As empresas que contratarem a linha de crédito no âmbito no Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) precisarão assumir, em contrato, a obrigação de fornecer informações verdadeiras e de preservar a quantidade de funcionários em número igual ou superior até 60 dias após o recebimento da última parcela –o que já dribla o comprometimento com a não demissão exigido em outras linhas.

Segundo o professor da Saint Paul Escola de Negócios Maurício Godoi, a expectativa é que a nova linha tenha pelo menos 20% de adesão, uma vez que o novo texto contornou diversos entraves de adesão existentes nas outras linhas com subsídio público.

Desde o começo da pandemia até agora foram aprovadas pelo menos cinco iniciativas do governo entre a criação e a extensão de linhas de crédito.

“As condições estão mais flexibilizadas e um maior número de instituições financeiras poderão aderir ao novo programa, o que, por si só, já aumenta a possibilidade de acesso ao crédito. É uma medida feita para apagar incêndios, mas que dá um respiro importante para essas empresas no atual momento”, afirma.

Foram liberados R\$ 15,9 bilhões para a linha no total. Os bancos que fizerem parte do programa terão de operar com recursos próprios para conceder os recursos, mas contarão com garantia aportada pelo Tesouro de até 85% do valor de cada operação.

Foram reservados até R\$ 1,4 milhão em empréstimos dentro do Pronampe, a depender do seu faturamento anual.

O novo projeto de lei que viabiliza o programa foi sancionado nesta terça-feira (19) pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido), e também determina que o valor máximo a ser cedido por empresa é de 30% de seu faturamento anual registrado em 2019.

Segundo Godoi, a decisão do governo em considerar o faturamento dos 12 meses encerrados e 2019 acaba sendo positivo. "Isso já descarta os impactos que a pandemia teve nos primeiros meses deste ano na receita das empresas e dá espaço para concessões maiores", diz.

No caso de empresas com menos de um ano de funcionamento, o limite pode ser de até 50% do seu capital social ou de até 30% da média do seu faturamento mensal—o que for mais vantajoso.

Em um primeiro momento, as instituições financeiras participantes poderão formalizar operações de crédito pelo novo programa até 19 de agosto, sendo possível a prorrogação por mais três meses.

Os bancos participantes poderão consultar bases de dados públicas ou privadas com informações para negar as concessões.

*Folha de S.Paulo*

Veículo: Política Livre	
Data: 21/05/2020	Caderno: Economia



21 de maio de 2020 | 17:59

## ***Pacote a estados aumenta déficit primário em 2020 para R\$ 344,6 bi***

### **ECONOMIA**

A sanção do pacote de socorro aos estados e aos municípios elevará para R\$ 344,6 bilhões a previsão de déficit primário do Governo Central – Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – em 2020. Equivalente a 4,74% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e dos serviços produzidos), o valor foi revelado há pouco pelo secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues.

O montante considera o pedido da equipe econômica para que o presidente Jair Bolsonaro vete o reajuste a servidores estaduais de áreas diretamente relacionadas ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, como profissionais da saúde e da segurança. A pasta também pediu que o presidente vete a suspensão do pagamento de dívidas dos estados e dos municípios com organismos internacionais.

Em videoconferência hoje (21) com o presidente Bolsonaro, governadores manifestaram apoio ao veto do reajuste a categorias de servidores. Com o veto, os salários dos servidores da União, dos estados e dos municípios ficarão congelados por 18 meses, o que gerará economia de R\$ 130,5 bilhões – R\$ 98,93 para os entes locais e R\$ 31,57 bilhões para a União.

Ao todo, o socorro aos estados e aos municípios custará R\$ 125,8 bilhões à União. Desse total, R\$ 60,15 bilhões correspondem a repasses diretos do governo federal para os entes locais, R\$ 35,34 bilhões representam a suspensão das parcelas da dívida dos estados com a União, R\$ 13,98 bilhões equivalem à renegociação dos débitos dos estados e dos municípios com bancos oficiais, R\$ 10,73 bilhões à renegociação de dívidas dos governos locais com órgãos internacionais e R\$ 5,76 bilhões correspondem a suspensão do pagamento da contribuição de prefeituras para a Previdência Social.

Em contrapartida, os estados e os municípios, além de congelarem os salários dos servidores, terão de vedar a criação de gastos obrigatórios e impedir o crescimento desse tipo de despesa acima da inflação.

#### Impacto

Anteriormente, o Ministério da Economia projetava déficit primário de R\$ 289,8 bilhões (- 3,98% do PIB) em 2020. Segundo a pasta, o valor se deve a três fatores. O primeiro é o repasse de R\$ 60,15 bilhões aos governos locais. Os demais fatores são a suspensão da contribuição das prefeituras para o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), com impacto de R\$ 5,6 bilhões; e os R\$ 55,6 bilhões de gastos com o pacote de auxílio de agora até o fim do ano.

O impacto é amenizado pela economia de R\$ 10,52 bilhões de servidores com a União nos próximos até o fim de 2020, resultando no total de R\$ 344,63 bilhões de déficit primário para este ano. O déficit primário representa o resultado negativo das contas do governo excluindo os juros da dívida pública.

*Agência Brasil*



Veículo: Bahia Econômica	Bahia
Data: 21/05/2020	



## PACOTE A ESTADOS AUMENTA DÉFICIT PRIMÁRIO PARA R\$ 344,6 BI



admin 21 Maio, 2020

A sanção do pacote de socorro aos estados e aos municípios elevará para R\$ 344,6 bilhões a previsão de déficit primário do Governo Central – Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – em 2020. Equivalente a 4,74% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e dos serviços produzidos), o valor foi revelado há pouco pelo secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues.

O montante considera o pedido da equipe econômica para que o presidente Jair Bolsonaro vete o reajuste a servidores estaduais de áreas diretamente relacionadas ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, como profissionais da saúde e da segurança. A pasta também pediu que o presidente vete a suspensão do pagamento de dívidas dos estados e dos municípios com organismos internacionais.

Em videoconferência hoje (21) com o presidente Bolsonaro, governadores manifestaram apoio ao veto do reajuste a categorias de servidores. Com o veto, os salários dos servidores da União, dos estados e dos municípios ficarão congelados por 18 meses, o que gerará economia de R\$ 130,5 bilhões – R\$ 98,93 para os entes locais e R\$ 31,57 bilhões para a União.

Ao todo, o socorro aos estados e aos municípios custará R\$ 125,8 bilhões à União. Desse total, R\$ 60,15 bilhões correspondem a repasses diretos do governo federal para os entes locais, R\$ 35,34 bilhões representam a suspensão das parcelas da dívida dos estados com a União, R\$ 13,98 bilhões equivalem à renegociação dos débitos dos estados e dos municípios com bancos oficiais, R\$ 10,73 bilhões à renegociação de dívidas dos governos locais com órgãos internacionais e R\$ 5,76 bilhões correspondem a suspensão do pagamento da contribuição de prefeituras para a Previdência Social.

Em contrapartida, os estados e os municípios, além de congelarem os salários dos servidores, terão de vedar a criação de gastos obrigatórios e impedir o crescimento desse tipo de despesa acima da inflação. (Agência Brasil)

Foto: Marcello Casal Jr

Veículo: Varela Notícias	Política
Data: 22/05/2020	



21/05/20 às 11h42 - Atualizado em 21/05/20 às 11h43

## Em reunião com governadores, Bolsonaro se compromete a sancionar ajuda a Estados

Presidente pretende vetar alguns pontos do projeto



Foto: Reprodução

### Redação VN

[redacao@varelanoticias.com.br](mailto:redacao@varelanoticias.com.br)

Ao lado dos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM) e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM), o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) se reuniu com governadores, na manhã desta quinta-feira (21) e se comprometeu a sancionar o pedido de ajuda aos estados na ordem de R\$ 60 bilhões para enfrentar a crise causada pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19).



O presidente ponderou que o projeto deve sofrer sanções. “Vai ser assinado o mais rápido possível, acertando pequenos ajustes técnicos que estão na iminência de serem solucionados”, disse Bolsonaro.

Um dos pontos de convergência do projeto é sobre a contribuição dos servidores públicos. Algumas propostas variam entre um desconto nas remunerações ou o congelamento de salários pelos próximos 18 meses que atingiriam todas as categorias.

Veículo: G1	Economia
Data: 21/05/2020	



## Parcela de ajuda financeira a estados e municípios pode ser paga ainda em maio, diz secretário

Depósito vai exigir 'grande esforço', segundo Waldery Rodrigues. Presidente Bolsonaro disse que sancionará projeto ainda nesta quinta; chance de reajuste a servidores deve ser vetada.

Por Laís Lis e Gustavo Garcia, G1 — Brasília

21/05/2020 17h40 Atualizado há 14 horas

O secretário especial da Fazenda do **Ministério da Economia**, Waldery Rodrigues, afirmou nesta quinta-feira (21) que a primeira parcela da **ajuda financeira aos estados e municípios** pode ser paga ainda em maio. A tentativa, segundo ele, vai exigir 'grande esforço'

“É possível que aconteça ainda em maio? Sim. Mas vai exigir de todas as partes um grande esforço”, declarou em coletiva no Palácio do Planalto. Segundo o secretário, além da operação de pagamento, outras exigências precisam ser cumpridas antes da liberação do dinheiro. Um desses pré-requisitos é que estados desistam de ações judiciais contra a União relacionadas à pandemia. Também será preciso editar uma medida provisória abrindo crédito extraordinário.

A ideia, segundo Waldery, é manter o cronograma **aprovado pelo Congresso Nacional**, que prevê o repasse de R\$ 60,15 bilhões a estados e municípios, dividido em quatro parcelas mensais.



Bolsonaro se reúne com governadores e defende congelar salários de servidores

Os recursos, segundo o texto sob análise do presidente Jair Bolsonaro, serão divididos da seguinte forma:

- **R\$ 50 bilhões:** compensação pela queda de arrecadação (R\$ 30 bilhões para estados e DF; R\$ 20 bilhões para municípios);
- **R\$ 10 bilhões:** ações de saúde e assistência social (R\$ 7 bilhões para estados e DF; R\$ 3 bilhões para municípios).

O projeto ainda suspende as dívidas de estados e municípios com a União, inclusive os débitos previdenciários parcelados pelas prefeituras e que venceriam este ano. Este ponto deve gerar um impacto de R\$ 60 bilhões à União.

Nesta quinta, Bolsonaro se reuniu pela internet com governadores e disse que sancionaria o auxílio financeiro até o fim do dia. Também pediu que



haja apoio e consenso sobre o veto ao trecho que permitiria reajustes a categorias de servidores públicos até dezembro de 2021.

Aconselhado pela equipe econômica, Bolsonaro já afirmou diversas vezes que **pretende ouvir o ministro Paulo Guedes e vetar qualquer chance de reajuste**. No período entre a aprovação do texto no Congresso e a sanção, no entanto, deputados e senadores já aprovaram um **reajuste a policiais e bombeiros do Distrito Federal**.

Com o veto, segundo o Ministério da Economia, estados e municípios economizarão R\$ 98,9 bilhões e a União economizará R\$ 31 bilhões.



00:00/05:49

Senado aprova projeto que prevê ajuda a estados e municípios durante a pandemia

## Auxílio de R\$ 600

Durante a coletiva, os secretários da Economia foram questionados sobre a possibilidade de parcelas adicionais do auxílio emergencial de R\$ 600 destinado a trabalhadores informais e famílias de baixa renda. Até o momento, estão previstos os pagamentos de três parcelas.

O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, disse que, atualmente, o gasto estimado com os três pagamentos é de cerca de R\$ 151,5 bilhões. “É um auxílio que tem custo relevante para a sociedade. Ele é, por exemplo, maior do que o Bolsa Família, que custa R\$ 29 bilhões no ano todo”, disse.

Waldery, no entanto, não descartou a possibilidade de prorrogação do auxílio, mas com um valor menor. “Chegaremos a uma solução intermediária, não com o mesmo perfil de hoje, e a possibilidade de um referencial é exatamente o valor trazido pelo Bolsa Família”, declarou. “Portanto, nesse momento de pandemia, em que há uma alta imprevisibilidade de quando será o seu término, nós estamos atentos para que o auxílio emergencial siga, mas siga de forma adequada à cada momento e atendendo aqueles mais vulneráveis, mas respeitando também as restrições fiscais que temos”, emendou o secretário.

Já o secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guaranys, deu uma resposta mais cautelosa. Ele falou sobre a importância do auxílio de R\$ 600, mas destacou que o auxílio tem caráter “emergencial”.

“Temos um limite de em quanto podemos nos endividar? Teoricamente, não. Mas toda dívida a gente vai ter que pagar. E é o imposto de todos que está sendo revertido para um auxílio. E é um auxílio que hoje já está 50% a mais do que o orçamento da Esplanada para fazer os programas livres. É muito dinheiro. Vamos continuar monitorando a crise, os efeitos, para verificar qualquer condição de prorrogação de qualquer coisa. Então, o auxílio é custoso, nos preocupa continuar, mas precisamos avaliar as condições da crise. Ele vai até junho”, concluiu.

## **Bônus a servidores**

Durante a coletiva, o secretário de Fazenda afirmou que trabalhadores que atuarem diretamente no combate à pandemia da Covid-19 poderão

receber bônus pelo trabalho – mesmo em um cenário sem reajuste salarial.

“É legítimo e necessário, durante a calamidade, no momento em que vigore e a sociedade sinta as mazelas do Covid-19 há exceção. Portanto, se um governador, um prefeito, ou mesmo o governo federal desejar dar um aumento, uma compensação para um médico, um técnico de enfermagem, um bombeiro, um agente da segurança pública, um profissional da segurança pública, em uma ação que esteja, um professor, que esteja ligado ao tratamento ou combate aos problemas trazidos pelo coronavírus, está permitido. Não está vedado”, disse.

Em nota ao **G1**, o Ministério da Economia informou que a permissão para o pagamento desse bônus está prevista em outro trecho do projeto de lei. O texto fala em pagamento de bonificações e auxílios aos servidores da saúde e assistência social, desde que estejam no combate direto à Covid-19 e que se restrinja ao período de calamidade.



Veículo: bahia.ba	Caderno: Covid-19
Data: 21/05/2020	



## **Executivo gastou apenas 42,9% do autorizado para conter efeitos da pandemia**

*Siga Brasil informa que dos R\$ 255 bi disponíveis, R\$ 109 bi foram pagos; já foram editadas 20 medidas provisórias*

De R\$ 255,83 bilhões autorizados por medidas provisórias destinadas ao combate ao novo coronavírus, o governo federal pagou efetivamente R\$ 109,76 bilhões. O montante corresponde a 42,9% do volume liberado. Os recursos são distribuídos por 20 MPs que, por se relacionarem à pandemia, têm tido tramitação mais fácil no Congresso Nacional.

Os dados foram anunciados pelo portal Siga Brasil (mantido pelo Senado) com base em informações do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi). Nesta semana, no entanto, Bolsonaro assinou duas novas medidas provisórias (MPs 967/2020 e 969/2020) que liberam R\$ 15,5 bilhões ainda não contabilizados pelo portal.

De acordo com o Siga Brasil, seis áreas concentram 99,57% dos recursos previstos para o combate à pandemia. O maior volume vai para o pagamento do auxílio emergencial (R\$ 123,92 bilhões), previstos nas MP 937 e 956. Foram desembolsados R\$ 76,42 bilhões — 61,6% do total. O governo paga agora a segunda das três parcelas inicialmente programadas.

A segunda ação de maior orçamento é o pagamento de um benefício para a manutenção do emprego e da renda (MP 935). Dos R\$ 51,64 bilhões prometidos, R\$ 4,53 bilhões foram liberados ou 8,7%. Já na MP 943, que abre crédito para pagamento de folha salarial das empresas menores, o executivo pagou R\$ 17 bilhões de R\$ 34 bilhões projetados.

# Tributação feita por Estados é entrave e desincentiva doações

Contribuições filantrópicas aumentam na pandemia, mas sistema tributário funciona como desestímulo

Por **Anaís Fernandes** — De São Paulo

22/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---



Doações de empresas, institutos, fundações e até pessoas físicas para organizações engajadas no combate à covid-19 e seus impactos na sociedade avançam no Brasil, apesar de um sistema tributário que, na verdade, desincentiva a contribuição filantrópica. O país acabou de superar a marca de R\$ 5 bilhões em doações destinadas ao enfrentamento da pandemia, de acordo com monitor da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR). O montante é expressivo, mas o que de fato chega às mãos das entidades é uma cifra menor do que poderia ser atingido, já que, sobre o valor recebido - em mercadorias, dinheiro ou bens -, os donatários pagam ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação), avaliam especialistas ouvidos pelo **Valor**. Os recursos são pouco relevantes para a arrecadação dos Estados, ao mesmo tempo em que o tributo pode desestimular doações.

As alíquotas variam de 4% a 8%, de acordo com cada Estado. “Considerando os R\$ 5 bilhões, são R\$ 200 milhões a R\$ 400 milhões que deixam de ser investidos diretamente”, afirma João Paulo Vergueiro, diretor-executivo da ABCR. A associação defende, desde antes da crise da covid-19, a isenção permanente do ITCMD sobre doações destinadas a entidades filantrópicas. Segundo Vergueiro, além do Brasil, apenas Croácia e Coreia do Sul têm tributação semelhante.

Já existem possibilidades para isenção do ITCMD. De acordo com a Secretaria da Fazenda de São Paulo, por exemplo, não há incidência se o donatário for a administração direta (União, Estados e municípios) ou instituição com “imunidade” (como autarquias do poder público ou templos de qualquer culto). Isso também vale se os valores a um mesmo donatário no ano, somados, não superarem 2.500 Unidades Fiscais do Estado (UFESP), o equivalente a cerca de R\$ 69 mil em 2020.

Para Vergueiro, regras como a de “imunidade” distorcem o modelo ao criarem “duas classes” de organizações sociais. “Se o donatário não recolher o ITCMD, a Receita estadual pode cobrar do doador. O que acontece é que muitos preferem destinar recursos para as instituições que já são imunes, para evitar problemas.”



Priscila Pasqualin, sócia do PLKC Advogados, destaca ainda as particularidades na lei de cada ente federativo, que dificultam as transferências quando doador e donatário encontram-se em Estados diferentes, e a burocracia exigida muitas vezes pelos governos locais para uma organização ser reconhecida como imune. “No Brasil, não é nem que falta incentivo fiscal para a filantropia, é que o sistema tributário desestimula mesmo.”

Além do ITCMD, quando indústria ou comércio doam mercadoria de produção própria, há cobrança, para o doador, de ICMS. Também aí existem exceções. Um exemplo é quando, em situação de calamidade pública, a doação é feita a órgãos da administração direta ou indireta do governo.

Na avaliação de Priscila, porém, “seria importante, pelo menos neste momento de pandemia, ter desburocratização e isenção amplas”, o que incluiria o ITCMD e o ICMS. “Eu acho que seria simbólico, e o volume de ICMS sobre doação filantrópica, para o Estado, é um pedaço muito pequeno”, ela diz. Reportagem do **Valor** já mostrou que entidades empresariais pressionam pelo desconto dos gastos com doações dos impostos que têm a pagar, mas, sobre o ICMS, não há consenso entre as partes.

Alterações no ITCMD seriam mais fáceis e diretas, na avaliação do tributarista Eduardo Fleury, sócio do FCR Law. “Talvez, não fosse a pandemia, os governos nem receberiam todo esse valor, então não é como abrir mão de uma receita recorrente”, afirma.

O economista José Roberto Afonso, professor do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), destaca que o ITCMD é praticamente “irrelevante para a arrecadação estadual”. “Como a lei de socorro federal para os Estados [que aguarda sanção presidencial] não proibiu qualquer nova renúncia, nada impede que isso venha a ser adotado”, diz.

A mudança no ITCMD poderia ocorrer em duas frentes, de acordo com Fleury: ou especificando isenção generalizada para doações feitas em razão da covid-19, ou flexibilizando as regras já existentes para esse abatimento, ampliando, por exemplo, o teto (de R\$ 69 mil em São Paulo). “Isso já traria um equilíbrio maior. Falar de isenção para empresas nem sempre é fácil, pode gerar críticas na sociedade”, ele

reconhece. “As empresas que estão doando têm predisposição, mas, certamente, fazem os cálculos de quanto vai custar. É uma coisa que precisa fluir mais no Brasil.”

A Associação dos Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo (Afresp) defende que a isenção de imposto sobre doações, legados ou heranças feitas a Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) seja permanente, não só durante a crise da covid-19. “O ITCMD tem a função extrafiscal de evitar o acúmulo de patrimônio intergeracional, distribuindo riqueza e buscando, assim, reduzir as abissais desigualdades sociais de nosso país. Este não é o caso quando se transmite patrimônio para as OSCIPs”, diz Rodrigo Spada, presidente da Afresp.

Para Fleury, o debate sobre mudanças estruturais no ITCMD poderia ocorrer em um segundo momento. “Deveriam ser propostas rapidamente leis estaduais para alterar temporariamente. Mudar definitivamente acho que é algo para ser pensado, mas depois.”

No fim de abril, foi apresentada no Senado uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para vedar o ITCMD sobre doações a organizações da sociedade civil e institutos de pesquisa sem fins lucrativos. “Seria possível aprovar leis estaduais, mas entendemos que isso é muito trabalhoso e frágil”, diz Vergueiro, da ABCR.

A FecomercioSP diz ter encaminhado ofício ao governo do Estado pedindo a isenção do ITCMD e cita flexibilizações do tipo implementadas pelo Rio de Janeiro.

Segundo a entidade, até o começo de maio, o site do governo estadual indicava R\$ 32,8 milhões de doações em dinheiro recebidas para combater a covid-19. Se o montante fosse doado diretamente a hospitais, por exemplo, estaria sujeito a 4% de ITCMD, resultando em um desconto de cerca de R\$ 1,3 milhão. Com esse valor, seria possível comprar cerca de 73 mil frascos de álcool em gel, 38 mil máscaras ou entre 6 e 26 ventiladores pulmonares, estima a FecomercioSP.

A Secretaria da Fazenda de São Paulo tem cartilha orientando como fazer doações sem incidência de impostos e recomenda que, enquanto durar o período de calamidade pública no Estado, doações de mercadorias, sujeitas a ITCMD e ICMS, sejam feitas à Secretaria de Governo.



## opinião

## FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

**PRESIDENTE** Luiz Farias  
**DIRETOR DE REDAÇÃO** Sérgio Dávila  
**SUPERINTENDENTES** Antônio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito  
**CONSELHO EDITORIAL** Rogério Cruzar de Cenquiza Leite, Matheus Coelho, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Colucci, Helio Schwartzman, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota, Antônio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Farias e Sérgio Dávila (secretário)  
**DIRETORIA-EXECUTIVA** Marcelo Benez (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaraz (planejamento e novos negócios)

## EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

## Atraso conivente

Com demora no veto de Bolsonaro, estados dão reajustes salariais estapafúrdios em plena crise

A calamidade sanitária e econômica ocasionada pela Covid-19 não parece sensibilizar políticos e autoridades, a começar pelo presidente Jair Bolsonaro, para a necessidade de direcionar os novos gastos públicos a quem mais precisa.

Enquanto milhões de empregos se perdem, salários são cortados e empresas vão à falência, o presidente, parlamentares e governadores abriram brechas para reajustes estapafúrdios de vencimentos do funcionalismo — que já goza de estabilidade e remuneração em geral superior à dos trabalhadores da iniciativa privada.

Até o todo, pelo menos oito estados concederam aumentos para diversas categorias. Ainda que algumas dessas benesses possam ter sido negociadas antes, é inconcebível elevar despesas com folha de pagamento em quanto o país luta contra a pandemia.

Impressiona como a pressão de servidores continua a encontrar guarida no mundo político. Longe de se tratar de uma pauta popular, o que se vê de fato é um aprisionamento do Estado por corporações privilegiadas e influentes.

De todo modo, que haja o veto mais uma vez anunciado por Bolsonaro, a fim de evitar um desastre moral. O funcionalismo de todos os Poderes precisa dar sua cota de sacrifício — bem menor que a do restante da população, diga-se — neste momento de crise profunda.

## Da Cultura à sinecura

Novo cargo concedido a Regina Duarte é acinte que reflete loteamento do setor sob o atual governo

Foi fugaz e turbulento o casamento da atriz Regina Duarte com o governo Jair Bolsonaro. Na quarta-feira (22), menos de três meses após assumir a Secretaria Especial da Cultura, a artista deixou o cargo.

As partes se esforçaram para mostrar que o divórcio não ocorreu de forma litigiosa. Em vídeo gravado ao lado do presidente, uma esufizante Regina anunciou que passaria a comandar a Cinemateca Brasileira — uma vergonhosa concessão de sinecura vendida ao público como saída honrosa.

Com a saída da atriz, acentua-se a barafunda que se instalou desde o início do ano passado na gestão federal do setor, palco de tumulto administrativo, infâmia ideológica e trocas de comando sucessivas. Rebixada de ministério a secretaria, a Cultura primeiro esteve vinculada à pasta da Cidadania. Depois, foi instalada no inexpressivo Ministério do Turismo. Em março, com Regina Duarte, já contava a passagem de quatro titulares — após um alusivo trocena ao nazismo — ter derrubado o diretor teatral Roberto Alvim.

Vista inicialmente como uma esperança de apaziguamento entre o governo e a comunidade artística, a atriz logo demonstrou falta de capacidade para a função. Terminou

Diante do vexame para Guedes e da repercussão negativa, Bolsonaro prometeu vetar a possibilidade de reajustes, mas voltou novamente atrás e disse que só tomaria a decisão após conversar com os governadores — o que só veio a ocorrer nesta quinta-feira (22).

Mais que evitar o risco de derrubada do veto pelos congressistas, o adiamento da decisão se mostrou propício para agradar a base de apoio bolsonarista. Nesse meio tempo, Distrito Federal, Amapá, Rondônia e Roraima foram autorizados pelo Congresso a elevar salários de policiais e bombeiros.

Ao todo, pelo menos oito estados concederam aumentos para diversas categorias. Ainda que algumas dessas benesses possam ter sido negociadas antes, é inconcebível elevar despesas com folha de pagamento em quanto o país luta contra a pandemia.

Impressiona como a pressão de servidores continua a encontrar guarida no mundo político. Longe de se tratar de uma pauta popular, o que se vê de fato é um aprisionamento do Estado por corporações privilegiadas e influentes.

De todo modo, que haja o veto mais uma vez anunciado por Bolsonaro, a fim de evitar um desastre moral. O funcionalismo de todos os Poderes precisa dar sua cota de sacrifício — bem menor que a do restante da população, diga-se — neste momento de crise profunda.

engolfada pela guerrilha bolsonarista e por intervenções externas. Mais uma vez, a autonomia prometida por Bolsonaro revelou-se um embuste, e Regina teve liberdade mínima para nomeações.

Protagonizou ainda episódios constrangedores, como o desastroso entrevista à CNN Brasil, quando mostrou nostalgia pelo ufanismo dos tempos ditatoriais, e a omissão diante de mortes de nomes importantes das artes nacionais.

Seja pelo histórico recente, seja pela aversão bolsonarista às artes e à educação, pouco se pode esperar do sucessor de Regina. O ataque à cultura, de todo modo, não se dá apenas no topo, e se espalha para os órgãos ligados à secretaria.

Estes, hoje, servem de abrigo a apunhaçados do presidente, caso da Fundação Nacional de Artes, são veículo de torpe tentativa de revisionismo histórico, como a Fundação Palmares, ou empregam pessoas sem qualquer qualificação na área, a exemplo do que ocorre no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Instituições de Estado vão, assim, sendo minadas pelo aparelhamento ideológico e pela ignorância orgulhosa. A direita faz, de modo desavergonhado, o que acusava a esquerda de fazer.



## A ciência da cloroquina

Hélio Schwartzman

SÃO PAULO Idealmente, a ciência informa as decisões dos políticos e não é influenciada por eles. Gestores só adotariam medidas que já tivessem sido testadas em pesquisas e jamais interfeririam no trabalho de cientistas.

No mundo real as coisas são mais confusas. Não é que governantes nunca ouçam especialistas, mas frequentemente preferem fazer aquilo que acreditam que aumentará sua popularidade ou apenas seguem seus caprichos. A política também afeta a ciência por vários canais, dos mais concretos, como a disponibilidade de verbas, aos mais sutis, como a ideologia.

Como essas considerações se aplicam à cloroquina? Em março, quando o presidente Bolsonaro se tornou um entusiasta do medicamento no combate à Covid-19, sua posição não era absurda. Havia uma hipótese teórica para explicar sua possível ação e alguns poucos trabalhos (de má qualidade, é verdade) a sugerir eficácia.

A partir daí, a ciência fez o que ti-

nha de fazer: Deu início a vários programas de teste, cujos resultados estão saindo. Sem surpresa, vai se constatando que a droga não funciona contra a nova moléstia. Um purista poderia argumentar que ainda falta uma boa metanálise para derrubar a última esperança na cloroquina, mas já há elementos de sobra para recomendar que ela não seja distribuída a grandes populações. Os riscos dos efeitos colaterais superam o cada vez mais improváveis benefícios.

Insistir no uso da cloroquina deixou de ser uma posição racional para converter-se numa opção ideológica. Que pessoas façam isso é devida. Mas, quando governos tentam determinar o que a ciência diz, as consequências podem ser catastróficas. Há quem atribua o fracasso econômico da URSS em parte à figura de Trofim Lysenko, o manda-chuva da área biológica que, por razões ideológicas, militava contra a genética mendeliana. Ela seria antissocialista. Sem genética, a agricultura soviética ficou para trás.

Insistir no uso da cloroquina deixou de ser uma posição racional para converter-se numa opção ideológica. Que pessoas façam isso é devida. Mas, quando governos tentam determinar o que a ciência diz, as consequências podem ser catastróficas. Há quem atribua o fracasso econômico da URSS em parte à figura de Trofim Lysenko, o manda-chuva da área biológica que, por razões ideológicas, militava contra a genética mendeliana. Ela seria antissocialista. Sem genética, a agricultura soviética ficou para trás.

## A vida boa de Guedes e Bolsonaro

Bruno Boghossian

BRASÍLIA Quando era deputado, Jair Bolsonaro defendia o fim do Bolsa Família. Em 2011, ele foi à tribuna da Câmara para dizer que o benefício tornava "pobres coitados, ignorantes" em "deixadores de cabresto do PT".

"O Bolsa Família nada mais é do que um projeto para tirar dinheiro de quem produz e dá-lo a quem se acomoda", acrescentou o parlamentar. Depois que assumiu o poder, ele tentou omitir os antigos discursos. Lançou o pagamento de uma 13ª parcela do programa e disse que aquela era uma conquista de pessoas que "ficaram esquecidas por muito tempo".

A situação mesquinha do deputado polemista do baixo clero, no entanto, continua entranhada no governo. O ministro da Economia mal consegue disfarçar. Numa conversa com empresários, Paulo Guedes disse que poderia estender o pagamento do auxílio emergencial do coronavírus por apenas um ou dois meses, além das três parcelas já previstas. Sem esse limite, "ai ninguém trabalha".

"Ninguém sai de casa e isolamento vai ser de oito anos, porque a vi-

da está boa, está tudo tranquilo", declarou, na terça-feira (19).

É natural que um ultraliberal convicto como Guedes seja contra a prorrogação de um benefício que custa bilhões aos cofres públicos. Já a perspectiva de que os mais pobres teriam vida fácil com R\$ 600 por mês durante uma pandemia não faz parte de nenhuma doutrina econômica. As declarações do ministro mostram que o governo não tem ideia de como contornar a devastação de empregos erenda causada pela crise — que deve se estender além dos poucos meses extras que Guedes quer cancelar. A busca por soluções para a retomada econômica, na verdade, tende a criar novas divergências entre o ministro e o presidente.

Para fugir seus adversários políticos, Bolsonaro apostou tudo na economia desde o início da crise do coronavírus. Tentou transferir a governadores e prefeitos a culpa pela recessão, mas pesquisas recentes mostram que cada vez mais brasileiros veem sua marca nessa área. A vida boa do presidente não deve durar.

## Covid e caserna

Ruy Castro

RIO DE JANEIRO Graças a Jair Bolsonaro, atualmente na Presidência da República, o Ministério da Saúde está sendo ocupado pelos militares. Significa que, por falta de gente do ramo, leia-se médicos, no comando, a Covid-19 continuará rompendo no país. Mas faremos alguns progressos. Nos hospitais, por exemplo, os pacientes serão acordados a corneta. Ha verá juramento matinal à bandeira, ruído de tambores à visita de um coronel-revista diário de tropas, dilgo, enfermeiros, pelo oficial de serviço.

O que nos leva a uma pergunta. Já que nossos generais não acreditam em besteiros como confinamento, quarentena e distanciamento social, e não se conformam com que os escritórios, fábricas, igrejas, lotéricas e até manicúes estejam parados, como anda a coisa entre eles? A julgar pela nova orientação do ministério, os militares não devem estar impondo ao seu pessoal os cuidados que muitos de nós, paisanos covardes, achamos prudente seguir. Assim, pode-se imaginar que, nes-

te momento, os quartéis estão cheios de rapazes marchando juntos, fazendo ginástica juntos, dando tiros juntos, dormindo juntos e acordando juntos, e também tossindo, assoando e espirrando juntos. Um soldado e um cabo, capazes de fechar sozinho os ST, levarão a mão à testa centenas de vezes por dia, de acordo com o número de continências que terão de bater para o sargento. Não é um risco?

Mais perguntas. Se se distribuir misérrimas à tropa, serão de lona verde-oliva para combinar com a farda? Fuzis e granadas estão sendo higienizados? Cavalos são sujeitos à Covid? E como vai o estoque de cloroquina na caserna? Sabendo-se que o Chefe Supremo das Forças Armadas é um camelo especializado na droga, ela deve estar sendo servida compulsoriamente no rancho. Bom sinal. Sinaliza que o governo talvez comece a cuidar de parte da população. Pena não ser a minha parte. Não passo de um reles reservista de terceira.

## Crenças e políticas

Claudia Costin

Diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais, da FGV. Estreou às 14h30

Temos vivenciado, nestes quase dois meses de confinamento, uma participação crescente de ativistas nas redes sociais. Inúmeras "lives" são organizadas sobre os temas mais variados, com interessantes discussões sobre os temas mais variados, de vinhos a meditação, passando até por um dissimulado lançamento de pré-candidaturas de vereadores à disputa eleitoral deste ano.

Em meio a esse intenso e movimentado mundo virtual, inúmeras se articulam na defesa de ideias e propostas, algumas inclusive postadas nas redes por autoridades públicas. Outras, da lava de grupos fiéis, compostos por humanos ou robôs, repetem à exaustão mantras que, em vez de debater o tema em pauta, procuram desqualificar o adversário ou divulgar notícias falsas.

O curioso é que, neste contexto, as discussões sobre políticas públicas que demandam certo rigor técnico são assaltadas por frases ligadas a crenças individuais, quase religiosas. "Eu acredito no isolamento" ou "eu reio no poder da cloroquina" aparecem juntos com algumas poucas postagens que tentam, em terreno hostil, discutir alternativas de ação, com base em dados científicos, ou repercutir estudos de pesquisadores ligados a cada área.

Viramos todos, da noite para o dia, epidemiologistas amadores, independentemente da área em que nos formamos ou atuamos. É nesse sentido que ecoa a frase sarcástica, pronunciada no mesmo dia em que alcançamos a triste marca de mais de mil mortes por dia e dois ministros de saúde depois, de que a direita tomaria cloroquina e a esquerda, tubulina. Sem mais comentários, afinal, como já afirmou nesta coluna, não há um coronavírus de direita e outro de esquerda. Mas o que me chama atenção é que o mesmo se passa com outras políticas públicas. Em educação, por exemplo, ainda nos baseamos mais em crenças do que em pesquisa séria sobre o que funciona em sala de aula ou como o cérebro de crianças e adolescentes aprende. Aquí também pensos bem-intencionados dizem "foi assim que aprendi na escola" ou "funcionou", embora não exista qualquer evidência a respeito. Ainda outras celebram a adoção, por escolas, de práticas que soam poéticas, mas que são desprovidas de eficácia, acartando resultados comprovadamente ruins há mais de 30 anos.

É mais do que hora de mudar o debate e os embustes em torno da gestão pública. Há espaços distintos para a ciência e para a religião — o terreno das crenças, como bem mostra o filósofo Marcelle Gleiser, detentor do prestigioso prêmio Templeton, em seu livro "A Ilha do Quilicimento". Se há que romper paradigmas consolidados, vamos utilizar o método científico para fazê-lo.

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br



## Os governadores e a defesa da vida

Seria muito útil se o governo federal buscasse maior cooperação internacional

**Flávio Dino**

Advogado e professor, é governador do Maranhão (PC do B) desde 2015, ex-deputado federal (2007-2011)

Ao enfrentarmos o maior desafio sanitário dos últimos 100 anos — a pandemia do novo coronavírus — temos uma missão central: garantir a proteção à vida. As descobertas e as negociações, defendidas pelo presidente da República e seus apoiadores, trouxeram à população insegurança sobre a relevância das medidas preventivas, rebaixando a eficácia dos resultados.

Em contraste com a atitude do presidente Jair Bolsonaro, os governadores têm usado todas as competências que lhes cabem, consentindo a forma federativa de Estado, que alberga inclusive as competências comuns elencadas no artigo 23 da Constituição Federal.

O Supremo Tribunal Federal fixou a interpretação constitucional acerca das atribuições dos governadores e dos prefeitos, rejeitando os impulsos centralizadores e despóticos.

A experiência do nosso estado, o Maranhão, mostra o quanto essas medidas preventivas são essenciais. Estudos científicos mostram que teríamos o dobro de casos confirmados e milhares de mortes adicionais caso seguissemos a doutrina negacionista sobre o coronavírus. Chegamos, inclusive, a ter um nível altíssimo de restrições na Ilha de São Luís, visando conter a escalada de casos novos. Com orientações educativas e fiscalização, a medida revelou-se um sucesso, já que nesse período conseguimos reduzir a sobrecarga do sistema hospitalar de São Luís, com uma curva epidemiológica mais controlada e que hoje tende à estabilidade na zona capital.

Outra medida que possui utilização pelos governadores é a requisição

administrativa de leitos hospitalares privados, a fim de que haja prioridade máxima contra o coronavírus. A providência tem amparo no artigo 5º, inciso XXV da Constituição e nas leis 8.289/90 e 13.979/2020. Não há dúvida de que uma maior atuação conjunta entre os sistemas público e privado é fundamental, nesse quadro de pandemia, para a garantia

da assistência à saúde de todos. Os governadores também estão lutando contra o colapso por falta de equipamentos e de recursos humanos. No Maranhão, realizamos várias operações internacionais e nacionais, abrangendo ações judiciais, para obter respiradores, e sei que há diversos outros estados com esse dificuldade.

Com a queda dos indicadores da pandemia em outros países, seria muito útil se o governo federal buscasse uma maior cooperação internacional com o Brasil. Os gestores estaduais estão conscientes de que a vitória sobre o coronavírus está na união, e não na dissensão, independentemente de ideologias ou preferências partidárias. O valor da vida tem permitido o surgimento de uma grande frente de governadores, muito acima de contradições entre esquerda e direita. É este certo de que esse é o caminho mais correto para o momento.

Também estamos preocupados em cuidar das empresas e dos empregos. (...) Essa deve ser uma linha de trabalho diário do presidente da República, e não a participação em aglomerações antidemocráticas, marcadas por absurdas ameaças aos poderes Legislativo e Judiciário, bem como por clamores em favor de intervenções militares e outros exotismos

...

## Controle público cloroquina?

Ideia de erro grosseiro é usada há décadas no meio jurídico, inclusive no STF

**Carlos Ari Sundfeld**

Professor titular da FGV Direito SP (Escola de Direito de São Paulo) e presidente da Sociedade Brasileira de Direito Público (SBDP)

Voltou o debate sobre as condições e os limites para punir gestores públicos. O presidente Jair Bolsonaro editou medida provisória sobre responsabilização por atos durante a pandemia (medida provisória 966). Alguns controladores de contas, promotores e mesmo juízes receberam mal a iniciativa, que dificultaria o seu trabalho e poderia garantir impunidade. Partidos políticos foram ao Supremo Tribunal Federal. Em editorial, esta Folha foi crítica e estendeu as suspeitas à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LIDNB).

Ambas as normas condicionam a punição de gestores à demonstração de "dolo ou erro grosseiro". Para o editorial, parecia inviável "comprovar o que constitui um erro grosseiro", que envolveria "critérios de enquadramento fluidos", "subjetividade essencial", "predicados vagarosos" e "insegurança jurídica". O editorial descreveu a LIDNB como "contestada pela comunidade jurídica e por órgãos de controle".

Divergências são naturais e saudáveis. Mas a descrição da LIDNB não parece fiel. A ideia de erro grosseiro é usada há décadas no meio jurídico, inclusive no STF. A LIDNB também a usou, mas não a definiu, de modo que ficaram valendo a literatura jurídica e a jurisprudência, vastas e respeitadas. Um exemplo. Em 2017, antes da LIDNB, o Supremo suspendeu punição que havia sido imposta pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Em 2020 voltou ao caso, usando a LIDNB e a noção de erro grosseiro. Para o STF, a falta havia ocorrido porque o TCU, com base "em me-

ra interpretação distinta dos fatos, deixou de comprovar o erro inescusável" do gestor. O acórdão (mandado de segurança 35.196) foi além e, seguindo sua jurisprudência, lembrou outros protocolos que o TCU deveria ter observado.

Logo, quando a LIDNB exigiu dolo ou erro grosseiro, não vinculou a punição dos gestores a subjetividades, mas a protocolos que a jurisprudência e a literatura jurídica, com seus métodos de trabalho, estabeleceram

...

A diferença entre o médico e o curandeiro não está nas intenções ou qualidades morais, mas nas regras sob as quais atuam. (...) A proposta de certos controladores para a luta contra desvios públicos no Brasil se inspira nas supostas vantagens do curandeirismo sobre a medicina tradicional. Defendem um controle público cloroquina para acabar com a doença da corrupção e do desperdício

...

...

...

...

...

**Militares na Saúde**

Agora que a verdade está aparecendo, Bolsonaro foge da imprensa ("Bolsonaro muda rotina e evita imprensa após revelação de suposto vazamento da PF a Flávio", Poder, 21/5). Penso que o caldo esteja começando a ferver, ainda mais quando Celso de Mello liberar a íntegra do texto do relatório ministerial. Os 36% que o apoiam vão minguar. Fala, Bolsonaro, estou aguardando.

**César Augusto da Conceição Reis**

(Belo Horizonte, MG)

Será que os médicos vão seguir o ditado que prega "Manda quem pode, obedece quem tem juízo"? O grande cientista do século, Jair Bolsonaro, manda que esses profissionais ministrem cloroquina para seus pacientes atingidos pela Covid-19. É lamentável!

**Rita Lopes** (São Paulo, SP)

**Mainstream**

Tudo o que a professora Mariília Bassetti Marcato disse sobre a economia enquanto disciplina acadêmica serve em igual medida aos cursos de direito ("A economia mainstream sobreviverá à pandemia?", "Tendências / Debates", 20/5). Formam técnicos aptos à aplicação da lei, mas incapazes de relacionar as normas à vida concreta das pessoas.

**Marcos Brito** (Cruzeiro do Oeste, PR)



Flávio Bolsonaro (Republicanos-PR), em Brasília

**R\$ 500 mil**

Salvo melhor juízo, se o fundo partidário e dinheiro público foi desviado, o Ministério Público Federal deve entrar com ação penal e por improbidade administrativa ("PSL diz que vai cobrar de Flávio R\$ 500 mil pagas a advogado investigado", Poder, 21/5). Já a Comissão de Ética do Senado deve sair do seu sono profundo.

**Gilberto Ricardi** (Campo Grande, MS)

**Funcionalismo**

"O desfuncionalismo público brasileiro" (Opinião, 21/5). Um artigo assim, atacando parte considerável do funcionalismo que neste momento atressa a vida no SUS e na segurança pública, denota o caráter do articulista. Quando vem o meteorito? Tristeza fazer parte de um país onde até articulista de um grande jornal representa o que há de mais atrasado.

**Caçula Lopes dos Santos**

(São Paulo, SP)

É preciso ressaltar que não foram todos os funcionários que receberam aumento, apenas os do alto clero.

**Andriela Buttner Clari** (Cascavel, PR)

Por que não passa pela cabeça do brilhante articulista taxar as grandes fortunas?

**Daniel Goedts** (Rio de Janeiro, RJ)

É verdade que o serviço público paga mal certas categorias, mas não se pode negar que as categorias privilegiadas não merecem o que ganham. O resultado, porém, é um gasto absurdo da nação. Como resultado, temos um país sem infraestrutura, saúde, educação e segurança. A história do Brasil tem sido escrita com h minúsculo pelo gastos indevidos com essas categorias de funcionários.

**João Chaves Neto** (Salvador, BA)

**ERRAMOS**  
erramos@grupofolha.com.br

**CORRIDA** (20. MAI., PÁG. 816) Diferentemente do que afirmava a reportagem "Anna Nery, grande sím-

**Bolsonaro**

Agora que a verdade está aparecendo, Bolsonaro foge da imprensa ("Bolsonaro muda rotina e evita imprensa após revelação de suposto vazamento da PF a Flávio", Poder, 21/5). Penso que o caldo esteja começando a ferver, ainda mais quando Celso de Mello liberar a íntegra do texto do relatório ministerial. Os 36% que o apoiam vão minguar. Fala, Bolsonaro, estou aguardando.

**Ana Maria Marques** (Jundiaí, SP)

**Lula**

Pobre Brasil. Tem dois trogloditas, inescrupulosos e mesquinhos, como "líderanças políticas" (Ainda bem que natureza criou esse monstro Bolsonaro", Poder, 20/5). Hezbebu é brasileiro.

**Sebastião Corrêa** (Goianá, GO)

\*

A fala de Lula expõe sua falta de caráter. Dizer que fica satisfeito com o aparecimento do vírus porque lhe deu oportunidade para criticar um adversário é um absurdo total.

**Jonas de Barros Penteado** (Santos, SP)

\*

É tremendamente injusto querer comparar a "piada" do capitão com a fala de Lula. O que Lula diz está no contexto econômico, e o que ele quis dizer foi que precisou um vírus para os neoliberais de plantão verem que o Estado mínimo não existe. Foi, sim, um ato falho, pela colocação, mas querer comparar com as sandeces do Jair já é ofensa.

**Rogério Soares** (Santo André, SP)

\*

"Lula pede desculpas após ter enaltecido a natureza pela criação do 'monstro coronavírus'" (Poder, 20/5). Não há que pedir desculpas, pois é exatamente isso o que ele pensa. Além do jornalista Bolsonaro, a Saúde em frangalhos é herança maldita de anos e anos dos governos petistas. Mas Bolsonaro é, sem dúvida, o seu maior legado.

**Carlos Alberto Bellini** (Belo Horizonte, MG)

**Cloroquina**

O Conselho Federal de Medicina justifica em essência o novo protocolo do MS sobre o uso da cloroquina referindo que não existe um tratamento disponível. Não seria menos danoso que indicassem algum de co-? Como médico, emergi-me da posição tomada por essa instituição, que tem objetivos maiores que o alinhamento com a insensatez dos mais políticos.

**Ronaldo José Melo da Silva**

(Florianópolis, SC)

**Contas públicas**

Congelamento de salário até dezembro de 2021, mas auxílio para os pobres que dele precisam por apenas três meses ("Congelar salário de servidor é o remédio menos amargo, diz Bolsonaro ao pedir apoio a veto a reajustes", Mercado, 21/5). Congelam o salário dos servidores e prorrogam o auxílio emergencial até dezembro de 2021 também. Senão qual é o motivo de congelar salários depois da pandemia sem contrapartida?

**Marcia Cristina Polon** (Lins, SP)

**Santander**

Absurdo um diretor de banco chamar os funcionários de oportunistas e dizer que querem ser mandados embora para receber indenização ("Tem gente que quer ser mandado embora para receber indenização", Poder, 20/5). A era da pandemia e das reduções salariais tem mostrado que as pessoas perderam o bom senso e o respeito pelo outro. O slogan dessa instituição, "o que a gente pode fazer por você hoje?" poderia ser trocado para "o que a gente pode falar de você hoje?"

**Anselmo Antonio da Silva**

(São Bernardo do Campo, SP)

bolo da enfermagem brasileira, morreu há 120 anos", Anna Nery morreu há 142 anos.



mercado **coronavírus**



Jair Bolsonaro acompanha fala de João Doria em videoconferência. Marcos Corrêa/Divulgação/Presidência

# Veto solicitado por Guedes gera novo impasse com estados

Ministro quer barrar fundo se antes não pagarem a bancos; Bolsonaro pede apoio de governadores a congelamento

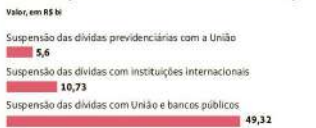
Thiago Resende, Ricardo Della Coletta e Lara Lemos

**BRASÍLIA** Um novo embate surgiu entre governadores e o Ministério da Economia na discussão sobre o plano de socorro financeiro aos estados e municípios por causa da crise causada pelo coronavírus. Os governadores resistem em perder repasse do FPE (fundo pelo qual o Tesouro transfere verba para estados) em troca de a União pagar dívidas com bancos internacionais. A equipe econômica defende que, mesmo na pandemia, essa regra não muda: se um estado deixar de pagar a um banco multilateral, como o Banco Mundial, o Tesouro cobre as parcelas, mas, como contrapartida, retém uma parte dos repasses via FPE. Um trecho aprovado no plano de auxílio financeiro aos governadores e prefeitos permite que os gestores não tenham prejuízo caso suspendam o pagamento das dívidas com organismos multilaterais. Guedes quer que isso seja vetado. "O impedimento da execução das dívidas é um dos pontos mais importantes do programa de socorro emergencial", disse, em nota, o Conselho (Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda). Nesta quinta (21), o presidente Jair Bolsonaro se reuniu virtualmente com os governadores para tentar um

acordo sobre vetos ao projeto que cria o pacote de socorro aos estados e municípios, estimado em R\$ 125 bilhões. Escolhido para ser o primeiro governador a falar no encontro e expressar a opinião do grupo, Reinaldo Azambuja (PSDB-MS) pediu que Bolsonaro não veto o artigo que trata das regras em caso de suspensão das dívidas com bancos internacionais. Se o trecho não for vetado, a União fica impedida de reter parte dos repasses do FPE para compensar os custos que terá ao arcar com as dívidas contraídas pelos estados. Para os governadores, isso inviabilizaria a suspensão do pagamento das dívidas com organismos multilaterais, que traria um alívio de R\$ 12,7 bilhões. Técnicos do Ministério da Economia dizem que, com o veto, a suspensão ainda seria permitida, mas os estados perderiam parte dos recursos transferidos pelo FPE. Segundo a equipe de Guedes, o projeto não prevê uma forma de compensar a União pelo custo de honrar as dívidas internacionais. Bolsonaro ficou de analisar o pleito dos governadores. Alguns já falam em trabalhar para que o Congresso derrube eventual veto a essa parte do plano de socorro. Na reunião desta quinta, Bolsonaro pediu apoio para que

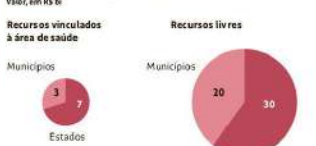
o congelamento salarial até o fim de 2021 tenha efeito para todos os servidores da União, dos estados e dos municípios. O impedimento de reajustes é a principal exigência para que os governadores tenham acesso ao pacote de ajuda. "É bom para o servidor, porque o remédio e o menos amargo, mas é de extrema importância para todos os 210 milhões de habitantes", disse o presidente, lembrando que trabalhadores da iniciativa privada perdem empregos. Bolsonaro anunciou que irá sancionar o pacote de socorro financeiro aos estados e municípios em breve, mas não previa uma data. O prazo final é o dia 27. Ele queria sancionar ainda nesta quinta-feira, mas o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), pediu que antes sejam adotadas medidas que beneficiam policiais federais e policiais rodoviários federais. Após a reunião com governadores, o clima no Congresso, que blindou algumas categorias do congelamento, é de busca de entendimento. Apesar de o reajuste dos servidores ter sido aprovado, alguns parlamentares já dizem acreditar que o veto possa nem ser colado em votação. "A pandemia exige trégua em radicalismos e conflitos. É hora de salvar vidas e empregos", disse o líder do MDB no

Entenda o plano de socorro aos estados e municípios



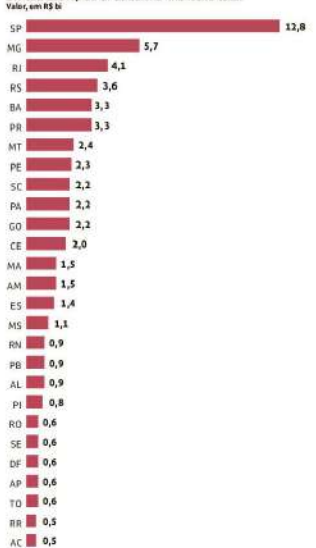
R\$ 125,8 bilhões no total

Detalhamento do repasse direto



R\$ 60 bilhões no total

Divisão dos R\$ 60 bi de auxílio financeiro total



**Contrapartida para governadores e prefeitos acessarem os recursos** Congelamento de salário dos servidores públicos até fim de 2021

**Vetos defendidos pelo Ministério da Economia**

- Veto ao artigo que blindava diversas categorias do congelamento salarial
- Veto ao trecho para que cobrir dívida caso estado não pague organismos multilaterais

Fonte: Ministério da Economia

# Empresa não tem de pressionar governador, dizem acionistas

Bruna Nárcezo

**SÃO PAULO** Acionistas das maiores empresas do Brasil são taxativos ao dizer que não é papel dos empresários pressionar governadores pela flexibilização do distanciamento social adotado para conter o coronavírus, como sugerido pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) na semana passada em reunião com membros da Fiesp. O presidente disse que "é guerra" e que o setor empresarial precisa "jogar pesado" com os governadores. "Os senhores, com todo o respeito, têm que chamar o governador e jogar pesado, jogar pesado, porque a questão é séria, é guerra", disse Bolsonaro no caso. O pedido do presidente, no entanto, não encontrou eco

no setor. "Neste momento, não é guerra. É união", diz a empresária Luiza Helena Trajano, do Magazine Luiza. "Não estou contra o governo federal, eu também estou divulgando medidas que são boas". O empresário Pedro Passos, cofundador da Natura e hoje copresidente do conselho de administração da empresa, diz que empresário não tem que pressionar governador. "Essa é uma medida que tem ser tomada baseada na opinião de especialistas. Não faz muito sentido uma convocação para empresários pressionarem governadores. Ao contrário, os empresários deveriam estar apoiando". Para Horácio Lafer Piva, acionista e membro do conselho de administração da Klabin, o pedido de Bolsonaro é um absurdo. "É inacreditável

ele pedir para os empresários pressionarem os governadores. Está lidando com gente séria, não um bando de criança". Lafer Piva diz ainda que não entende o pedido do presidente. "Ele parte do princípio de que governadores não sabem o que fazem e que, portanto, precisam de um punção de ordem. Todos foram eleitos e o ele foi. São gestores da máquina pública", diz. Segundo ele, os governadores estão se comportando de bem. "Não só os que liberaram [o comércio] como os que seguraram também. Tudo o que existe de malleito está vindo do governo federal". João Guilherme Sabino Omotto, um dos principais acionistas da usina São Martin, diz que participou da reunião com Bolsonaro e que não sentiu necessidade de fa-

lar com governador paulista. Omotto, no entanto, diz que João Doria (PSDB) deveria olhar cada cidade separadamente. "Sou do interior de São Paulo, a gente vê cidade que não tem nenhum caso e está com tudo parado, tudo fechado. Acho que isso também não está certo. Essa regra geral não é muito perigosa. O estado de São Paulo é um país de 40 milhões de habitantes". Pedro Wongtschowski, acionista e presidente do conselho de administração da Utripat, discorda de Omotto. Ele diz que as medidas tomadas por Doria são adequadas, apropriadas e tecnicamente fundamentadas. "Doria montou uma equipe de crise competente, com qualidade e quantidade de informações. As pessoas estão detalhando para preparação para uma retomada adequada". Para Passos, a manutenção ou não da quarentena tem que ser determinada pela capacidade hospitalar e infraestrutura

de São Paulo, a gente vê cidade que não tem nenhum caso e está com tudo parado, tudo fechado. Acho que isso também não está certo. Essa regra geral não é muito perigosa. O estado de São Paulo é um país de 40 milhões de habitantes". Pedro Wongtschowski, acionista e presidente do conselho de administração da Utripat, discorda de Omotto. Ele diz que as medidas tomadas por Doria são adequadas, apropriadas e tecnicamente fundamentadas. "Doria montou uma equipe de crise competente, com qualidade e quantidade de informações. As pessoas estão detalhando para preparação para uma retomada adequada". Para Passos, a manutenção ou não da quarentena tem que ser determinada pela capacidade hospitalar e infraestrutura

de São Paulo, a gente vê cidade que não tem nenhum caso e está com tudo parado, tudo fechado. Acho que isso também não está certo. Essa regra geral não é muito perigosa. O estado de São Paulo é um país de 40 milhões de habitantes". Pedro Wongtschowski, acionista e presidente do conselho de administração da Utripat, discorda de Omotto. Ele diz que as medidas tomadas por Doria são adequadas, apropriadas e tecnicamente fundamentadas. "Doria montou uma equipe de crise competente, com qualidade e quantidade de informações. As pessoas estão detalhando para preparação para uma retomada adequada". Para Passos, a manutenção ou não da quarentena tem que ser determinada pela capacidade hospitalar e infraestrutura

# Burocracia e demora de

PAINEL S.A. | **Joana Cunha**  
painel@grupofolha.com.br







mercado coronavírus

Dia de paz dos cemitérios na política

Bolsonaro, parlamentares e governadores fazem acordinho, mas país segue sem planos

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Foi um dia de "paz na política", a paz dos tempos dos cemitérios cada vez mais lotados. Ainda que o acordo durasse, não há perspectiva de que se trate do essencial, a epidemia, e de novidade na política econômica, planos especiais de reconstrução, se e quando tal coisa for possível.

Nesta quinta-feira (21), os presidentes da Câmara, do Senado e Jair Bolsonaro combinaram de evitar escândalo na reunião em que conversaram com governadores sobre o auxílio federal a estados e municí-

cipios. Alguns senadores e governadores também combinaram de baixar o tom, inclusive governantes de esquerda do Nordeste e João Doria, de São Paulo.

No Brasil dos tempos que correm, tais arranjos podem durar horas, até o próximo comício bolsonarista ou até que venga algum progresso dos equívocos sobre a família presidencial, por exemplo. Além do mais, não foi possível ainda descobrir o alcance do acordo, se foi algo mais do que a tentativa de manter as

aparências. Há alguns motivos de ligeiro esvaziamento de tensões ao menos entre dois prédios do centro. Há cargos semidozados nos Três Poderes.

Fraza pouco mais de um mês, o governo contra-atacou Rodrigo Maia, presidente da Câmara, com a agitação de apoios do centro. Há cargos semidozados nos Três Poderes. Fraza pouco mais de um mês, o governo contra-atacou Rodrigo Maia, presidente da Câmara, com a agitação de apoios do centro. Há cargos semidozados nos Três Poderes.

Bolsonaro foi outra vez aconselhado pelos ministros gerais da casa, do Planalto, a baixar o tom, até porque seu prestígio em pesquisas de opinião e nos redes sociais está em baixa contínua, embora não em declínio rápido. Como se sabe desde o início do governo, tais conselhos podem ser seguidos apenas por horas.

Algumas lidanças empresariais e bancárias dizem em público e privado que é preciso controlar o caos, mandando mensagens mais diretas ao governo, agora, depois de quase

três meses da baderna que Jair Bolsonaro provocou na contenção da epidemia. Por conversas aqui e ali, nota-se que o dinheiro grosso não quer ouvir falar de impeachment.

Um transbordamento depende por ora de investigações da polícia e de um ou outro procurador, sob controle de ministros de tribunais superiores, mas mais perigosas sob controle do Supremo.

Supondo que não tenha sido mera manutenção das aparências por um dia, a mera conversa de paz vai ser atropelada pelo pavoroso cortejo funerário do cidadão. No presente ritmo, em 15 dias o Brasil teria mais de 20 mil mortos. O pico fúnebre que jamais chega, mesmo em São Paulo, prorroja a destruição econômica.

Os auxílios emergenciais e o seguro-desemprego expandido atenuam a desgraça material das famílias, mas não a horda de

neve de destruição de empresas e empregos. O dinheiro desses auxílios equivale a um terço de toda a soma mensal de rendimentos do trabalho no país (por pelo menos três meses).

Apesar do tamanho do programa, será enxugamento de gelo caso a economia não volte a rodar, o que não deve acontecer enquanto houver isolamento e medo da morte. Em três meses, de resto, o governo pretende reduzir tais programas a um terço.

Em suma, a "paz" política nos cemitérios lotados não dá conta da desgraça da epidemia, óbvio. No que diz respeito à política econômica, aferra auxíliose créditos, não há perspectiva de mudança de programa, a julgar pelas declarações recentes do comando da Economia e do Banco Central.

Por ora, continuamos a derivar na beira da ruína terminal. [viniciustorres@folha.com.br](mailto:viniciustorres@folha.com.br)

Auditoria do TCU mira fraude que paga R\$ 600 à classe média

Falha na fiscalização da renda familiar também leva à liberação de benefício

Fábio Fabrin e Bernardo Caram

BRASÍLIA. O ministro Bruno Dantas, do TCU (Tribunal de Contas da União), disse que a corte vai ampliar o foco de uma auditoria em curso para detectar erros e fraudes no

pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600. O objetivo, segundo ele, é excluir da base de beneficiários dependentes de pessoas com renda mensal alta que é permitida.

A decisão foi tomada após o governo constatar que, embora milhões estejam ainda à

espera do apoio financeiro, jovens de famílias de classe média, parentes de empresários e servidores obtiveram os recursos indevidamente.

As irregularidades ocorreram por falha na fiscalização da renda familiar mensal, um dos critérios para o cidadão se habilitar ao benefício. Ela não pode ultrapassar R\$ 525,50 por pessoa ou três salários mínimos (R\$ 1.435,00) no total. Ao se cadastrar para o recebimento, parte dos brasileiros não informou à Caixa os valores familiares. Segundo o reportagem do jornal O Globo, a Dataprev, contratada para cruzar dados e autorizar os pagamentos, não usou a base de dependentes de contribuintes que declaram o Imposto de Renda para saber, por exemplo, se o beneficiário integra família com rendimento maior que o elegível.

Segundo Dantas, a equipe de auditores do tribunal foi o contato e pediu a ampliação do escopo da auditoria por meio da qual a corte mandou bloquear pagamentos a até 73

mil servidores do Ministério da Defesa, incluindo militares. Os valores pagos a eles, só na primeira parcela do auxílio, somam R\$ 43,9 milhões.

Nos próximos dias, os técnicos do TCU vão solicitar informações do governo e definir as medidas da fiscalização. Além da Dataprev, o próprio tribunal vem fazendo cruzamento de dados e constatou que funcionários públicos civis das três esferas de governo também vêm recebendo sem respaldo na lei. A lista, não divulgada pela corte, foi enviada ao Ministério da Cidadania para correções.

Inúmeros casos de fraude têm sido detectados. O jornalista William Bonner, do jornal Nacional, publicou no Twitter que criminosos usaram os dados e o nome de seus filhos para receber os recursos.

Há três anos, meu filho tem sido alvo de golpes de estelionatários, denunciados à polícia. Nesse caso, o crime é contra ele, contra todos os que tiveram seus nomes indevidamente usados e também com

tra todos os brasileiros, por que ataca os cofres públicos", escreveu o jornalista.

Em muitos casos, no entanto, o pagamento indevido se dá porque o cidadão recebeu automaticamente (sem pedir) por integrar cadastros sociais do governo, mas, na prática, não se enquadra mais nos critérios exigíveis. A Cidadania criou um site para resarcimento voluntário desses casos ([www.auxilioemergencial.gov.br](http://www.auxilioemergencial.gov.br)).

Um complicador, dizem técnicos do TCU, é que os bancos de dados do governo são falhos e "não conversam entre si", pois não estão integrados. A Dataprev informou nesta quinta-feira (21) que o trabalho processamento de informações está sendo feito "com auxílio de especialistas nas bases e cadastros oficiais".

"Os cruzamentos foram realizados com as informações disponibilizadas pela Receita Federal — resguardado o sigilo das informações fiscais — e também pelos órgãos detentores dos registros dos servidores civis e militares.

A empresa informou que 112,5 milhões de pedidos foram processados e homologados pelo Ministério da Cidadania e pela Dataprev em pouco mais de 4 dias.

O Ministério da Cidadania informou que aqueles que estão tentando burlar o programa terão de devolver os recursos, sem prejuízo a possíveis sanções civis e penais.

Pedidos de auxílio contra desemprego sobem 76% em 15 dias de maio

BRASÍLIA. O número de pedidos de seguro-desemprego apresentou um salto de 76% na primeira quinzena de maio deste ano, se comparado com o mesmo período de 2019. A informação foi divulgada pelo Ministério da Economia nesta quinta-feira (21).

Nas primeiras duas semanas de maio, foram registrados 504 mil solicitações de assistência do governo a pessoas demitidas sem justa causa. No mesmo período de 2019, foram 286 mil.

O número também superou os 481 mil observados na segunda quinzena de abril deste ano, quando o país já enfrentava a pandemia.

Em 2020, o seguro-desemprego já foi liberado a 2,8 milhões de pessoas, alta de 9,6% em relação à igual período de 2019.

Segundo o Ministério da Economia, o número ainda apresenta uma defasagem e pode ser maior, porque o fechamento de agências do Sine (Sistema Nacional de Emprego) fez com que muitas pessoas não solicitassem o benefício.

O governo estima que 250 mil pessoas foram demitidas sem justa causa, estão aptas ao auxílio, mas não fizeram o pedido.

O seguro-desemprego é uma assistência financeira temporária paga pelo governo a trabalhadores despedidos sem justa causa. O valor do benefício varia de R\$ 1,045 a R\$ 1,83,03.

A pessoa demitida tem quatro meses de prazo para requerer o auxílio. O Ministério da Economia diz que, uma vez feita a solicitação ao trabalhador, não há fila de espera para concessão do benefício.

Membros do governo afirmam que a medida colada em vigor em abril que permite corte de jornada esalários está surtindo efeito. Sem ela, dizem, o número de demissões na crise seria muito maior. O programa autoriza empresas a fazerem acordos com seus funcionários para suspender integralmente contratos por até dois meses ou para reduzir jornada e salários por até três meses. Nesses casos, o governo entra com uma compensação em dinheiro para os trabalhadores atingidos. Até o momento, 2 milhões de trabalhadores foram mantidos em contratos suspensos ou salários e jornadas reduzidos. BC

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA GERAL DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. AVISO MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PRECÃO ELETRÔNICA Nº 00/2020. PROCESSO SEI Nº 30.202.0001.000001.2020.00. DATA E HORARIO DA LICITAÇÃO: 25/05/2020, às 10h. OBJETO: Contratação de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de labora de software, fábrica de máscaras e fábrica de testes, para atender necessidades de desamonteiamento de sistemas, durante o período de 30 (trinta e seis) meses.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO. Edital de Licitação nº 001/2020 para contratação de serviços de consultoria para a realização da 2ª Auditoria Pública Virtual. Tendo em vista o disposto no artigo 37, III, da Constituição Federal, que estabelece que a contratação de serviços de consultoria deve ser realizada por meio de licitação, a Comissão de Finanças e Orçamento do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, resolve convocar interessados para a realização de licitação para contratação de serviços de consultoria para a realização da 2ª Auditoria Pública Virtual.

isa CTEEP Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista. Edital de Licitação nº 001/2020 para contratação de serviços de consultoria para a realização da 2ª Auditoria Pública Virtual. Tendo em vista o disposto no artigo 37, III, da Constituição Federal, que estabelece que a contratação de serviços de consultoria deve ser realizada por meio de licitação, a Comissão de Finanças e Orçamento do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, resolve convocar interessados para a realização de licitação para contratação de serviços de consultoria para a realização da 2ª Auditoria Pública Virtual.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. Edital de Licitação nº 001/2020 para contratação de serviços de consultoria para a realização da 2ª Auditoria Pública Virtual. Tendo em vista o disposto no artigo 37, III, da Constituição Federal, que estabelece que a contratação de serviços de consultoria deve ser realizada por meio de licitação, a Comissão de Finanças e Orçamento do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, resolve convocar interessados para a realização de licitação para contratação de serviços de consultoria para a realização da 2ª Auditoria Pública Virtual.

GEAP Informa: O Encerramento unilateral do plano de saúde do público ativo ocorreu em 10 (dez) dias contados de data desta publicação em cumprimento à Lei nº 9.638/98, art. 13, parágrafo único, inciso II. Nota: Informações, ligue 1888-70188.

EDITAL DE LICITAÇÃO EXTRAJUDICIAL ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - LEI 9.140/97. O Encerramento unilateral do plano de saúde do público ativo ocorreu em 10 (dez) dias contados de data desta publicação em cumprimento à Lei nº 9.638/98, art. 13, parágrafo único, inciso II. Nota: Informações, ligue 1888-70188 ou www.gustavoleiloes.com.br



EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. | CNPJ/MF Nº 04.895.728/0001-80

controlar e que a empresa se desvinculou totalmente, bem como a empresa controladora e o controlado. A Equatorial Pará S.A. é controlada pela Equatorial Energia S.A. (Equatorial)...

controlar e que a empresa se desvinculou totalmente, bem como a empresa controladora e o controlado. A Equatorial Pará S.A. é controlada pela Equatorial Energia S.A. (Equatorial)...

controlar e que a empresa se desvinculou totalmente, bem como a empresa controladora e o controlado. A Equatorial Pará S.A. é controlada pela Equatorial Energia S.A. (Equatorial)...

controlar e que a empresa se desvinculou totalmente, bem como a empresa controladora e o controlado. A Equatorial Pará S.A. é controlada pela Equatorial Energia S.A. (Equatorial)...

MEMORIA DO CONSELHO FISCAL

MEMORIA DO CONSELHO FISCAL. O Conselho Fiscal da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. (Equatorial Pará) foi constituído em 21 de novembro de 2019, tendo como membros o Sr. Paulo Roberto Frazzetto, Sr. Paulo Roberto Frazzetto e Sr. Paulo Roberto Frazzetto...

RELATORIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATORIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. (Equatorial Pará) para o período de 1º de janeiro a 31 de março de 2020, tendo como membros o Sr. Paulo Roberto Frazzetto, Sr. Paulo Roberto Frazzetto e Sr. Paulo Roberto Frazzetto...

Com pandemia, gastos extrapolam regra do teto

Table with 4 columns: Ministério, Valor, em R\$ bi, Motivo, Nº da MP. Rows include Saúde e Educação (924), Cidadania (929), Economia (935), Auxílio emergencial a informais (937), etc.

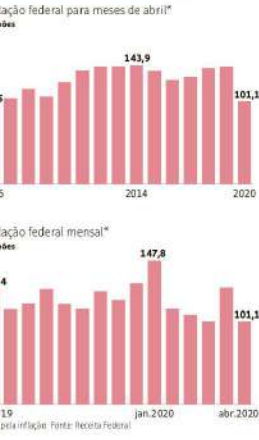
projeção de R\$ 8 bilhões foi a pela área econômica após a aprovação do auxílio pelo Legislativo não foi suficiente. O crédito foi ampliado para R\$ 14,4 bilhões e pode crescer...

RS 235 bilhões é o total de créditos extraordinários fora do teto. Outros gastos fora do teto: Recursos para a realização de eleições, Aumento de capital de estatais não dependentes da União...

Arrecadação cai 29% e tem o pior desempenho para abril em 14 anos

BRASIL. Sob efeito da crise provocada pelo novo coronavírus, a arrecadação federal de tributos despencou 29% em abril, na comparação com o mesmo mês de 2019, já descontada a inflação. O cheile do Centro de Estudos Tributários da Receita Federal, Claudemir Maluquias, estima que a queda de arrecadação exclusivamente provocada pela retração econômica e distanciamento social tenha sido de R\$ 4,2 bilhões no mês passado.

Pandemia derruba a arrecadação federal



Gastos fora da regra do teto já superam R\$ 500 bilhões

Governo usa mecanismo que dribla norma nas despesas de combate à pandemia

Thiago Resende e Bernardo Caram. BRASILIA. Por causa da crise provocada pelo novo coronavírus as despesas do governo que ficaram fora da regra do teto de gastos já superaram a marca de R\$ 510 bilhões neste ano. Só as medidas anunciadas para retomar o combate à Covid-19 e amenizar o impacto na economia somam mais de R\$ 230 bilhões em despesas primárias que não estão sujeitas à norma de ajuste fiscal.

entões infectados, sem pressionar ainda mais o teto. Além disso, tem colocado nesse rol dinheiro para evitar demissões em massa. Essa exceção se aplica também a recursos para a realização de eleições, aumento de capital de estatais não dependentes da União e transferências previstas na Constituição para estados, municípios e Distrito Federal.

Caixa é o único banco

de 28,8% nas provisões, para R\$ 2 bilhões. Segundo o vice-presidente do Banco de Brasil, o crescimento no período, para 3,14%. Em relatório, a Caixa afirmou que não houve alteração no balanço patrimonial de 2019.

Resultados dos maiores bancos no 1º trimestre. Caixa é o único banco que não teve alteração no balanço patrimonial de 2019. O balanço patrimonial da Caixa em 31 de março de 2020 foi de R\$ 1,1 bilhão, o mesmo valor registrado em 31 de março de 2019.







mercado coronavírus

# Auxílio emergencial até setembro

Benefício tem de ser prorrogado por quanto tempo for necessário

Nelson Barbosa

Professor da FGV e da IUPERJ, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento (2003-2006). É doutor em economia pela New School for Social Research.

O Congresso criou o auxílio emergencial de R\$ 600 por mês para combater os efeitos econômicos da Covid-19. Segundo declaração do presidente da Caixa, 50 milhões de pessoas, um terço dos brasileiros adultos, já acessaram o benefício.

O auxílio tem duração de três meses (abril a junho), mas o governo já reconheceu que será preciso prorrogá-lo, pois a crise é grande, e a economia não vai se recuperar rapidamente, mesmo após o fim do distanciamento social.

Do ponto de vista social, a

transferência emergencial de R\$ 600 por mês é necessária para diminuir a perda de renda dos mais pobres, sobretudo dos trabalhadores informais, que não têm acesso ao seguro-desemprego.

O desafio da prorrogação está do lado financeiro. Segundo estimativa do governo, o gasto será de R\$ 124 bilhões em três meses. Se o prazo aumentar para 12 meses, e já há propostas para que o auxílio emergencial dure um ano, o gasto pode subir para R\$ 496 bilhões, cerca de 7% do PIB pre-

visto para este ano.

Para colocar o tamanho fiscal do auxílio emergencial em perspectiva, o gasto do governo com benefícios do INSS foi de 8,6% do PIB no ano passado. Diante da crise social e desses números fiscais, por quanto tempo devemos prorrogar o auxílio emergencial?

A resposta é: por quanto tempo for necessário, o que depende de nossa capacidade de sair do distanciamento social com segurança. Quando as pessoas puderem voltar às suas atividades sem correr grandes ris-

cos de saúde, o auxílio emergencial se tornará desnecessário.

O cenário atual é altamente incerto, pois ainda estamos na fase ascendente do contágio, mas tudo indica que o auxílio emergencial terá que ser prorrogado por pelo menos três meses (até setembro) com despesa de 2,5% do PIB neste ano.

O impacto líquido sobre a dívida pública será menor do que 3,5% do PIB devido ao efeito expansionista do auxílio emergencial sobre a economia e a arrecadação do governo. Traduzindo do economês,

blico não suba.

No contexto atual, o multiplicador do auxílio é certamente maior do que 1, pois ele gera atividade econômica além do gasto inicial do beneficiário em consumo. Porém, dificilmente o multiplicador chega a 5 e evita aumento do déficit público.

Vai ter mais déficit primário, e isso é normal diante da crise e atual. Ou, se passarmos do mundo também estão passando por isso, e, neste momento de combater a pandemia, é mais importante preservar vidas e dar a ajuda que a economia precisa do que se preocupar com o tamanho da dívida.

Quando o pior passar, poderemos adotar questões do Orçamento, incluindo eliminação gradual do auxílio emergencial e aumento progressivo da tributação sobre renda e riqueza, realocando nosso sistema de transferências de renda em bases mais sustentáveis.

DOM. Samuel Pessôa | SEB. Marcia Dessen | YEN. Nizian Guanaes, Cecília Machado | QUI. Hélio Beltrão | QUI. Cida Bento, Selange Snour | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

# Leilões de rodovias terão trava para repasse de água às tarifas

Julio Wizaick

BRASILIA O Ministério da Infraestrutura e o BNDES anunciaram, nesta quinta-feira (21), um cronograma de leilões de quatro grandes projetos que, se realizados, devem responder por quase metade dos R\$ 250 bilhões em investimentos previstos pelo programa de concessões federais até 2022.

O banco, que assinou contrato com o ministério para fazer a modelagem das concessões, prevê que os certames ocorram até julho de 2021 (portos de Santos e São Sebastião), setembro de 2022 (7.200 km de rodovias) e dezembro de 2022 (portos de Vitória, Vila Velha e Barra do Riacho).

Somente as rodovias devem atrair ao menos R\$ 53,6

bilhões em investimentos ao longo de 30 anos de concessão. Essas obras serão divididas em 15 blocos e passarão por 13 estados, conectando-se com outras rodovias federais a serem concedidas, o que criará uma espécie de "sistema", segundo o ministro de Infraestrutura, Tarcísio de Freitas.

Há estradas que se cruzam com outras rodovias federais já incluídas no programa de concessão no Centro-Oeste, para atender ao escoamento da safra da região, do Norte e Nordeste, Sudeste e Sul. Essa malha vai representar um incremento de 7% na atual malha federal concedida, e os editais de concessão devem conter novos dispositivos.

Um deles vai prever uma taxa interna de retorno mais

elevada, um ponto percentual acima da média de 10% considerada padrão nos editais.

"No momento em que muitos países e estados com taxas negativas de juros, estamos melhorando o retorno dos projetos para atrair mais interessados", disse Tarcísio. "Essa taxa é só de mente uma referência e só é definida mesmo na hora do leilão, com o lance".

Prevedendo competição acirrada, esses editais também poderão prever limitação percentual, a ser aferida projeto a projeto, no valor da tarifa proposta pelo edital de concessão de rodovia. Esse limite será de 12%, o que obrigará o vencedor a bancar a entrada (com o água) imediatamente.

Assim, o governo tenta impedir o que ocorreu em leilões

passados, em que o água foi aplicado à tarifa e obrigações deixaram de ser cumpridas.

Os investimentos estabelecidos serão variáveis de acordo com a demanda para evitar o que ocorreu em aeroportos e rodovias durante a gestão Dilma Rousseff, que deixou empreendimentos considerando um crescimento da economia muito acima do verificado.

Em 2014, o país mergulhou em uma recessão, levando essas concessões a situações de inadimplência contratual. Alguns poderão ser agora devolvidos para nova licitação. O anúncio foi feito por vídeo-conferência, da qual também participaram o presidente do BNDES, Gustavo Montezano, e o diretor Fábio Abraham e o secretário-executivo do ministério, Marcelo Sampaio.

Segundo Montezano, os estudos já tiveram início. No caso das rodovias, passarão no teste de pré-viabilidade econômica. No caso dos portos, especialmente o de Santos, estão sendo considerados como referência outros modelos de concessão, como os do Reino Unido e Austrália.

No mercado, a expectativa é que Santos atraia muitos interessados por ser o maior porto da América Latina.

Tarcísio mencionou ainda o pacote de obras que serão realizadas com recursos públicos dentro do recém-lançado programa Pró-Brasil, que, se levado adiante, deverá consumir R\$ 215 bilhões.

Esse programa, uma reação do Planalto à queda da atividade econômica diante da crise do causada pela covid-19, colocou em linhas opostas a ala militar do governo, liderada pelo ministro-chefe da Casa Civil, o general Walter Braga Netto, e o ministro da Economia, Paulo Guedes. Guedes nem sequer fora consultado sobre o plano, que, segundo o chefe da Economia, não há como ser conduzido com dinheiro do Orçamento. Tarcísio o reforçou na vídeo-conferência que diversas dessas obras serão conduzidas de forma responsável e "dentro do teto de gastos".

"Vamos fazer [obras públicas] com o pé no chão e capacidade de execução. Obras que conversam com as concessões e serem feitas mantendo o teto [de gastos]", disse Tarcísio.

# Câmara aprova projeto que proíbe cortar luz e água em fim de semana

BRASILIA Os deputados aprovaram nesta quinta-feira (21) projeto que proíbe o corte de luz, água e gás de clientes indimplentes nos fins de semana e feriados e que obriga o consumidor a ser comunicado previamente sobre o desligamento. A obrigatoriedade de comunicação prévia, especialmente quando se fala de energia elétrica, era prevista por regulamentações administrativas. O relator do texto, deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE), decidiu consolidar o ponto ao incluir o dispositivo na lei que trata dos direitos dos

usuários de serviços públicos prestados pela administração pública.

O texto, que veio do Senado, foi aprovado na Câmara em votação simbólica. Como houve alterações em relação ao projeto da outra Casa, retorna para a apreciação dos senadores. Só depois segue para sanção ou veto presidencial.

O projeto proíbe a suspensão do serviço por inadimplência do consumidor "que se inicie em sexta-feira, sábado ou domingo, bem como em feriado ou no dia anterior a este". Danielle Brant



ARGENTINA NÃO PAGA DÍVIDA E ENTRA EM 'MORATÓRIA TÉCNICA' Loja anuncia liquidação para encerrar as atividades em Buenos Aires, governo anunciou que não pagará juros da dívida externa que vencem nesta sexta-feira (22), no valor de US\$ 503 milhões. Agência Marcia Dessen/Reuters

**QUER VENDER POR DELIVERY?**  
**O PAGESGURO PAGBANK TEM AS**  
**melhores maquininhas**  
**que cabem no bolso**

- Taxa zero até R\$ 10 mil reais em vendas
- Pagamento por aproximação (NFC) sem contato físico
- Pagando com QR Code, você tem taxa zero e seu cliente recebe 10% do valor pago de volta
- Venda com link de pagamento pelas redes sociais (Instagram, WhatsApp, Facebook e Twitter)
- TEDs ilimitadas grátis para todos os bancos
- Ven com PagBank, o banco completo e grátis

**Escolha a sua maquininha e agilize o seu delivery**

Do R\$ 99,40  
Por 12X  
**R\$ 4,90**



De R\$ 19,990  
POR CADA MÔNTE  
**R\$ 6,90**



De R\$ 195,900  
Por 12X  
**R\$ 8,90**



Os novos editais que substituem a Meditinha Plus 2, Smart X, Plus e Minizinha Chip 2 terão taxa de 0% no crédito ou crédito à vista até R\$ 10.000,00 em vendas. Consulte as condições de promoção em pagseguro.com.br. Os que substituem a Minizinha terão 0% no crédito ou crédito à vista nos 3 primeiros meses após o R\$ 1.000,00 em vendas. Consulte as condições de promoção em pagseguro.com.br. O R\$ 10.000,00 em vendas é válido para pagamentos em QR Code, código QR, link de pagamento, conexão com maquininha com código QR, link de pagamento, conexão com maquininha com código QR, conexão com maquininha com código QR, conexão com maquininha com código QR. PagSeguro é uma marca registrada da PagSeguro Digital. PagBank é uma marca registrada da PagBank. PagBank é uma marca registrada da PagBank. PagBank é uma marca registrada da PagBank.



## saúde coronavírus

# Sem auxílio, moradores do sul de SP recorrem a cesta básica

Apenas um terço da população da região tem emprego formal, segundo ONG

Fábio Zanini

**SÃO PAULO** No extremo sul da cidade de São Paulo a expressão "em análise" ganhou contornos dramáticos para os moradores de bairros como Parelheiros, Vargem Grande e Engenheiro Marsilac. Significa que algo deu errado no pedido de auxílio emergencial de R\$ 600 mensais anunciado pelo governo federal. Quem se depara com essas duas palavras sabe que frequentemente são um eu-feminino para dinheiro negado sem maiores explicações. Na última segunda (18), cerca de 60 pessoas enfrentaram a maná fria e a neblina típicas nas proximidades da Serra do Mar, para receber cestas básicas e kits de higiene doados pela Associação ProBrasil, que atua há 21 anos na região. Muitos dos que ali estavam buscando os produtos após serem frustrados a promessa de conseguir o auxílio do governo. Eram trabalhadores informais que perderam sua renda ou pessoas que já estavam desempregadas mesmo antes da crise da pandemia. "Estamos na análise, como eles dizem. Não dão a opção de saber por quê", disse Elizabeth de Paula, desempregada, que aguardava sua vez de pe-

gar a cesta com arroz, feijão, sal, leite, macarrão, sardinha e óleo, entre outros produtos. Já o kit de higiene vem com pasta de dente, sabão, sabonete e papel higiênico.

"Se um dia eu pegar esses R\$ 600 quero ir no atacado e encher o carrinho", afirmou. Sem renda, a doação da ONG tirou o único meio de sobrevivência até a crise passar.

"A gente pega a cesta e ainda divide com alguém que precisa", disse o marido dela, José Izuel, que fazia trabalhos esporádicos como fiscal de obras, todos agora suspensos.

Cícera Jucivânia é outra que teve de recorrer à ajuda após fracassar na tentativa de sacar o auxílio emergencial. "Não fui aprovada porque disse que alguém já tinha pegado".

Mas essa hipótese, afirma ela, é impossível. Monitora de uma van escolar, ela se viu sem trabalho quando as aulas foram suspensas. Sem registro, trabalhava como autônoma.

Jucivânia mora com um irmão, também desempregado pela pandemia, e um sobrinho de 18 anos, que está tentando pegar o auxílio, sem sucesso.

"A gente percebe realmente como aumentou a demanda por cesta básica", disse Uwe Weibrecht, 49, ex-frade alemão que preside a ONG.

Levantamento feito pela Associação ProBrasil em abril e maio com 890 famílias atendidas no extremo sul da capital mostra como essa população depende do auxílio governamental durante a pandemia.

Apenas 32% responderam que têm na família algum membro com emprego formal, mais protegido na crise.

Outros 25% do universo são famílias com desempregados ou que não têm renda. As restantes são formadas por autônomos ou pessoas que dependem de programas sociais.

Dos que responderam a respeito, 72% dizem que não têm tido qualquer tipo de trabalho durante a quarentena, o que é um dado preocupante, dada a grande quantidade de autônomos na região.

Desde o início de abril, a ONG já distribuiu 2.200 cestas e kits, das quais 884 foram compradas a partir de convênio com a prefeitura e o restante com doações privadas.

Os níveis de isolamento, de acordo com o presidente da entidade, têm ficado aquém do necessário. "Estamos cobrindo agora a situação de isolamento que vivemos nas últimas semanas. Ainda há um entendimento muito rudimentar sobre como o vírus se propaga", afirmou Weibrecht.

A dificuldade em ficar em casa é explicada, em grande medida, pela necessidade de tentar obter alguma renda.

Hipertensa, a feirante Vanessa Ferreira da Cunha Lopes, 38, tem buscado manter o isolamento desde a escalada da pandemia. "Mas de vez em quando a gente tem que sair pra trabalhar, né?", disse ela, que costumava ganhar cerca de R\$ 3.000 por mês.

Há diversos casos, no entanto, de conformismo com a orientação de ficar em casa. Desempregado desde o final do ano passado, José Geraldo Ferreira da Silva, 60, afirmou que sua casa com objetivo de manter a sanidade mental.

"Estou de bicicleta por aí, vou pro meio do mato. A mulher fala que é perigoso, mas ficar em casa preso é mais perigoso, você fica doído", disse ele, que também não conseguiu o auxílio emergencial.

Ajudante geral no Hospital do Grajaú, Karoline Araújo dos Santos diz que alguns moradores são rebeldes, principalmente os mais velhos. Ela dá o exemplo de seu pai, que tem 65 anos e trabalhava como cozinheiro autônomo. "Eu dou graças a Deus que não tem emprego, porque se aparecer se ele saía pra rua", afirmou.

Muitos dos moradores da re-

gião com quem a Folha conversou se disseram confusos sobre a orientação que vem das autoridades, especialmente em razão das mensagens conflitantes entre o presidente Jair Bolsonaro, defensor da flexibilização da quarentena, e o governador de São Paulo, João Dória (PSDB), que advoga a manutenção de políticas mais estritas de isolamento.

Dono de um bar no Jardim dos Alamos, Francisco Assis da Silva, 46, concorda com o presidente, "apesar de ele fazer umas coisas embacadas".

"Abri o bar às 18h30 e estou indo embora daqui a pouco [por volta de 14h]. Não dá pra trabalhar, né?", disse. "Se não abrir logo o comércio, quem não morrer de doença vai morrer de fome. As coisas seguem chegando", afirmou.

Ele e sua mulher receberam a terrível mensagem de que os pedidos de auxílio emergencial estão "em análise".

"A população fica meio perdida. Se o presidente, que é a maior autoridade, fala uma coisa, e o governador fala outra, como é que fica?", disse Jackson Douglas, 29, que trabalhava como autônomo em uma empresa de eventos.

Morada de Vargem Grande, Zélia Ferreira da Cunha, 52, diz que o presidente está "deixando a desejar".

Desempregada, recebe R\$ 140 do Bolsa Família, benefício cortado no início do ano sem motivos, segundo ela.

"Sobre os R\$ 600, que tanto não consegui pegar, diz que não chegou perto de compensar a renda perdida pelos que trabalhavam. "Esse dinheiro não paga nem a terra que vão jogar em cima de quem morrer".

## Tire suas dúvidas sobre o coronavírus

A Folha recebe perguntas de leitores pelo email [duvidas.coronavirus@grupofolha.com.br](mailto:duvidas.coronavirus@grupofolha.com.br)

### PROTEÇÃO

**Como podem testes de SARS-CoV-2 terem dado positivo para amostras colhidas de bode e de mamão na Tanzânia?**

Uma notícia do início de maio diz que testes RT-PCR comprados pela Tanzânia tiveram resultado positivo em amostras, não identificadas, de bode e mamão. Após o resultado, o presidente John Magufuli comunicou que os kits, importados, deveriam ser investigados. Segundo Carlos Menck, virologista e professor do departamento de microbiologia do ICB-USP, testes RT-PCR, que analisam presença de material genético do vírus, são muito sensíveis e podem se contaminar com qualquer amostra biológica que esteja no ambiente. Erros podem ocorrer por contaminação com sequências genéticas de outros tipos, reagente inapropriado ou por partículas virais re-ar—se não houver a biosegurança adequada no laboratório, elas podem contaminar as amostras. Mas, sobretudo, ressalta ele, não adianta ter os kits se o laboratório não tiver equipe técnica capacitada. Os kits podem, ainda, vir contaminados do fabricante e, por isso, deveriam ser verificados, mediante aplicação em grupos de controle que não poderiam ter resultado positivo, como amostras sem material genético—água, por exemplo.

**Um cão perseguiu com bom faro e bem treinado poderia detectar uma pessoa infectada?**

Quando adoecemos, o agente causador da doença libera moléculas que acabam carregadas para o ambiente externo pela transpiração, saliva, urina e respiração. Mas elas chegam ao ambiente em concentração muito baixa, que não detectamos. Cães, porém, têm seis vezes mais células olfativas do que humanos e identificam essas moléculas na concentração de uma parte por trilhão. Nos EUA, no Canadá, na Alemanha, na Noruega, na França, na Inglaterra e nos Emirados Árabes, centros de estudos anunciaram que vão treinar cachorros para identificar coronavírus pelo olfato.

**Ana Bottallo**



Moradores de Parelheiros, no extremo sul de São Paulo, aguardam na fila para fazer o cadastramento para receberem cesta básica de ONG. Foto: Da Redação/Folha.com

## Bolsonaro promete R\$ 60 bilhões a governadores para combater Covid-19

Patrícia Pasquini

**SÃO PAULO** O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) deu uma concessão de ajuda financeira de R\$ 60 bilhões aos estados durante o combate à pandemia do novo coronavírus, em reunião por videoconferência com os 27 governadores nesta quinta-feira (21). Do encontro também participaram ministros, o presidente da Câmara Federal, Rodrigo Maia (DEM), e o Senador Davi Alcolumbre (DEM).

O presidente vai sancionar o projeto de lei que libera a verba, e a expectativa é que a primeira parcela seja liberada até o dia 30 de maio.

A medida parece ter dado uma trégua no conflito entre o presidente e o governador de São Paulo, João Dória (PSDB).

Dória considerou a reunião um fato histórico e elogiou o tom de paz, harmonia e entendimento. "Na guerra todos perdem, principalmente os mais pobres e humildes. O reunião foi uma demonstração de sabedoria, bom senso e equilíbrio de todos os que estavam participando", afirmou.

Além da verba, cuja divisão ainda não está clara, ficou acordado na véspera em conversa de Dória com o ministro interino da Saúde, general Eduardo Pazuello, que os 1.800 leitos de UTI solicitados pelo governo estadual serão homologados até 26 de maio.

O ministério também prometeu para o início da próxima semana a entrega de 600 respiradores, que serão destinados a capital, região metropolitana e Baixada Santista.

O estado de São Paulo soma 73.739 casos de Covid-19—3.880 novos registros entre quarta e quinta, uma alta de 5,5% em relação ao dia anterior. O estado chegou a 5.558 mortes—195 a mais que na quarta, um aumento de 3,6%.

A taxa de ocupação de leitos de UTI no estado está em 77%, com 4.224 pacientes com suspeita ou confirmação de Covid-19 internados. Outros 6.467 permanecem em enfermarias. Na Grande São Paulo, a taxa de ocupação na terapia intensiva é de 89,6%.

No Hospital de Campanha Ibirapuera (zona sul), 155 pessoas permanecem internadas. Até esta quinta, 14.669 pessoas tiveram alta dos hospitais estaduais e estão curadas.

Leia mais em Poder, na pág. A7 e em Mercado, na pág. A14

## Os números da Covid-19 em SP

**73.739 casos**

3.880 infecções confirmadas entre quarta e quinta, o estado tem 16,76 casos por 100 mil habitantes

**5.558 mortes**

195 óbitos confirmados em 24 h; a taxa no estado é de 12,7 mortes por 100 mil habitantes

**73%**

é o índice de ocupação de leitos de UTI no estado

**49%**

de isolamento social foi a taxa de terça (19)

**2 km**

foi o pico de lentidão da manhã na capital paulista, às 6h30

## Emenda no diário oficial sobre 'lockdown' em SP foi rejeitada

FOLHA INFORMAÇÕES

**SÃO PAULO** A proposta de isolamento total ("lockdown") no estado de São Paulo publicada no Diário Oficial desta quinta (21), de autoria do deputado Paulo Fiorillo (PT), foi formulada na última quarta-feira (20) e derrotada no mesmo dia em votação em congresso de comissões da Assembleia Legislativa.

O texto, que viralizou nas redes sociais como se fosse proposta do governador João Dória (PSDB) a ser votada. O texto, porém, era uma emenda ao projeto de lei 350, que institui medidas emergenciais para enfrentamento da pandemia de coronavírus no estado, e não chegou nem sequer a ir a plenário.

"Apresentei individualmente uma emenda que estabelecia 'lockdown' a ser implementado em junho [dos

dias 1º a 15], mas isso não seria discutido porque na comissão a maioria aprovou o parecer do relator, sem essa proposta. Hoje, tentaram empicar a fake news de que o texto era do Dória", afirmou o deputado Paulo Fiorillo.

"Está havendo desinformação nas redes, parece mais uma do gabinete do 'ódio'", afirmou o relator do projeto de lei, Carlos Pignatari (PSD).

"Dória entendeu emenda no texto do feriado para impor LOCKDOWN em São Paulo do dia 1º ao dia 15 de junho, na campanha", publicou o influenciador digital Leonardo Ruschel, apoiador de Bolsonaro e crítico a Dória.

post, de Ruschel, feito às 18h30 desta quinta-feira, foi compartilhado mil vezes. Em outro tuite, às 18h34, ele corrigiu a informação.

Ivan Martinez-Vargas



# Bolsonaro fecha acordo com governadores

O Globo · 22 maio 2020 · GERALDA DOCA, GUSTAVO MAIA, MANOEL VENTURA, NAIRA TRINDADE E PAULO CAPELLI economia@oglobo.com.br BRASÍLIA E RIO

Em reunião com os 27 governadores em clima de conciliação, o presidente Bolsonaro chegou a acordo para sancionar o socorro a estados e municípios, com veto a aumento para servidores por 18 meses. Foi discutida a ação coordenada entre governo federal e estados para a reabertura da economia.

Em uma reunião marcada por tom conciliador, o presidente Jair Bolsonaro fechou ontem um acordo com os 27 governadores para destravar o socorro federal para estados e municípios enfrentarem crise do coronavírus. Bolsonaro recebeu apoio dos gestores locais para sancionar o projeto de lei que cria o programa de auxílio com veto ao trecho que autoriza reajustes para servidores públicos. Um dos fatores que contribuíram para isso foi a sinalização de que os governos locais vão trabalhar junto coma União para flexibilizar medidas de restrição para conter a Covid-19, na prática, uma ação para reabertura gradual da economia.

— Em comum acordo com os Poderes, nós chegamos à conclusão de que, congelando a remuneração, os proventos também dos servidores até o final do ano que vem, esse peso seria menor, mas de extrema importância para todos nós. É bom para o servidor, porque o remédio é menos amargo, mas é de extrema importância para todos os 210 milhões de habitantes — disse Bolsonaro.

O pacote de ajuda aos governos locais prevê repasses federais de R\$ 60 bilhões em quatro meses, mais R\$ 60 bilhões em suspensão de dívidas. Como contrapartida, a equipe econômica propôs que salários de servidor fossem congelados até dezembro de 2021.

— Esse momento hoje se deu com base no diálogo. Não temos outro caminho. O Brasil é uma federação — disse o presidente do Senado — Chegou a hora de darmos as mãos e levantarmos uma bandeira branca, porque na guerra todos perdem — afirmou o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

## RIO COBRA MAIS RECURSOS

A medida de contenção, no entanto, foi desidratada por deputados e senadores, que blindaram várias categorias do ajuste. Por isso, o ministro da Economia, Paulo Guedes, recomendou o veto ao trecho que autorizava os aumentos. O texto final, coma permissão para reajustes, foi aprovado no início do mês, mas Bolsonaro aguardava apoio ao veto para evitar que a decisão fosse derrubada no Congresso.

Foi o que ocorreu ontem, no encontro que contou ainda coma participação dos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado.

Na semana passada, O GLOBO mostrou que a liberação do socorro seria usada como moeda de troca para negociara reabertura gradual da economia.

Durante a reunião por videoconferência, o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), sugeriu, em nome do Fórum de Governadores, que seja criado um comitê para coordena-



nar as ações de combate à pandemia:

—Quero deixar uma sugestão ao presidente da República. Que ele junto com o Senado, junto com a Câmara, junto com o Supremo Tribunal Federal, com a representação de governadores e de prefeitos, que agente possa ter uma coordenação central.

Na avaliação de parte dos governadores, o comitê seria uma forma de organizar as medidas de relaxamento.

— É um conselho para que agente possa elaborar um protocolo para a retomada — disse ao GLOBO o governador do Piauí, Wellington Dias (PT), depois da reunião. — Ele (Bolsonaro) não condicionou a sanção do projeto de ajuda à sexta dose de abertura da economia, mas sinalizou que agente possa caminhar junto nesse propósito.

O Rio, que teria R\$ 2,2 bilhões do pacote, tenta conseguir mais. Para o governador Wilson Witzel, o valor ao estado deveria ser maior. “Apesar de a ajuda ser fundamental, no caso do Rio o valor é insuficiente para repor as perdas neste período de pandemia. Por isso, solicitei audiência com o presidente para discutir situação específica do estado”, afirmou Witzel em uma rede social após a reunião.

O encontro também marcou o clima amistoso entre Bolsonaro e o governador de São Paulo, João Dória (PSDB), que têm trocado críticas em público devido às divergências no combate à pandemia.

—Quero exaltar e cumprimentar a forma com que essa reunião está sendo conduzida, para a união de todos. O Brasil precisa estar unido para vencer a crise, ajudar e proteger a saúde dos brasileiros. Nós precisamos, sim, estar unidos. Vamos em paz, presidente. Vamos pelo Brasil, vamos juntos. É o melhor caminho, é a melhor forma de vencer a pandemia—disse Dória.

Na avaliação de interlocutores da equipe econômica, também influenciou no clima de convergência a percepção de que a ajuda ao estado é urgente. A demora para decidir sobre o veto, que permitiu que alguns estados corresse para autorizar reajustes, também reduziu a tensão no ambiente, disse uma fonte.

Ainda assim, alguns governadores consideraram o encontro pouco produtivo, vendo-o mais como uma oportunidade de o presidente demonstrar que busca um clima de harmonia.

#### DIVERGÊNCIA SOBRE DÍVIDAS

Apesar das críticas de alguns governadores, no Palácio do Planalto o resultado da reunião foi comemorado, segundo aliados, pelo ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, que articulou para levar ao encontro Maia e Alcolumbre.

Antes do veto, Bolsonaro vai permitir a contratação de policiais federais e de agentes da Polícia Rodoviária Federal.

Os governadores discordam de um veto que a equipe econômica pediu ao presidente. O texto permite a suspensão de dívidas contraídas pelos estados junto a organismos internacionais e impede a União de executar as garantias nesses casos. A equipe econômica teme que isso encareça as operações no futuro. Além disso, a lei não estabelece a forma de recuperação dos valores que a União terá de honrar em 2020. Técnicos também reclamaram da possibilidade de o país ficar com a imagem de inadimplente no exterior.

“O remédio é menos amargo, mas é de extrema importância para todos”

Jair Bolsonaro, presidente da República “Chegou a hora de darmos as mãos e levantarmos uma bandeira branca”

# Arrecadação federal tem o pior abril da série histórica

Receita da União com recolhimento de impostos cai 28,95%, para R\$ 101,15 bi, devido à pandemia

O Globo · 22 maio 2020 · BRASÍLIA

A arrecadação de impostos, contribuições e demais receitas do governo federal teve queda real de 28,95% em abril, para R\$ 101,154 bilhões. É o pior dado para o mês da série histórica divulgada pela Receita Federal, com início em 2007, conforme dados divulgados ontem. Em abril do ano passado, a arrecadação havia somado R\$ 142,365 bilhões.

Em função da crise causada pela pandemia, o governo permitiu o atraso no pagamento de uma série de tributos para dar alívio de caixa às empresas e famílias. Segundo a Receita, esse diferimento teve impacto de R\$ 35,111 bilhões nas contas de abril.

Já a redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre as operações de crédito respondeu por uma queda de R\$ 1,567 bilhão.

Além disso, houve crescimento de 25,2% no volume de compensações tributárias em relação ao mesmo mês do ano passado, o que diminuiu a arrecadação em R\$ 10,901 bilhões em abril. Desde março, as empresas vinham recorrendo a compensações tributárias a fim de preservar seu fluxo de caixa, já prevendo dificuldades por conta da paralisação de atividades não essenciais.

Segundo a Receita, considerando todo o período de vigência das medidas de diferimento adotadas, o impacto total na arrecadação será de R\$ 119,328 bilhões.

Ainda em março, o governo anunciou o diferimento, por três meses, para pagamento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), PIS e Cofins e contribuição previdenciária das empresas do Simples. O ajuste anual do Imposto de Renda para pessoas físicas foi adiado por dois meses.

Nos primeiros quatro meses de 2020, a arrecadação caiu 7,45% frente ao mesmo período do ano passado, a R\$ 502,293 bilhões.



# Corrupção na saúde torna mais letal pandemia da Covid-19 no Rio

Doentes morrem em filas à espera de um leito de UTI, enquanto o orçamento do setor é saqueado

O Globo · 22 maio 2020

Os números da Covid-19 no Rio de Janeiro são desastrosos. Até ontem, o estado registrava 32.089 infectados e 3.412 mortos. No ranking da pandemia no Brasil, o Rio fica mal. É o segundo com maior número de mortes, atrás apenas de São Paulo. Mesmo assim, a incidência da doença é maior aqui do que lá (175,9 contra 152,1 por cem mil, na quarta-feira). O vírus também se revela mais letal em território fluminense (10,6% contra 7,5%). E não adianta culpar a falta de testes, já que a escassez de diagnósticos é generalizada.

Evidentemente, há fatores que contribuem para essa escalada de mortes no Rio, como a queda nos índices de isolamento e as condições socioeconômicas da população. Segundo o IBGE, 22,5% dos cariocas moram em favelas, onde a precária situação sanitária favorece a proliferação da doença. Bairros da Zona Oeste com baixos Índices de

Desenvolvimento Humano (IDH) estão entre os que registram maior número de mortes. Mas, a esse cenário, construído ao longo de décadas de negligência do poder público, se junta a corrupção na saúde, criando um ambiente letal numa fase crítica da doença.

Enquanto pessoas morrem na fila de espera por um leito de UTI, os cofres do estado são saqueados em compras emergenciais suspeitas. A Polícia Civil e o Ministério Público investigam indícios de fraude na aquisição de mil respiradores, nova ordem de R\$ 183 milhões. Apesar de o governo ter adiantado R\$ 33 milhões, os aparelhos não chegaram. E fazem falta nos hospitais de campanha, que funcionam sem plena capacidade por falta de equipamentos.

No dia 13, a operação Mercadores do Caos prendeu o empresário Maurício Fontoura, controlador da Arc Fontoura, uma das fornecedoras investigadas. Estão encarcerados também dois exsubsecretários de Saúde do Rio: Gabriell

Neves e Gustavo Borges, que o sucedeu. Em meio ao escândalo, o então secretário, Edmar Santos, foi exonerado.

O Instituto Unir, que administra UP Asno Rio, também está sob investigação. AOS, que havia sido desqualificada para prestar serviços ao estado, foi reabilitada em março pelo governador Wilson Witzel, que desprezou pareceres técnicos contra a decisão. Segundo a operação Favorito, braço da Lava-Jato, o Unir teria como sócio oculto o empresário Mário Peixoto, que está preso.

São conhecidas as dificuldades para se enfrentarem a pandemia da História em nossas mãos. Mas essas tornam-se mais dramáticas diante de gestões ineptas e fraudulentas, em que o dinheiro público é roubado de forma deslavada, tornando-se ainda mais escasso para o atendimento aos doentes. Os números da Covid-19 no Rio são eloquentes para mostrar que a corrupção pode ser tão letal quanto um vírus para o qual não há vacina ou remédio.



# Bolsonaro quis dividir com governadores ônus político de veto a reajustes de servidores

Presidente não quer ser derrotado na votação pelo Congresso dos vetos que fará ao projeto que dá auxílio emergencial a Estados e municípios e congela os salários

**Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo**

21 de maio de 2020 | 11h48

O presidente **Jair Bolsonaro** não quer ser derrotado na votação pelo **Congresso Nacional** dos vetos que fará ao projeto que dá auxílio emergencial aos Estados e municípios e congela os salários dos servidores públicos até dezembro de 2021.

Por isso, chamou os governadores para carimbar o apoio ao congelamento dos salários e bonificações do funcionalismo público da União, Estados e municípios. Dividiu o ônus com eles, caso o Congresso derrube os vetos.

Bolsonaro pede a governadores apoio a veto que barra reajuste a servidores até fim de 2021

Tudo foi feito sem antes um acerto final de “ajustes técnicos” a serem concedidos na contratação das polícias Federal (PF) e Rodoviária Federal (PRF), como definiu o presidente do Senado, **Davi Alcolumbre (DEM-AC)**, na reunião.

**Aumentos já haviam sido garantidos para policiais do Distrito Federal** e outras **categorias do funcionalismo público nos Estados**. As Forças Armadas também já tinham sido preservadas antes mesmo da proposta ter sido apresentada pelo relator do projeto, o próprio presidente do Senado. O acordo foi feito pelo ministro-chefe da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos.

Agora, a palavra final estará com os deputados e senadores. Será um importante teste também para apoio que vem sendo negociado entre o Palácio do Planalto e lideranças do chamado Centrão ao presidente Bolsonaro.

A reunião desta quinta-feira, 21, deu uma porta de saída também para o ministro da Economia, Paulo Guedes, que fez uma aposta de risco ao colocar o seu cargo – o mais importante na Esplanada dos Ministérios - na berlinda ao cobrar do presidente Jair Bolsonaro o veto ao **artigo que abriu a porteira para dois terços dos servidores ficassem de fora do congelamento**. A ideia do congelamento foi bancada por Guedes, que bateu o pé até o final.

Até quarta-feira, 20, à noite, havia temor sobre o posicionamento do presidente na reunião. O ministro poderia perder no Congresso, mas não com o seu chefe, o presidente Bolsonaro.

Alívio na equipe econômica, que sofre desgaste dentro e fora do governo. Agora, é esperar os vetos. Uma preocupação em particular: que o presidente não vete o artigo que proíbe que os próximos 18 meses sejam contados para bônus salariais por tempo de permanência. O veto, nesse caso, beneficiaria as categorias. É despesa na veia.



# Com coronavírus, arrecadação despensa 29% em abril e atinge o pior resultado da série histórica

Resultado reflete os efeitos da crise do coronavírus na economia; com o nível de atividade em queda, recua também o recolhimento de tributos

**Lorena Rodrigues, O Estado de S.Paulo**

21 de maio de 2020 | 11h37

BRASÍLIA - A arrecadação de impostos, contribuições e demais receitas federais registrou queda real (descontada a inflação) de 28,95% em abril, na comparação com o mesmo mês do ano passado, e somou R\$ 101,154 bilhões, informou nesta quinta-feira, 21, a Secretaria da **Receita Federal**.

Em abril de 2019, a arrecadação havia somado R\$ 142,365 bilhões. De acordo com dados da Receita Federal, o resultado de abril deste ano também foi o pior

para o mês desde 2006, quando somou R\$ 94,505 bilhões. Os valores foram corrigidos pela inflação.

O resultado da arrecadação, em abril, já reflete os efeitos da crise do **coronavírus** na economia. Com o nível de atividade em queda, recua também o recolhimento de tributos. Além disso, o governo federal fez alterações no prazo de recolhimento de impostos e reduziu a alíquota de alguns tributos. As mudanças visam justamente combater os efeitos da pandemia na economia brasileira.

No início do mês, o governo zerou a alíquota do **Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)**, o que representou uma renúncia de R\$ 1,567 bilhão, de acordo com a Receita Federal. O governo também desonerou a cobrança de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para bens relacionados ao combate à covid-19, o que representou perda de arrecadação de R\$ 104 milhões.

No total, as desonerações concedidas pelo governo resultaram em renúncia fiscal de R\$ 34,995 bilhões entre janeiro e abril deste ano, valor maior do que em igual período do ano passado, quando ficou em R\$ 32,159 bilhões. Apenas no mês de abril, as desonerações totalizaram R\$ 9,963 bilhões, também acima de abril do ano passado (R\$ 8,079 bilhões).

"O resultado tanto do mês quanto do período acumulado (quatro primeiros meses do ano) foi bastante influenciado pelos diversos diferimentos (adiamento) decorrentes da pandemia de coronavírus. Os diferimentos somaram, aproximadamente, R\$ 35 bilhões. As compensações apresentaram crescimento de 25,19% no mês de abril de 2020 e de 46,91% no período acumulado", informou a Receita Federal.

No acumulado dos quatro primeiros meses deste ano, a arrecadação somou R\$ 502,293 bilhões, com queda real de 7,45% frente ao mesmo período do ano passado.

Segundo a Receita, esse foi o pior resultado para este período, desde 2017, quando somou R\$ 495,024 bilhões. Os valores foram corrigidos pela inflação.

O comportamento da arrecadação, normalmente, é um indicador importante porque indica se o governo está no caminho do cumprimento da meta fiscal anual.

Para este ano, o governo tinha de atingir uma meta de déficit primário de até R\$ 124,1 bilhões. Entretanto, **com o decreto de calamidade pública**, proposto pelo governo e aprovado pelo Congresso Nacional por conta da pandemia do coronavírus, não será mais necessário atingir esse valor.



Recentemente, o Tesouro Nacional informou que o déficit primário das contas do governo ficará acima de R\$ 700 bilhões neste ano, devido aos gastos extraordinários motivados pela doença.

# O novo imposto e a mão de gato

Mais uma vez, Paulo Guedes insiste na criação de um imposto que lembra a velha CPMF, o imposto do cheque

**Celso Ming, O Estado de S.Paulo**

21 de maio de 2020 | 18h36

O que é, o que é? Tem focinho de gato, orelha de gato, olho de gato, garra de gato, mas tem uma peninha na cabeça? A resposta qualquer criança sabe: é um gato com uma peninha na cabeça.

Pois, mais uma vez, o ministro da Economia, **Paulo Guedes**, insiste na criação de um imposto que lembra a velha **CPMF**, o imposto do cheque. Também desta vez, ele insiste em dizer que não tem nada a ver com CPMF. Mas não esconde que será um imposto provisório – que fique entendido – a ser cobrado sobre operações digitais.

Com crise do coronavírus, Guedes estuda nova versão da Carteira Verde Amarela

Sempre que essa ideia aparece, vem com supostas meritórias intenções. Em 1996, quando o então ministro da Saúde, Adib Jatene, defendeu a criação da

CPMF, argumentou que viria para financiar a saúde pública. Alguém poderia ser contra o melhor dos objetivos, o ataque às doenças? Logo se viu que era apenas um jeito maroto de vender o imposto, porque a arrecadação foi para o caixa geral e daí para onde o governo determinasse.

Agora, o ministro argumenta que é preciso recriar empregos. O novo imposto derrubaria os encargos sociais das empresas, que, por sua vez, seriam encorajadas a contratar pessoal, agora quando o desemprego corre solto.

Esse disfarce de imposto provisório também é velho de guerra. O imposto do cheque também começou provisório. Em dois anos deveria ser extinto. De provisório em provisório, foi ficando. Durou dez anos.

Achar que esse imposto não dói porque seria automaticamente cobrado pelos bancos é uma empulhação. O que não é operação digital nesta economia moderna? Todas as operações bancárias têm pelo menos algumas fases digitais, os pagamentos por cartão de crédito ou de débito são digitais; o comércio eletrônico é digital, a encomenda de comida para entrega em domicílio (o delivery) é digital.

Além disso, não é preciso ser tributarista para saber que este é um imposto de péssima qualidade. Incide cumulativamente (em cascata) ao longo de toda a cadeia de pagamentos, o que é expressamente proibido pela Constituição (art.



154). Na medida em que onera a mercadoria com impostos sobre impostos, encarece as exportações e, assim, tira competitividade do produto brasileiro.

Ah, sim, o ministro garante que a alíquota será baixa, não só para reduzir o tamanho da facada, mas também para reduzir as distorções. Essa é também uma história conhecida. Um imposto assim sempre começa com uma alíquota quase simbólica. Mas, lá pelas tantas, falta dinheiro nos cofres públicos e o ministro de plantão dirá que não há outro jeito senão aumentar a alíquota e assim sucessivamente.

Se após tantos desmentidos essa anomalia for realmente recriada, Estados e municípios haverão de brigar por fatias do que vier a ser arrecadado sob o argumento de que o fato gerador do imposto é o mesmo do **ICMS** ou do **ISS**, que lhes cabe por direito.

Finalmente, esse imposto vai sendo proposto na pior hora, quando o desemprego e a crise tiram renda do trabalhador, quando, altamente endividadas, as empresas estão quebrando e não conseguem sequer honrar seus compromissos junto com o Fisco.

Esta é mais uma mão de gato.

## A tributação do aporte nas PPPs

É inconstitucional tributar como renda ou como receita bruta valores que jamais farão parte dos ativos do sujeito passivo

**Por Fernando Scaff e Raquel Guimarães**

22/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

Um dos traços distintivos entre o regime jurídico das PPPs (Lei nº 11.079/04) e o das concessões comuns (Lei nº 8.987/95) reside no modo de remuneração do parceiro privado.

Nas concessões comuns, a regra é que os particulares contratados sejam remunerados pela cobrança de tarifa. No caso das PPPs, a remuneração pode (i) ocorrer através da combinação da tarifa paga pelos usuários com a contraprestação pecuniária do Poder Público (concessão patrocinada), ou (ii) ser realizada integralmente pela Administração, enquanto usuária direta ou indireta dos serviços (concessão administrativa).

**É inconstitucional tributar como renda ou como receita bruta valores que jamais farão parte dos ativos do sujeito passivo**

Enquanto contrapartida pela execução do objeto do contrato, a remuneração apenas pode ser paga após iniciada a disponibilização dos serviços. Contudo, não raro, sequer há infraestrutura pública para a prestação. Assim, para viabilizar as obras e a aquisição dos bens necessários, o art. 6º, §2º, da Lei de PPPs possibilita que o contrato preveja o “aporte de recursos em favor do parceiro privado para a realização de obras e aquisição de bens reversíveis”, desde que previsto no edital de licitação.

Tal aporte tem o objetivo exclusivo de viabilizar que o parceiro privado disponha dos valores suficientes para implantar a infraestrutura necessária à prestação, ou seja, para execução de obras e aquisição de bens reversíveis. Não se confunde com a contraprestação, nem com a parcela destinada à amortização dos investimentos, e não configura receita da concessionária.

O aporte foge à lógica de receita tributável da empresa, caracterizando-se como um investimento público (art. 12, §4º, Lei 4.320/64). Seu valor não pode ser considerado para fins de composição tarifária. Seu uso estará afetado às finalidades da PPP, a serem desenvolvidas pelo parceiro privado. Desde o desembolso, porém, será patrimônio público, incomunicável ao patrimônio privado que venha a ser utilizado no empreendimento.

O parágrafo 5º do art. 6º determina que, “por ocasião da extinção do contrato, o parceiro privado não receberá indenização pelas parcelas de investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizadas ou depreciadas, quando tais investimentos houverem sido realizados com valores provenientes do aporte”.

Nesse sentido, as normas contábeis determinam que tais bens adquiridos com o aporte de recursos não sejam reconhecidos como ativo imobilizado, uma vez que não configuram patrimônio da empresa, pois em nenhum momento a infraestrutura gerada será registrada em seus ativos, porque, de fato, não se trata de patrimônio próprio, mas de bens de terceiro, no caso, do Poder Público, sobre os quais resta tão somente o domínio direto, para fins de execução do contrato. Tais bens sequer configuram receita ou faturamento da concessionária, podendo ser classificados como mero ingresso, com trânsito pelo caixa. Afinal, o valor do aporte não pertence à empresa, mas ao Poder Concedente, tanto que, ao final do contrato, reverte ao Poder Público, seu proprietário, sem qualquer indenização.

A partir daí se identifica seu afastamento da receita tributável para fins de PIS, Cofins, CPRB, IRPJ apurado pelo lucro real e CSLL, o que vai em sentido contrário ao art. 6º, §4º, da Lei das PPPs. Tais valores podem até transitar pela contabilidade da empresa, porém jamais fazer parte de seus ativos, pois são destinados a compor o patrimônio público desde sempre, afetados ao escopo do contrato.



Deve-se tratar o aporte como investimento direto do poder público concedente em obras ou em bens reversíveis, a ser realizado através da empresa concessionária.

Isso gera enorme diferença em termos de tributação, pois, embora transite pelo caixa da empresa, não integra seu patrimônio, logo é insusceptível de tributação. São, portanto, inconstitucionais os parágrafos 6º a 11, do art. 6º da Lei das PPPs, pois tributam renda e receita bruta que não fazem parte dos ativos da empresa, a qual é apenas um veículo para a aplicação do aporte, para investimento em bens reversíveis e obras públicas - que, repete-se, são bens públicos desde sempre, e não apenas quando ocorrer o término contratual.

No mesmo sentido, é inconstitucional a determinação constante do art. 6º, parágrafo 3º, que apenas faculta que o aporte não seja incluído como receita tributável para fins de PIS, Cofins, CPRB, IRPJ apurado pelo lucro real e CSLL. Na verdade, o valor do aporte não faz parte do aspecto material da hipótese de incidência, logo, não é passível de tributação, pois não se constitui como renda ou receita bruta da concessionária.

Em síntese: é inconstitucional tributar como renda ou como receita bruta valores que jamais farão parte dos ativos do sujeito passivo, pois são recebidos especificamente para ser aplicados na realização de obras ou na aquisição de bens reversíveis que, desde o início, são propriedade pública.

O montante recebido pelo concessionário a título de aporte não é um valor passível de ser tributado nem como renda, nem como receita bruta do concessionário, pois se constitui patrimônio público desde o seu desembolso.

**Fernando Facury Scaff e Raquel Lamboglia Guimarães são, respectivamente, professor titular de Direito Financeiro da Universidade de São Paulo. Advogado, sócio do escritório Silveira, Athias, Soriano de Mello, Guimarães, Pinheiro e Scaff - Advogados; doutoranda e mestre em Direito Financeiro pela USP e advogada na Manesco, Ramires, Perez e Azevedo Marques Sociedade de Advogados.**

**Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas**

# Arrecadação tem queda real de 29% em abril, pior resultado em 14 anos

No acumulado do ano, resultado representa queda de 7,45% em relação aos quatro primeiros meses de 2019

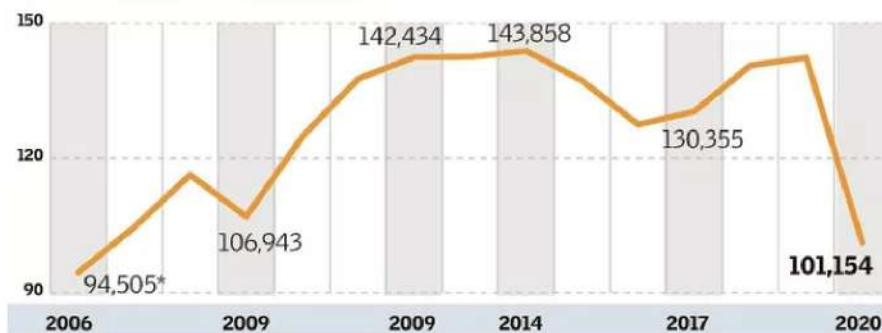
Por Edna Simão — De Brasília

22/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

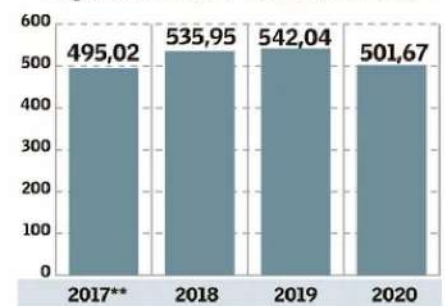
## Arrecadação atinge em abril nível mais baixo desde 2006

Em R\$ bilhões e corrigidos pelo IPCA de abril/2020

**Nos meses de abril de cada ano**



**Arrecadação acumulada de janeiro a abril - em R\$ bilhões**



Fonte: Receita Federal \*Patamar mais baixo para o mês de abril \*\* patamar mais baixo para o período

A arrecadação de tributos no país despencou em abril e atingiu o menor patamar para o mês dos últimos 14 anos, refletindo os efeitos da pandemia de covid-19. No mês passado, a Receita Federal arrecadou R\$ 101,154 bilhões, o que corresponde a uma queda real de 28,95% ante abril de 2019. Em abril de 2006, corrigido pela inflação, esse recolhimento foi de R\$ 94,505 bilhões.

Com isso, no acumulado de janeiro a abril, a arrecadação somou R\$ 502,293 bilhões, o pior desempenho registrado desde 2017 (R\$ 495,024 bilhões), com uma retração de 7,45% em relação ao mesmo período de 2019.

Segundo o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias, com o efeito de medidas adotadas pelo governo para minimizar os efeitos do coronavírus como adiamento de pagamento de impostos e contribuição e a própria retração econômica, a frustração de receitas em abril foi de R\$ 43,080 bilhões na comparação com o que era programado inicialmente.

PUBLICIDADE



Desse total, somente o diferimento de pagamento de tributos como IRPF, PIS/Cofins, contribuição previdenciária patronal e Simples Nacional respondeu por 81,5% da baixa, com perda de R\$ 35,111 bilhões. No caso da atividade econômica, o impacto na redução de receitas no mês passado está estimado em R\$ 4,208 bilhões. “A redução na arrecadação de R\$ 4,208 bilhões se deveu ao impacto da retração na atividade por causa da medida de distanciamento social”, disse Malaquias, acrescentando que esse fator respondeu por 9,8% da queda da arrecadação em abril.

O técnico da Receita ainda destacou que a decisão de zerar a alíquota do IOF das operações de crédito representou R\$ 1,567 bilhão da frustração ou o equivalente a 3,6%. Outro impacto destacado foi o aumento das compensações tributárias. Neste



caso, a receita teve um efeito R\$ 2,194 bilhões a menos na arrecadação abril. “As compensações vieram a mais e perderam arrecadação por conta dessas compensações a mais em torno de R\$ 2,194 bilhões”, disse, ressaltando que esse fator teve uma contribuição de 5,1% da perda de receita no mês.

Pelos dados divulgados pela Receita, o recolhimento da maioria dos tributos registrou forte queda em abril em relação a igual mês de 2019. A arrecadação de PIS/Cofins teve redução real de 51,98% em abril atingindo R\$ 12,947 bilhões. A receita previdência recuou 33,20% para R\$ 23,283 bilhões. Já o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)/Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) caiu 4,73% para R\$ 23,188 bilhões.

Questionado sobre se o governo estuda prorrogar o diferimento do tributos, Malaquias evitou responder e ressaltou que as autoridades do Ministério da Economia acompanham e avaliam o tempo todo medidas e seu impacto. “Estamos apresentando os efeitos verificados em abril. As autoridades que gerenciam a crise dentro do ministério estão em constante avaliação de medidas e de seus efeitos.”

Neste ano, especialmente em abril, Malaquias chamou a atenção para o aumento das compensações tributárias, o que também contribuiu para a diminuição da receita em abril. Elas somaram R\$ 10,9 bilhões em abril, alta de 25,19% em relação ao mesmo período de 2019. No acumulado de janeiro a abril, as compensações somaram R\$ 45,996 bilhões, uma elevação de 46,91% ante mesma base de comparação do ano passado. Segundo Malaquias, a alta se deve à perda de liquidez das empresas devido à crise. Neste cenário de retração econômica e de isolamento social, as empresas passaram a “lançar mão” do direito de créditos.

Em abril, somente as receitas administradas pela Receita tiveram redução real de 28,79%, somando R\$ 93,332 bilhões, na comparação com a mesma base de comparação do ano passado. A queda nominal ficaria em 27,08%. No ano, as receitas administradas somaram R\$ 476,811 bilhões, um decréscimo real de 7,71% e nominal de 4,48% Já a receita própria de outros órgãos federais (que inclui os dados de royalties de petróleo, por exemplo) foi de R\$ 7,822 bilhões no mês passado, queda real de 30,75% na comparação com o mesmo mês de 2019.

---

## Bolsonaro e governadores fazem acordo e veto a aumento será mantido

Presidente comprometeu-se a sancionar “o mais rápido possível” projeto de socorro aos Estados e municípios

Por Matheus Schuch, Marcelo Ribeiro, Mariana Ribeiro, Fernando Exman, Andrea Jubé e Alessandra Saraiva — De Brasília e do Rio

22/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Bolsonaro em videoconferência com governadores: presidente comprometeu-se a sancionar “o mais rápido possível” projeto de socorro aos Estados e municípios — Foto: Marcos Corrêa/Presidência da República

Em um inesperado clima de conciliação, o presidente Jair Bolsonaro comprometeu-se ontem com os governadores a sancionar “o mais rápido possível” o projeto de socorro aos Estados e municípios, que prevê R\$ 60 bilhões para compensar as

perdas de receita do ICMS e ISS e os efeitos da pandemia. Em contrapartida, o presidente dividiu com os governadores o ônus de vetar o reajuste aos servidores públicos e congelar os salários em pleno ano eleitoral.

“A cota de sacrifício dos servidores [na pandemia] é não receber reajuste até dezembro de 2021”, disse Bolsonaro. Na videoconferência, tendo ao seu lado os presidentes do Congresso, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e com o respaldo dos governadores, Bolsonaro ainda obteve o compromisso de manutenção do veto.

Houve movimentos de ambos os lados para evitar ruídos e viabilizar um clima de entendimento na reunião, num momento de avanço da pandemia e aperto dos cofres estaduais. A reunião anterior havia sido marcada pelo confronto entre Bolsonaro e o governador de São Paulo, João Doria (PSDB).

PUBLICIDADE



**FEDEX BRAZIL**  
Sponsored

Na FedEx, nossa força está em nossas pessoas.  
Juntos, mantemos o mundo em movimento

The advertisement features a video showing two healthcare workers in full blue protective suits and masks, working in a clinical setting, likely a hospital or a specialized care unit. The workers are seen from behind, focused on their tasks. The video is framed within a white border, and the FedEx logo is visible in the top left corner of the ad area.

Alcolumbre foi escalado pelos governadores para conversar o chefe do Poder Executivo, com quem mantém boa relação. Em outra frente, o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), propôs uma reunião prévia dos



governadores na véspera para afinarem o discurso e definirem as prioridades para o encontro com o presidente.

A missão de Alcolumbre foi expor a Bolsonaro a situação financeira dos Estados e prefeituras, mas também abordar a gravidade da situação em relação à pandemia. O Brasil já ultrapassou a faixa dos 20 mil mortos.

Ontem de manhã, antes da reunião virtual com os governadores, Alcolumbre e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), chegaram mais cedo ao Planalto para se encontrar com Bolsonaro e arrematar a articulação.

Um dos resultados práticos dos esforços de articulação, segundo interlocutores, foi a brevidade da reunião, que não passou de uma hora, para que se reduzisse a margem de novos atritos entre o presidente e alguns dos governadores.

Outros fatores contribuíram para a mudança de tom do presidente na reunião, que adotou uma postura moderada. Um deles é a queda de sua popularidade. Bolsonaro tem focado seu discurso na economia e nas preocupações do setor produtivo, enquanto a população estaria se sentindo em segundo plano e cada vez mais preocupada com o avanço do coronavírus.

Em contrapartida, os governadores não estão sendo afetados por isso e teriam ponderado que não precisam atacar o presidente para se descolar da condução da crise pelo governo federal.

Além disso, acrescentam fontes, Bolsonaro também estaria mais exposto politicamente devido às recentes denúncias de Paulo Marinho, suplente do senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) e ex-aliado do presidente, e da possibilidade de quebra do sigilo do vídeo da reunião ministerial que culminou na demissão do ex-ministro Sergio Moro.

No papel de conciliador, Alcolumbre pregou a pacificação ao ter a palavra na reunião. “A gente precisa ter responsabilidade, este é um dia histórico, este é o maior programa de apoio do governo federal a Estados e municípios”, afirmou. “Que esta fotografia e a sanção deste projeto sirvam para aqueles que insistem em nos dividir”, desafiou.

Maia, por sua vez, afirmou que no pós-pandemia teremos “uma nova realidade”, de reorganização do Estado, “em outro patamar”. “Quem pensava em uma reforma administrativa com relação dívida/PIB de 70%, agora vai ter que pensar em relação de 100%”, alertou.

Em outra frente, os governadores se reuniram na quarta-feira para calibrar o discurso e combinar o tom de pacificação. Ao fim da reunião, coube ao governador João Doria telefonar para o ministro da Economia, Paulo Guedes, para adiantar que a predisposição dos governadores era a conciliação.

Um dos três porta-vozes dos governadores escalados para a reunião, o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), disse ao **Valor** que os governadores estão preocupados em distensionar a conjuntura. “Queremos ver se o governo federal entra em outro ambiente para sairmos desse enfrentamento permanente”, afirmou. “Fomos bem, o presidente não polemizou, nós não polemizamos”, acrescentou, sobre a reunião.

Casagrande disse que haverá um esforço dos governadores em manter o clima de entendimento, e que esperam que Bolsonaro faça o mesmo, porque é necessário “estabilidade para enfrentar a pandemia”.

Coube a Doria, com quem Bolsonaro tem antagonizado no plano nacional, hastear a bandeira branca. “Quero exaltar a forma como esta reunião está sendo conduzida, com a união de todos”, disse o tucano. “A existência de uma guerra, como já foi dito aqui coloca todos em derrota. Vamos em paz, presidente”, exortou.

Em paralelo, o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), que se tornou um desafeto para Bolsonaro, divulgou uma nota afirmando que os recursos federais destinados ao Estado são insuficientes.

Witzel, que mantém relação de turbulência com Bolsonaro, disse que pediu ao presidente, por chat, durante a videoconferência, uma reunião específica para discutir a situação financeira do Estado.

Ele destacou que o Rio perdeu R\$ 1,3 bilhão em receita tributária nos meses de abril e maio (em relação ao mesmo período de 2019). E o governo só deverá receber

pouco mais de R\$ 550 milhões da União.

“Pedi [a Bolsonaro] reservadamente que o Estado do Rio de Janeiro tenha a possibilidade de demonstrar o quanto estamos sendo prejudicados com a pandemia e os efeitos econômicos gerados por ela”, explicou Witzel, na nota oficial.

Ele acrescentou que buscará um acordo com o governo federal “para que o Rio não fique prejudicado”. “Só a União tem capacidade para socorrer Estados e municípios, e isso está acontecendo no mundo todo”, justificou. “O Estado do Rio ficaria sem dinheiro para pagar servidores e fornecedores e até sem condições de abastecer viaturas da polícia”, acrescentou.

Os governadores contavam com a sanção para ontem, mas Alcolumbre ressalvou que havia ajustes técnicos a serem feitos. Um dos ajustes tratava-se de um decreto relacionado à contratação de agentes da Polícia Rodoviária Federal.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta  
VITAL 4K

### LINK PATROCINADO

Uma mendiga grávida pediu ajuda. Mas então uma mulher a seguiu  
TRENDSNATCHERS

### LINK PATROCINADO

Lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora  
LOCKSMITH OF HEARTS

### LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera em Bahia pílula alemã que "engrossa" cartilagem  
ARTICAPS

### LINK PATROCINADO

Truques de bicarbonato de sódio que todos deveriam conhecer  
FREE HUB

### LINK PATROCINADO



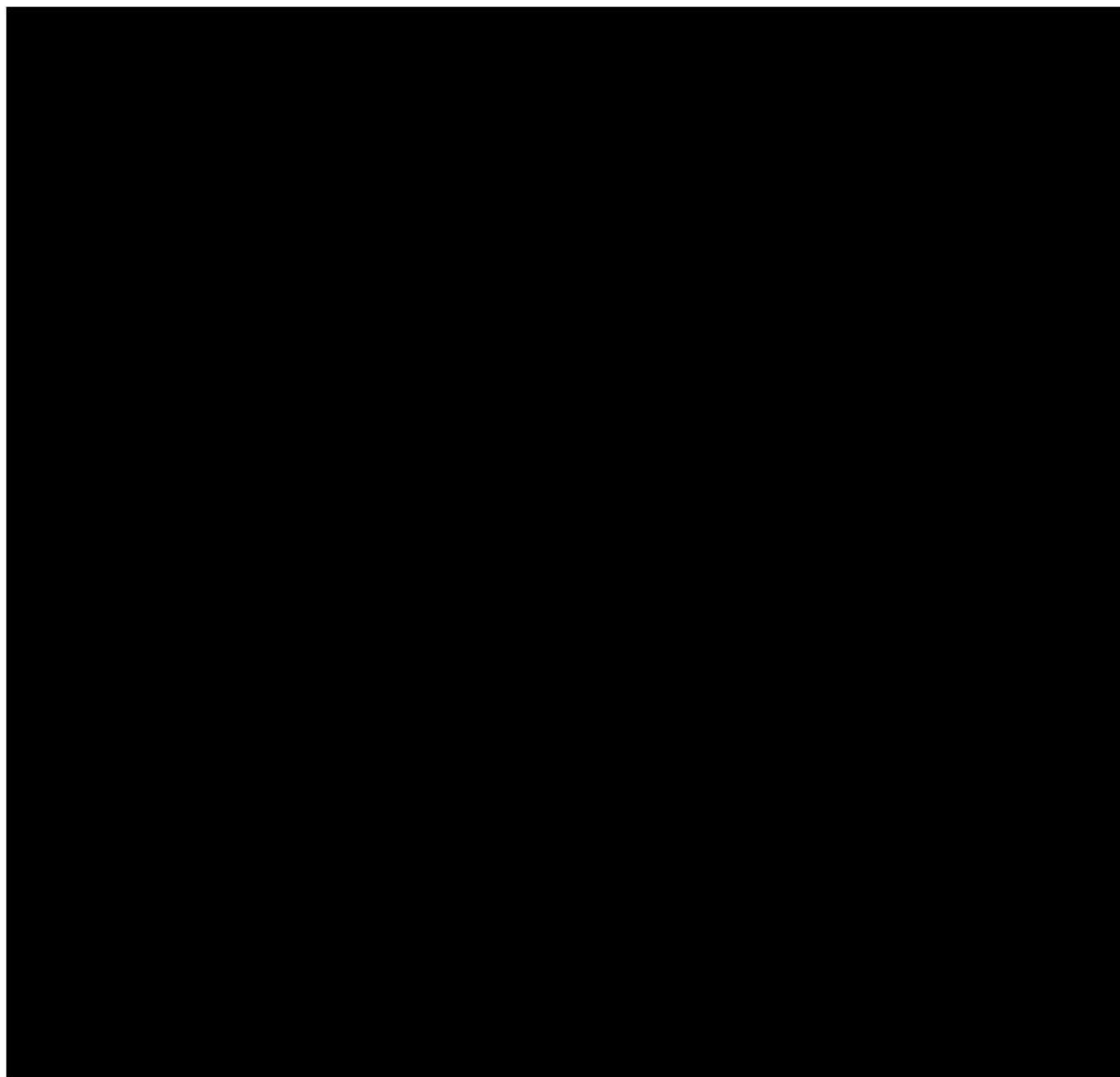
# Contribuinte vence no TRF da 4ª Região disputa sobre ICMS

Decisão trata da exclusão do PIS/Cofins do diferencial de alíquota

Por **Beatriz Olivon** — De Brasília

22/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---





Marciel Maliseski Junior: decisões consideravam apenas ICMS destacado em nota — Foto: Divulgação

A 1ª Turma do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região entendeu que não incide PIS e Cofins sobre diferencial de alíquotas de ICMS (Difal). O pagamento é feito quando o imposto estadual é recolhido pelo remetente de mercadoria vendida a consumidor final não contribuinte de ICMS e que está em outro Estado.

A decisão é a primeira que se tem notícia. Baseia-se no entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) de 2017 sobre a exclusão do ICMS da base do PIS e da Cofins. Apesar de ainda estar pendente um recurso da Fazenda Nacional sobre o tema, diversas teses-filhote surgiram desde o julgamento.

Instituído em 2016 por emenda constitucional, o regime de diferencial de alíquotas (Difal) é aplicado em operações interestaduais e tem como objetivo proteger a competitividade entre o Estado de origem do bem e o do comprador e estabelecer um padrão de organização. Os contribuintes do ICMS são obrigados a recolher a diferença entre a alíquota interna (praticada no Estado destinatário) e a interestadual.

No TRF, a União tentou reformar decisão favorável a uma empresa de materiais de construção pela exclusão do ICMS-Difal. Pediu, no recurso, a suspensão do processo até decisão do STF no recurso sobre ICMS do PIS/Cofins. O pedido, porém, foi negado.

Na decisão, o relator, Francisco Donizete Gomes, juiz federal convocado, autorizou a empresa a excluir o ICMS destacado nas notas fiscais de saída das mercadorias. Ele citou trecho do voto da ministra Cármen Lúcia, relatora do precedente no STF, no qual afirma que se parte do valor do ICMS destacado na “fatura” é aproveitado pelo contribuinte para compensar com o montante do ICMS gerado na operação

anterior, em algum momento ele será recolhido e não constitui receita do contribuinte.

“Ainda que, contabilmente, seja escriturado, não guarda relação com a definição constitucional de faturamento para fins de apuração da base de cálculo das contribuições”, afirma a ministra em seu voto.

Para Gomes, assim como o ICMS cobrado nas operações internas, também o diferencial de alíquotas cobrado nas operações interestaduais apenas transita pela contabilidade da empresa até ser recolhido aos cofres estatais (processo nº 5011483-54.2019.4.04.7201).

De acordo com o advogado da empresa, Marciel Maliseski Junior, do escritório Böni Ventura Advogados, as decisões do TRF consideravam até então o ICMS destacado na nota, deixando o ICMS-Difal de fora. “Percebemos que na hora que a Receita fizesse a conta o valor ficaria de fora”, afirma. O risco, acrescenta, seria o contribuinte ganhar a causa e, na hora de apresentar a conta, a Receita desconsiderar o valor do ICMS-Difal.

Para Douglas Mota, sócio do escritório Demarest Advogados, a discussão geral sobre a inclusão de ICMS na base do PIS e da Cofins deveria incluir todas as que são decorrentes dela, como o ICMS substituição tributária e o Difal. Por isso, à princípio, não seria necessário propor uma ação separada com o pedido. Porém, especialmente no caso do Difal, diz, pode ser importante uma ação separada. “A depender da situação talvez seja recomendado separar para demonstrar que ele compõe a base do PIS e da Cofins”, afirma.

Procurada pelo Valor, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não deu retorno até o fechamento da edição.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

[Moradora de rua grávida é seguida e descoberta chocante sobre ela vem à tona](#)

TRENDSATCHERS



# Passa permissão para quebra da regra de ouro

Aprovação da proposta abre, na prática, crédito de R\$ 343,6 bilhões em favor do governo federal

Por **Renan Truffi** — De Brasília

22/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

O Congresso Nacional aprovou ontem um projeto de lei que permite ao governo descumprir a regra de ouro da economia em 2020. A norma em questão proíbe o endividamento da União se o objetivo for pagar despesas fixas, como salários e o custeio da máquina pública. A proposta segue agora para sanção do presidente da República.

O texto teve aprovação quase unânime na Câmara dos Deputados e, posteriormente, foi referendado pelos senadores - com o sistema eletrônico, a votação em cada uma das Casas está ocorrendo em sessões separadas.

Na prática, a medida abre crédito de R\$ 343,6 bilhões em favor do governo federal. A Constituição proíbe que operações de crédito excedam despesas de capital. Por isso, a regra de ouro só pode ser contornada por meio de créditos suplementares ou especiais com finalidade específica, aprovados pelo Congresso por maioria absoluta. Caso contrário, os integrantes da equipe econômica e o presidente Jair Bolsonaro poderiam incorrer em crime de responsabilidade. Se a proposta não fosse aprovada, diz o governo, parte dos pagamentos do Bolsa Família e de programas sociais não poderiam ser executados.

Relator do projeto, o senador Marcos Rogério (DEM-RO) fez dois ajustes no texto, mas não alterou o valor do crédito, apenas remanejou recursos. O primeiro tratou de suplementar em R\$ 308 milhões o Fundo de Arrendamento Residencial,

vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Regional. O fundo tem a função de prover recursos para programas habitacionais, como o Minha Casa, Minha Vida. De acordo com o governo, esse ajuste irá permitir a retomada de cerca de 10 mil obras paralisadas, com a consequente geração de aproximadamente 20 mil empregos.

O outro ajuste de suplementação foi feito a pedido do Ministério da Saúde e alterou a destinação de verba que estava prevista para um tratado internacional de saúde pública, cujo objetivo é reduzir o tabagismo. Isso porque a conferência que seria realizada sobre o assunto em novembro, na Holanda, foi adiada para o ano que vem.

Como forma de facilitar a aprovação da matéria, o governo também se comprometeu a destinar R\$ 60 milhões para a Fundação Oswaldo Cruz, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Isso será feito por meio de uma medida provisória. A destinação representava o interesse de três partidos que tentavam alterar o teor do projeto e recuaram após a negociação.

Após a votação no Congresso, estava prevista uma sessão deliberativa do Senado, mas esta teve de ser cancelada por conta da notícia de que o secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira de Mello, foi diagnosticado com covid-19. Servidores que trabalham com ele foram testados e afastados temporariamente. Isso adiou, mais uma vez, a votação do projeto que permite ao Sistema Único de Saúde (SUS) requisitar leitos privados de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), desde que estejam disponíveis, quando o objetivo for a internação de pacientes com covid-19.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta

VITAL 4K

### LINK PATROCINADO

Moradora de rua grávida é seguida e descoberta chocante sobre ela vem à tona

TRENDSATCHERS

### LINK PATROCINADO

## Socorro pode começar neste mês

Governo exige que Estados abram mão de ações contra a União por pandemia

Por **Matheus Schuch, Fabio Graner e Mariana Ribeiro** — De Brasília

22/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

A possibilidade de a primeira parcela do socorro financeiro a Estados e municípios ser paga ainda neste mês não está descartada, mas exigirá “um grande esforço” dos envolvidos, afirmou ontem o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues. A rápida liberação dos recursos é uma demanda dos governadores, que trouxeram o tema para reunião de ontem com o presidente Jair Bolsonaro.

A efetivação da transferência depende, além da sanção do projeto, de uma série de medidas, inclusive por parte dos Estados. Um dos requisitos, enfatizou Waldery, é que eles abdicuem de ações contra a União associadas à pandemia. “As negociações para essas desistências de ações estão bem encaminhadas”, completou.

Além disso, será preciso a publicação de uma medida provisória (MP) de crédito extraordinário para viabilizar a transferência e tratativas com o Banco do Brasil, já em andamento, que ficará responsável pela operacionalização. “É possível garantir mês de maio? Dia 31 de maio? Pode ser, mas condicionado a esses três itens”, disse o secretário.





Aprovado pelo Congresso, o projeto tem impacto de R\$ 125,8 bilhões. A transferência direta para Estados e municípios será de R\$ 60,15 bilhões e está prevista para ser realizada em quatro parcelas. O valor inclui também R\$ 35,34 bilhões da suspensão de dívidas com a União, R\$ 13,98 bilhões em renegociações com bancos públicos e R\$ 10,73 bilhões em renegociações com organismos internacionais. Além disso, há a suspensão do pagamento de dívidas previdenciárias no valor de R\$ 5,6 bilhões.

O congelamento de salários de servidores deve gerar economia de R\$ 98,9 bilhões a Estados e municípios. Incluindo a União, esse valor sobe para R\$ 130 bilhões. O projeto aprovado pelo Congresso flexibiliza a suspensão dos reajustes dos servidores para várias categorias, mas a equipe econômica defende o veto a esse ponto. No texto que saiu do Congresso, a economia estimada era de R\$ 42 bilhões.

Waldery disse que a situação causada pela pandemia é “conjuntural” e que é preciso pensar nas contas públicas no pós-covid-19. O secretário esclareceu que o congelamento não impede a concessão de bônus a profissionais ligados ao enfrentamento da pandemia. “Aumentos de gastos relacionados à calamidade pública da covid-19 estão permitidos”, disse. O ministério também defende veto a trecho que trata do não pagamento de dívidas com bancos e organismos multilaterais.

Questionado sobre a possível expansão do auxílio emergencial, Waldery sinalizou, assim como já havia feito o ministro da Economia, Paulo Guedes, que o benefício

poderá ser estendido, mas com um valor menor. “Chegaremos a uma solução intermediária. Não com o mesmo perfil de hoje. Uma possibilidade referencial é exatamente o valor trazido pelo Bolsa Família”, afirmou, sem dar mais detalhes.

Segundo ele, o impacto fiscal do programa em três meses está estimado hoje em R\$ 151,5 bilhões. Inicialmente, a projeção era de R\$ 98,2 bilhões.

Com a aprovação da ajuda a Estados e municípios, o impacto das medidas de combate aos efeitos econômicos da pandemia sobe para R\$ 344,63 bilhões (ou 4,74% do PIB). Há uma economia com despesas de pessoal da União de R\$ 10,52 bilhões em 2020. Os números serão atualizados hoje, quando o governo fará uma reestimativa de despesas e receitas.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Moradora de rua grávida é seguida e descoberta chocante sobre ela vem à tona  
TRENDSATCHERS

### LINK PATROCINADO

Mulher anda 20km por dia para chegar ao trabalho até que policial a segue e descobre o porquê  
BOBS HIDEOUT

### LINK PATROCINADO

O mais novo "amigo" do homem que ajuda na luta contra a próstata grande, usando apenas 2x ao dia!  
PROST+ACTIVE

### LINK PATROCINADO

Gordura no sangue: Faça isso 2x ao dia.  
DBT COLESTEROL

### LINK PATROCINADO

Truques de bicarbonato de sódio que todos deveriam conhecer  
FREE HUB

### LINK PATROCINADO

A gordura da barriga pode reduzir drasticamente usando isto. Confira!  
DRENFORT

## Tributação feita por Estados é entrave e desincentiva doações

Contribuições filantrópicas aumentam na pandemia, mas sistema tributário funciona como desestímulo

Por **Anaís Fernandes** — De São Paulo

22/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---





Doações de empresas, institutos, fundações e até pessoas físicas para organizações engajadas no combate à covid-19 e seus impactos na sociedade avançam no Brasil, apesar de um sistema tributário que, na verdade, desincentiva a contribuição filantrópica. O país acabou de superar a marca de R\$ 5 bilhões em doações destinadas ao enfrentamento da pandemia, de acordo com monitor da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR). O montante é expressivo, mas o que de fato chega às mãos das entidades é uma cifra menor do que poderia ser atingido, já que, sobre o valor recebido - em mercadorias, dinheiro ou bens -, os donatários pagam ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação), avaliam especialistas ouvidos pelo **Valor**. Os recursos são pouco relevantes para a arrecadação dos Estados, ao mesmo tempo em que o tributo pode desestimular doações.

As alíquotas variam de 4% a 8%, de acordo com cada Estado. “Considerando os R\$ 5 bilhões, são R\$ 200 milhões a R\$ 400 milhões que deixam de ser investidos diretamente”, afirma João Paulo Vergueiro, diretor-executivo da ABCR. A associação defende, desde antes da crise da covid-19, a isenção permanente do ITCMD sobre doações destinadas a entidades filantrópicas. Segundo Vergueiro, além do Brasil, apenas Croácia e Coreia do Sul têm tributação semelhante.

Já existem possibilidades para isenção do ITCMD. De acordo com a Secretaria da Fazenda de São Paulo, por exemplo, não há incidência se o donatário for a administração direta (União, Estados e municípios) ou instituição com “imunidade” (como autarquias do poder público ou templos de qualquer culto). Isso também vale se os valores a um mesmo donatário no ano, somados, não superarem 2.500 Unidades Fiscais do Estado (UFESP), o equivalente a cerca de R\$ 69 mil em 2020.

Para Vergueiro, regras como a de “imunidade” distorcem o modelo ao criarem “duas classes” de organizações sociais. “Se o donatário não recolher o ITCMD, a Receita estadual pode cobrar do doador. O que acontece é que muitos preferem destinar recursos para as instituições que já são imunes, para evitar problemas.”

Priscila Pasqualin, sócia do PLKC Advogados, destaca ainda as particularidades na lei de cada ente federativo, que dificultam as transferências quando doador e donatário encontram-se em Estados diferentes, e a burocracia exigida muitas vezes pelos governos locais para uma organização ser reconhecida como imune. “No Brasil, não é nem que falta incentivo fiscal para a filantropia, é que o sistema tributário desestimula mesmo.”

Além do ITCMD, quando indústria ou comércio doam mercadoria de produção própria, há cobrança, para o doador, de ICMS. Também aí existem exceções. Um exemplo é quando, em situação de calamidade pública, a doação é feita a órgãos da administração direta ou indireta do governo.

Na avaliação de Priscila, porém, “seria importante, pelo menos neste momento de pandemia, ter desburocratização e isenção amplas”, o que incluiria o ITCMD e o ICMS. “Eu acho que seria simbólico, e o volume de ICMS sobre doação filantrópica, para o Estado, é um pedaço muito pequeno”, ela diz. Reportagem do **Valor** já mostrou que entidades empresariais pressionam pelo desconto dos gastos com doações dos impostos que têm a pagar, mas, sobre o ICMS, não há consenso entre as partes.

Alterações no ITCMD seriam mais fáceis e diretas, na avaliação do tributarista Eduardo Fleury, sócio do FCR Law. “Talvez, não fosse a pandemia, os governos nem receberiam todo esse valor, então não é como abrir mão de uma receita recorrente”, afirma.

O economista José Roberto Afonso, professor do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), destaca que o ITCMD é praticamente “irrelevante para a arrecadação estadual”. “Como a lei de socorro federal para os Estados [que aguarda sanção presidencial] não proibiu qualquer nova renúncia, nada impede que isso venha a ser adotado”, diz.

A mudança no ITCMD poderia ocorrer em duas frentes, de acordo com Fleury: ou especificando isenção generalizada para doações feitas em razão da covid-19, ou flexibilizando as regras já existentes para esse abatimento, ampliando, por exemplo, o teto (de R\$ 69 mil em São Paulo). “Isso já traria um equilíbrio maior. Falar de isenção para empresas nem sempre é fácil, pode gerar críticas na sociedade”, ele

reconhece. “As empresas que estão doando têm predisposição, mas, certamente, fazem os cálculos de quanto vai custar. É uma coisa que precisa fluir mais no Brasil.”

A Associação dos Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo (Afresp) defende que a isenção de imposto sobre doações, legados ou heranças feitas a Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) seja permanente, não só durante a crise da covid-19. “O ITCMD tem a função extrafiscal de evitar o acúmulo de patrimônio intergeracional, distribuindo riqueza e buscando, assim, reduzir as abissais desigualdades sociais de nosso país. Este não é o caso quando se transmite patrimônio para as OSCIPs”, diz Rodrigo Spada, presidente da Afresp.

Para Fleury, o debate sobre mudanças estruturais no ITCMD poderia ocorrer em um segundo momento. “Deveriam ser propostas rapidamente leis estaduais para alterar temporariamente. Mudar definitivamente acho que é algo para ser pensado, mas depois.”

No fim de abril, foi apresentada no Senado uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para vedar o ITCMD sobre doações a organizações da sociedade civil e institutos de pesquisa sem fins lucrativos. “Seria possível aprovar leis estaduais, mas entendemos que isso é muito trabalhoso e frágil”, diz Vergueiro, da ABCR.

A FecomercioSP diz ter encaminhado ofício ao governo do Estado pedindo a isenção do ITCMD e cita flexibilizações do tipo implementadas pelo Rio de Janeiro.

Segundo a entidade, até o começo de maio, o site do governo estadual indicava R\$ 32,8 milhões de doações em dinheiro recebidas para combater a covid-19. Se o montante fosse doado diretamente a hospitais, por exemplo, estaria sujeito a 4% de ITCMD, resultando em um desconto de cerca de R\$ 1,3 milhão. Com esse valor, seria possível comprar cerca de 73 mil frascos de álcool em gel, 38 mil máscaras ou entre 6 e 26 ventiladores pulmonares, estima a FecomercioSP.

A Secretaria da Fazenda de São Paulo tem cartilha orientando como fazer doações sem incidência de impostos e recomenda que, enquanto durar o período de calamidade pública no Estado, doações de mercadorias, sujeitas a ITCMD e ICMS, sejam feitas à Secretaria de Governo.





Por **Claudia Safatle**

Trabalhou na "Gazeta Mercantil" por 18 anos, foi repórter es... [ver mais](#)

## Volta à cena o Imposto sobre Transações

Parte da ajuda da União a Estados e municípios era custear pagamento de salários de servidores que foram reajustados

22/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Está na primeira fila das medidas em discussão no governo para o relançamento da atividade, tão logo ocorra a abertura da economia, uma reforma tributária que reduza a carga imposta às empresas e que ajude na reconstrução da política fiscal e na retomada do crescimento. O principal candidato ao corte é a tributação sobre a folha de salário das empresas e, prosperando essa alternativa, vai ser muito difícil o governo escapar da discussão sobre a criação do Imposto sobre Transações Financeiras (ITF). Aliás, essa ideia nunca foi totalmente engavetada pela pasta da Economia e torna-se mais relevante no pós-pandemia.

Por mais penosa que seja essa hipótese para o presidente Jair Bolsonaro, que já a descartou por várias vezes e demitiu Marcos Cintra, então secretário da Receita Federal, por defendê-la, o argumento da área econômica é o de que a desoneração da folha, que carrega uma pesada carga de impostos que onera o emprego, requer uma receita substituta e que o Imposto sobre Transações tem uma base mais ampla e, portanto, pode ter uma alíquota pequena e é "insonnegável" tanto para as transações legais quanto para as ilegais.

**A intenção é cortar a tributação sobre a folha de salários**

Em uma das última vezes que o ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu abertamente a criação do ITF, ele mencionou a intenção de desonerar a folha e reduzir a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), em troca do ITF e mencionou uma escadinha da seguinte forma: 0,2% de alíquota do Imposto sobre Transações permitiria cortar a tributação da folha dos 20% atuais para 13%; uma alíquota de 0,4% seria suficiente para derrubar a CSLL e se fosse possível elevar a alíquota do ITF para 1%, acabaria o IVA (Imposto sobre Valor Adicionado).

Dependendo da calibragem da alíquota do ITF, ele poderia render uma receita anual de até R\$ 150 bilhões, estimou o ministro. Nos últimos dias foram feitas declarações a respeito da retomada dos estudos sobre o novo imposto, um sucedâneo da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), pelos secretários Especial da Receita Federal, José Barroso Tostes, e do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida.

O déficit primário do governo central poderá rondar a casa de R\$ 1 trilhão neste ano, dependendo de quando a economia voltará a funcionar e da decisão sobre o destino de medidas que foram tomadas para mitigar os efeitos do coronavírus, a exemplo do auxílio emergencial de R\$ 600. Este teria, originalmente, duração de três meses e um custo de cerca de R\$ 151 bilhões.

O Ministro da Economia disse, porém, que está avaliando uma redução gradual dessa ajuda emergencial. Não cravou para quanto, mas especula-se que poderia voltar ao montante inicialmente proposto, de R\$ 200. Segundo fontes da área econômica, essa é uma decisão que dependerá de por quanto tempo ainda vai

durar o isolamento social e em que velocidade os governos farão a reabertura da economia.

Há, também, uma decisão política relevante a ser tomada. “Pode ser que a crise nos leve a adotar um programa de renda mínima”, pondera uma fonte oficial que não vê muita viabilidade política de simplesmente esticar por mais algum tempo o auxílio emergencial reduzido e, depois, acabar com ele.

A crise do coronavírus escancarou sem retoques o nível da desigualdade que se tem no país e há quem defenda, no governo, que alguma medida para diminuir a distância entre os que têm e os que nada têm, terá que prevalecer no pós-pandemia.

### **Micro e pequenas**

Sancionada nesta semana pelo presidente da República, a lei 13.999, que criou o Programa Nacional de Apoio à Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), ainda será objeto de regulamentação para começar a funcionar na próxima semana. A ideia, no governo, é que todas as instituições financeiras públicas e privadas operem com essa linha de crédito.

Um dos aspectos que será abordado na regulamentação é que o banco terá que oferecer obrigatoriamente o crédito do Pronampe, não podendo, portanto, sugerir no seu lugar uma linha similar específica da própria instituição, fora do programa.

A oferta de crédito estimada pela área econômica para o Pronampe é de R\$ 15,9 bilhões. Caso os bancos privados não se interessem pelo programa, a Caixa Econômica Federal já avisou que estaria disposta a bancá-lo sozinha.

As micro e pequenas empresas poderão contratar crédito correspondente a 30% da receita bruta de 2019, com prazo de 36 meses. A taxa de juros será a Selic, hoje de 3% ao ano, mais 1,25%.

As instituições financeiras participantes poderão formalizar operações de crédito no âmbito do Pronampe até três meses após a entrada em vigor da lei, prazo prorrogável por mais três meses.



Também neste caso a distribuição do risco é de 85% para o Tesouro Nacional e de 15% para os bancos privados.

A Caixa também está avaliando a criação de uma outra linha de crédito específica para profissionais liberais da área de saúde. Com a disseminação do coronavírus, o sistema de saúde está praticamente voltado para o combate à pandemia.

Os pacientes de outras especialidades como fisioterapia, psicologia, pediatria desapareceram dos consultórios nessa fase de isolamento social e os profissionais estariam enfrentando dificuldades financeiras.

## **Veto tardio**

Bolsonaro vetou a flexibilização de reajustes salariais para funcionários públicos de determinadas categorias profissionais, conforme aprovado pelo Congresso no âmbito do projeto de socorro aos Estados e municípios.

É importante que fique claro, porém, que o veto vem depois que a grande maioria dos Estados já concedeu reajustes a seus funcionários e que, portanto, parte do socorro financeiro que a União está dando aos demais entes da federação será usada, mais uma vez, para custear a folha de salários.

Enquanto 8 milhões de trabalhadores do setor privado tiveram que aderir à redução da jornada com corte proporcional de salários, dos servidores que não terão reajuste o governo sugeriu apenas que seus vencimentos fiquem congelados até o fim do próximo ano.

**Claudia Safatle é diretora adjunta de Redação e escreve às sextas-feiras**  
**E-mail: [claudia.safatle@valor.com.br](mailto:claudia.safatle@valor.com.br)**

---

### **Conteúdo Publicitário**

Links patrocinados

#### **LINK PATROCINADO**

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta  
VITAL 4K

#### **LINK PATROCINADO**

Uma mendiga grávida pediu ajuda. Mas então uma mulher a seguiu